UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG/CASA
Mestrado Acadêmico

AMBIENTALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas

Valdiney Ferreira de Almeida

Manaus-Amazonas

Março/2020

Valdiney Ferreira de Almeida

AMBIENTALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia como exigência para obtenção do título de Mestre em Ciências do Ambiente sob orientação da Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão.

Manaus-Amazonas

Março/2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A447a

Almeida, Valdiney Ferreira de
Ambientalização das Instituições de Ensino Superior: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas / Valdiney Ferreira de Almeida. 2020
161 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Gestão Ambiental. 2. Socioambiental. 3. Políticas Públicas. 4. Sustentabilidade. 5. Administração Pública. I. Simão, Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que deu sabedoria e saúde para até aqui chegar. Gratidão por sua proteção e presença em todos os momentos de minha vida.

À minha mamãe, Irene, que sempre esteve ao meu lado. Seu exemplo de mulher batalhadora, carinhosa e amorosa me faz uma pessoa honrada e feliz ao saber que ela é a minha mãe, meu amor incondicional, meu porto seguro. Ao meu 'paidrasto', Mizael, a quem tenho respeito e amor, pois cuida e ama minha mãe.

Ao meu companheiro Raylan que me trouxe alegria e felicidade, fazendo parte da minha vida, e agora, da família Almeida.

À minha irmã e amiga, Graciele, pela alegria que tem dado na continuidade de seus estudos e por sua coragem e percepção do amor de mãe com os novos integrantes da família, meus sobrinhos João Miguel (Jomi) e Yasmim, o pai deles, Rubens e a vovó Maria.

À minha orientadora Professora Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão, que por muitos momentos foi mãe nossa. Muito sábia, sua competência e inteligência, minha fonte de inspiração. Gratidão sempre.

À Professora Dra. Andrea Lanza, pelas considerações na Aula de Qualificação, na defesa e na construção deste trabalho com seu know how e inteligência.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) – Casa nossa, onde vivi momentos intensos de construção do saber. Em especial às figuras da Professora Dra. Tatiana, Profa. Dra. Andrea, o Prof. Dr. Neliton e Prof. Dr. Henrique Pereira. Aos colegas do curso de Mestrado e Doutorado do PPGCASA na figura de Rodrigo Couto e de outros programas.

À minha amiga e irmã, Artemizia Sabino. Seu carinho e seu companheirismo fizeram a diferença para chegar até aqui.

Ao amigo e Gestor do IFAM *Campus* Eirunepé, Leandro Damasceno, por suas contribuições na pesquisa, mas também por fazer parte do rol de amigos e por ser fonte de inspiração.

Aos amigos de Porto Velho, de Eirunepé e de Manaus, mesmo de forma indireta contribuíram com energias positivas. Especial lembrança à, Nilda Vieira, Nilda Dantas, Edigleida Cunha, Delsinei Vieira, Domingos Borges, Everton Silva, Luciana Nascimento, Sara Medrado e Tito Dantas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) pela concessão de bolsa para realização da pesquisa.

Ao Instituto Federal do Amazonas – IFAM, pela oportunidade de poder contribuir com o melhoramento da nossa instituição.

Ao Ministério do Meio Ambiente – MMA, na figura do Sr. Luiz Vitali.

RESUMO

Atualmente é exigido das instituições públicas que reduzam os impactos ambientais gerados em suas atividades, com o auxilio da Gestão Ambiental, gerando possíveis mitigações da problemática socioambiental tendo como resultados diretos, a eficácia e economicidade no serviço público. As IES públicas devem formar cidadãos críticos e responsáveis, não só para a profissão, mas para a vida. Desta forma estas instituições devem dar o exemplo a toda a comunidade com ações de sustentabilidade em suas atividades administrativas que geram reflexos positivos na sua atividade fim. Neste contexto, foi criado a Agenda A3P pelo Ministério do Meio Ambiente, um programa de Gestão Ambiental com subdivisão em Eixos temáticos com vistas de sua aplicabilidade em órgãos públicos das três esferas. Muitos estudos revelam que a A3P tem aderência parcial nas instituições, desta maneira o objetivo deste estudo foi compreender como a A3P se configura em mecanismo de gestão ambiental e ambientalização no Instituto Federal do Amazonas – IFAM, na Reitoria e nos *Campi* CMC, CMZL, CMDI, CEIRU, CITA e CTB. Buscou-se identificar as práticas de gestão ambiental executadas pelo IFAM antes e depois da adesão a A3P, entender o processo de adesão, implantação e manutenção da A3P, verificando a convergência e aplicabilidade das ações desenvolvidas aos eixos temáticos da A3P e ao processo de ambientalização do IFAM. Para tanto optou-se por uma abordagem multimétodos, com observação *in loco* e entrevista semiestrutura (*checklist*) aos gestores sistêmicos das Unidades citadas. Para análise dos dados coletados foram utilizados métodos misto, com predominância qualitativa para se ouvir dos gestores as experiências, vivências, as realidades e potencialidades das Unidades e a mensuração da percepção dos entrevistados quanto a ações socioambientais do IFAM sobre os Eixos temáticos da A3P. Como oportunidades de melhorias no IFAM, os resíduos gerados pela instituição precisam de melhor atenção, assim como os resíduos perigosos. Outra oportunidade percebida são os investimentos em energias renováveis e o monitoramento do consumo da água. Outro ponto analisado, as licitações sustentáveis, que tem amparo jurídico na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 9.178/ 2017, e o apoio da AGU, porém o IFAM precisa implementar tal ação em suas compras e licitações para que sejam sustentáveis. A Ambientalização e A3P no IFAM são parcialmente aplicadas.

Palavras-chave: Gestão Ambiental, Socioambiental, Políticas Públicas ambientais.

ABSTRACT

Nowadays it is demanded that public institutions reduce the environmental impacts caused by their activities, with the support of environmental management, generating possible mitigations to the social environmental problematic, having as direct results the efficacy and economy efficiency in the public service. The public IES must develop critical and responsible citizens, not just for the profession, but also for life. This way these institutions must set the example to the whole community with sustainability actions within their administrative activities, which bring about positive consequences to the activity itself. Within this context, the Agenda A3P has been created by the Ministry of Environment, an environmental management program with a subdivision in thematic axes with focus on its applicability in public organs on all three power spheres. Many studies reveal that the A3P has partial adherence in institutions. Thus the goal of this study was to comprehend how the A3P articulates itself in a environmental management mechanism and setting in the Federal Institute of Amazonas - IFAM, in the Rectory and in the Campi CMC, CMZL, CMDI, CEIRU, CITA and CTB. The aim was to identify the environmental management practices conducted by the IFAM before and after the accession to the A3P, verifying the convergence and the applicability of the developed actions to the thematic axes of the A3P and the process of setting of the IFAM. For such effect, a multi method approach was chosen with in-loco observation semistructure interview (checklist) to the systemic managers of the aforementioned Units. For the analysis of the collected data, mixed methods have been used, with a qualitative predominance of hearing from the managers the experiences, incidents, the realities and the potentialities of the Units and the perception measure of interviewed participants when it comes to IFAM's social environmental actions on the thematic axes of the A3P. As an example of a possible improvement in IFAM, the residue generated by the institution requires better care, as well as dangerous residue. Another improvement possibility are the investments in types of renewable energy and the monitoring of water consumption. Another analysed point --- the sustainable biddings, which have legal support (Law Number 8.666/93 and Decree number 9.178/2017, and the support of AGU, however, IFAM needs to implement such action in its purchases and biddings in order to make them sustainable. The setting and the AP3 in IFAM are partially applied.

Keywords: Environmental Management, Socio-Environmental, Environmental Public Policies.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Contratações de servidores do IFAM, 2014 a 2019.....**33**
Gráfico 2. Número de adesões à A3P e a Rede A3P no período de 2005 a 2019.....**45**
Gráfico 3. Número de Adesões à Agenda A3P e à Rede A3P por Região Administrativa da Federação do Brasil.....**46**
Gráfico 4. Número de Adesões à Agenda A3P e à Rede A3P na Região Norte (Set/2019)....**47**
Gráfico 5. Número de Adesões à Agenda A3P por Esfera de Governo.....**47**
Gráfico 6. Número de Projetos Inscritos no Prêmio Melhores Práticas da A3P nos anos de 2009 a 2019.....**48**
Gráfico 7. Percentual de projetos das esferas de governo premiados no Prêmio Melhores Práticas da A3P no período de 2009 a 2018.....**49**
Gráfico 8. Número dos trabalhos científicos disponibilizados na biblioteca do MMA no período de 1998 a 2018.....**52**
Gráfico 9. Perfil Socioeconômico dos Gestores Participantes da Pesquisa.....**53**
Gráfico 10. Número de servidores e discentes das Unidades do IFAM.....**55**
Gráfico 11. Frequência (%) relativa da percepção de servidores quanto as atividades de gestão ambiental nos *Campi* do IFAM antes da implementação da A3P.....**63**
Gráfico 12. Aderência ao Eixo 1 A3P - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos - percebida pelos gestores do IFAM.....**65**
Gráfico 13. Aderência ao Eixo 1 por Unidade do IFAM.....**76**
Gráfico 14. Aderência por itens do eixo 2 pelo IFAM.....**77**
Gráfico 15. Aderência ao Eixo 2 por Unidades do IFAM.....**86**
Gráfico 16. Aderência ao eixo 3 por unidades do IFAM.....**88**
Gráfico 17. Ações realizadas no IFAM que aderem ao Eixo 3 da A3P para qualidade de vida no ambiente de trabalho.....**89**
Gráfico 18. Aderência por itens do eixo 4 pelo IFAM.....**96**
Gráfico 19. Aderência ao Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores por Unidade do IFAM pesquisada.....**98**
Gráfico 20. Aderência por itens do Eixo 5 pelo IFAM.....**106**
Gráfico 21. Frequência de aderência ao Eixo Licitações Sustentáveis nas Unidades do IFAM.....**116**
Gráfico 22. Frequência de Aderência aos Eixos da Agenda Ambiental Publica (A3P) pelo IFAM.....**117**

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Linha do tempo apresentando a trajetória da institucionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.....**32**
Figura 2. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável firmados em 2015.....**43**
Figura 3. Pirâmide de politicas públicas socioambientais internas às instituições.....**56**
Figura 4. Certificado de Aderência A3P pelo IFAM.....**58**
Figura 5. Caneca sustentável doada aos servidores e garrafinha *squeeze* em alumínio doados aos discentes para beberem água.....**74**
Figura 6. Equipamentos eletrônicos catalogados pela Reitoria que serão destinados a reutilização em cursos técnico dos *Campi*.....**78**
Figura 7. Aula prática com reutilização de materiais ociosos de TI no Campus de Eirunepé, AM.....**79**
Figura 8. Lixeiras do CMZL.....**81**
Figura 9. Coletor de eletroeletrônicos, pilhas e baterias na reitoria do IFAM.....**83**
Figura 10. 3ª ação para Qualidade de Vida no Trabalho, ano de 2019.....**90**
Figura 11. Semana do Meio Ambiente no IFAM *Campus* Tabatinga.....**98**
Figura 12. Comemorações a Semana do Meio Ambiente no IFAM *Campus* Tabatinga, Temática A3P.....**99**
Figura 13. Comemorações da Semana do Meio Ambiente com a Temática A3P no IFAM *Campus* Tabatinga.....**100**
Figura 14. Hortas implementadas nas Unidades de 1- Eirunepé, 2- Itacoatiara, 3- CMZL e 4- Tabatinga.....**100**
Figura 15. Uso de plantas, arborização e paisagismo. 1- Itacoatiara; 2- CMZL.....**101**
Figura 16. Uso de plantas, arborização e paisagismo. 3- Tabatinga; 4- CMC; 5- Eirunepé e 6- CMDI.....**102**
Figura 17. Resíduos descartados pela comunidade do entorno nas calçadas do IFAM CM.**104**
Figura 18. Agenda do IFAM produzida em papel reciclável.....**110**
Figura 19. Avaliação comparativa do Ciclo de Vida (ACV) dos copos descartáveis de papel e de plástico.....**112**

LISTA DE QUADROS e TABELAS

Quadro 1. Eventos Internacionais que contemplam a Ambientalização.....**28**
Quadro 2. Aspetos comuns abordados nas Declarações Internacionais sobre sustentabilidade para as IES.....**29**
Quadro 3. Quadro sintético da classificação da pesquisa.....**31**
Quadro 4. Missão, Visão e Valores do PDI do IFAM, 2014 – 2018.....**34**
Quadro 5. Quantitativo de participantes da Pesquisa.....**34**
Quadro 6. Sujeitos da pesquisa segundo Organograma 2016 – Reitoria.....**35**
Quadro 7. Quadro sintético dos procedimentos metodológicos.....**37**
Quadro 8. Descrição temática resumida das normas legais brasileiras que subsidiam a A3P**40**
Quadro 9. Descrição e conexão dos Eixos Temáticos da A3P com os ODS.....**42**
Quadro 10. Levantamento bibliográfico (2015 - 2019) sobre estudos avaliando a implementação da A3P em Instituições de Ensino Superior e outras entidades governamentais.....**50**
Quadro 11. Consulta, por e-mail, realizada junto aos IF's sobre a existência de setor específico de gestão ambiental ou sustentabilidade.....**59**
Quadro 12. Resumo das ações de acessibilidade realizadas nas Unidades do IFAM analisadas nesta pesquisa.....**91**
Quadro 13. Existência de profissionais de saúde que atendem os servidores e discentes das Unidades do IFAM pesquisadas.....**94**

Tabela 1. Número de bibliografias que contemplam a temática da Agenda A3P disponibilizadas na Biblioteca Virtual de Produções Acadêmicas do MMA.....**52**
Tabela 2. Percepção dos servidores quanto as ações de Gestão ambiental realizadas antes da implementação da A3P no IFAM.....**62**
Tabela 3. Número de Servidores do IFAM em formação na Pós-graduação *Stricto Sensu*.....**96**
Tabela 4. Meios de aquisição de Papel Reciclado na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo no período de 2006 a 2011.....**110**

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AGU	Advocacia-Geral da União
ANA	Agência Nacional de Águas
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CAERN	Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior
CEIRU	IFAM/*Campus* Eirunepé
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais S.A.
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CISAP	Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública
CITA	IFAM/*Campus* Itacoatiara
CMC	IFAM/*Campus* Manaus Centro
CMDI	IFAM/*Campus* Manaus Distrito Industrial
CMZL	IFAM/*Campus* Manaus Zona Leste
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CTB	IFAM/*Campus* Tabatinga
DAP	Diretoria de Administração e Planejamento
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental
EAD	Educação à Distância
Enel	*Ente nazionale per l'energia elettrica*
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAL	Instituto Federal de Alagoas
IFAM	Instituto Federal do Amazonas
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFG	Instituto Federal de Goiás

IFMG	Instituto Federal Minas Gerais
IFPA	Instituto Federal do Pará
IFRO	Instituto Federal de Rondônia
IFRR	Instituto Federal de Roraima
IFSP	Instituto Federal de São Paulo
IFSULDEMINAS	Instituto Federal do Sul de Minas
IFTO	Instituto Federal do Tocantins
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
IRP	Intenção de Registro de Preço
ISO	*International Organization for Standartization*
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ODS	Objetivos do Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAET	Programa de Apoio a Eventos e Capacitação
PALP	Plataforma de Acompanhamento de Licitações
PCCT	Projeto de conclusão de curso Técnico
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIT	Plano Individual de Trabalho
PNE	Portadores de Necessidades Especiais
PNEA	Plano Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional de Meio Ambiente
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos
ProNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RSA	Responsabilidade Socioambiental
RU	Restaurante Universitário
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGI	Sistema de Gestão Integrada

SIAS	Sociedade Ibgeana de Assistência e Seguridade
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SRP	Sistema de Registro de Preço
SIMPRES	Sistema para Administração de impressão
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande no Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UFT	Universidade Federal de Tocantins
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho"
UNI	Centro Universitário do Rio Grande do Norte
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFEBE	Centro Universitário de Brusque
UNIFESSPA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIR	Universidade Federal de Rondônia
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UofM	Universidade de Michigan
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 15

2. BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA 18

2.1 GESTÃO AMBIENTAL DAS IES COMO PRÁTICA DE SUSTENTABILIDADE 18
2.2 GESTÃO AMBIENTAL: DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – A3P 23
2.3 AMBIENTALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR 26

3. METODOLOGIA 30

3.1 TIPO DE PESQUISA 30
3.2 LOCAL DA PESQUISA E PARTICIPANTES 32
3.3 COLETA E ANÁLISE DE DADOS 36

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO 39

4.1 PANORAMA DA AGENDA AMBIENTAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) 39
4.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA 53
4.3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL SOCIOAMBIENTAL E OS PASSOS DA IMPLANTAÇÃO DA A3P NO IFAM . 55
4.4 GESTÃO AMBIENTAL NO IFAM ANTES DA IMPLEMENTAÇÃO DA A3P: AÇÕES PONTUAIS E DIFUSAS 62
4.5 GESTÃO AMBIENTAL NO IFAM APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA A3P: APLICABILIDADE DOS EIXOS NORTEADORES DA AGENDA 64
4.4.1 Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos 64
4.4.2 Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados. 76
4.4.3 Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho 87
4.4.4 Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores 95
4.4.5 Eixo 5 – Licitações Sustentáveis 104
4.4.6 Aderência a A3P pelo IFAM na percepção dos gestores sistêmicos das Unidades pesquisadas ... 116
4.4.7 A Ambientalização do IFAM 118

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

6. REFERÊNCIAS 125

7. ANEXOS 136

1. INTRODUÇÃO

A motivação para realização do presente estudo nasceu do conhecimento empírico sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P e da constatação da adesão do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, instituição de trabalho do autor, a esta Agenda.

Esta Agenda atende a uma demanda de extrema importância para a implementação e efetividade da sustentabilidade nos órgãos públicos e contribui de forma direta e indireta para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015). Os ODS apontam para a necessidade da transformação do pensar humano, mudanças de suas atitudes, assim como para o esforço coletivo em prol do desenvolvimento sustentável.

As questões ambientais tornaram-se mais visíveis e sentidas pelos países centrais após a segunda guerra mundial quando o processo civilizatório foi fundamentado na produção e consumo reforçado pelo modelo econômico capitalista.

Na era industrial, pela primeira vez, o capitalismo exacerbado pôs a população mundial em perigo iminente com todo tipo de contaminação ambiental. Dentre elas, a denunciada por Raquel Carson em 1962 em seu polêmico trabalho *Primavera Silenciosa*, onde denunciara o uso maçante de *elixires da morte*[1]– praguicidas, usadas na denominada revolução verde norte-americana da produção agrícola em grande escala. Esse modelo desenvolvimentista baseado no crescimento econômico, usou com intensidade os recursos naturais resultando na contaminação do meio ambiente em grande proporção (FIGUEIREDO e CRUZ, 2013, p. 2).

A problemática em voga e recorrente das questões ambientais emerge das discussões no âmbito internacional. Assim, a sociedade mundial passou a engendrar a questão ambiental aprofundando-se no olhar sob três óticas: a ótica corretiva, anos 70; a ótica preventiva, anos 80; e a integradora, nos anos 90 - que fornecem a base teórica para a elaboração das políticas ambientais atuais (MAGRINI, 2001; 2009; INDIANO, 2015).

Nacionalmente, a gestão pública das questões ambientais tem como base a Lei nº 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente que foram recepcionados e ampliados pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 225.

Segundo o art. 5º, parágrafo único, da PNMA: “as atividades empresariais públicas ou privadas serão exercidas em consonância com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente”, o que nos remete a necessidade de um plano gestor socioambiental dentro das

[1] Carson, 1962. As praguicidas eram denominadas pela autora como elixires da morte.

instituições públicas e privadas. Neste contexto, entra em destaque a Gestão Ambiental e suas ferramentas. É inegável que o movimento da sustentabilidade alcança massa crítica mundial e os gestores precisam compreender essa transformação e estarem atentos e proativos para convertê-la em vantagem nas organizações.

Os papéis de todas as instituições hoje estão sendo questionados e repensados, assim, na Administração Pública, que é grande consumidora de bens e serviços, cumpridora responsável das políticas públicas e com grande poder de compra por meio das licitações, precisa ser o exemplo de boas práticas administrativas condizentes com os princípios da economicidade, eficácia e eficiência no uso de recursos naturais e bens comuns (CHIAVENATO, 2003, p. 155).

Desta forma, somos remetidos a um novo pensamento – de ordem racional, o que nos remete ao proposto por Leff (2006) – a racionalidade ambiental. Considerando a abrangência do debate da mudança de racionalidade para o enfrentamento da problemática ambiental no seio da sociedade proposta por Leff, a sustentabilidade no âmbito governamental tem sido cada vez mais um diferencial da nova gestão pública, onde administradores, servidores e terceirizados passam a ser identificados como agentes de mudança na gestão da coisa pública e no cuidado com o ambiente.

Esse novo pensamento, nos faz compreender que não é mais possível traçar linhas regulares, separando o que é atribuição das empresas, dos governos e da sociedade civil, essa situação pertence ao pretérito. A ideia de que o modo de produção e consumo vigente conduz a um desastre é cada vez mais aceita pela maioria dos especialistas (SACHS, 2002; LEFF, 2006; SAVITZ, 2007; ALMEIDA, 2009; BARBIERI, 2011; ELKINGTON, 2011; NASCIMENTO, 2012).

O presente estudo se insere neste contexto, na busca por compreender os mecanismos, contradições e dilemas da gestão ambiental das Instituições de Ensino Superior – IES públicas, tendo como objeto de estudo a ferramenta de Gestão Ambiental criada e disponibilizada pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA - a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e sua operacionalização em sete Unidades do Instituto Federal do Amazonas instaladas em Manaus, Itacoatiara, Eirunepé e Tabatinga.

A A3P é um Programa Federal com adesão livre pelas instituições públicas que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública. A Agenda prevê ações embasadas e estruturadas em cinco eixos temáticos, estimulando desde a mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos

naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho (MMA, 2009, p. 32).

Esse Programa conta com a aceitação e aderência do Setor Público de todo Brasil, e foi premiado pela UNESCO com o Prêmio "O melhor dos exemplos" na categoria meio ambiente, dada sua importância de contribuição para a sociedade (MMA, 2009, p. 30). De outro modo, vários autores apontam fragilidades em sua aplicabilidade nos órgãos públicos. Estudos recentes analisaram os processos de adesão, implantação e manutenção e sua aplicabilidade como ferramenta para a Gestão Ambiental verificando a ocorrência de mecanismos insatisfatórios neste processo, dentre eles as licitações sustentáveis, a falta de recursos e de pessoal qualificado (KRUGER *et al.*, 2011; GOMES e NASSAR, 2015; MONTEIRO e CAMELO, 2015; VIEGAS *et al.*, 2015; NETO *et al.*, 2016; SANTOS *et al.*, 2017).

Assim, tendo como referência o Instituto Federal do Amazonas (IFAM), instituição de educação superior, básica e profissional, que tem em sua Política Socioambiental os preceitos de uma gestão pública embasada na dimensão ambiental e, que, é aderente a A3P, foram propostas as seguintes perguntas norteadoras, como problemática da pesquisa:

- Qual o panorama atual da A3P no Estado do Amazonas e na região norte e segundo esta Agenda, quais as leis, acórdãos e documentos que estão à disposição e que fazem parte de um conjunto de Políticas Públicas para a Gestão Ambiental Pública?
- No IFAM, a A3P tem sido coordenada e aplicada de forma a atingir de resultados convergentes e satisfatórios?

Para responder estas questões, o objetivo deste estudo foi compreender como o Programa A3P se configura em mecanismo de gestão ambiental e ambientalização no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM antes e depois da adesão a A3P. O entendimento desse processo (adesão, implantação e manutenção) e a identificação da convergência e a aplicabilidade das ações desenvolvidas aos cinco Eixos Temáticos da A3P e da ambientalização no IFAM levaram a análise crítica e ao apontamento de contribuições para o melhoramento da Agenda e sua aplicabilidade no Instituto e em outras instituições.

Deste modo, este estudo se estrutura nas seguinte seções: Seção 2 – uma breve discussão teórica sobre Gestão Ambiental das IES como prática de sustentabilidade, a Gestão Ambiental: da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P e a Ambientalização das

Instituições de Ensino Superior – IES; Seção 3 - A metodologia adotada com as respectivas fontes de dados e instrumentos de pesquisa; Seção 4 – Resultados e discussão – onde são analisados os resultados e realizadas reflexões e discussão acerca dos achados da pesquisa e outros estudos sobre a temática; finalmente na Seção 5 - encerraremos com a apresentação da conclusão e considerações finais.

2. BREVE DISCUSSÃO TEÓRICA

2.1 Gestão Ambiental das IES como prática de sustentabilidade

Guerra *et al.* (2015, p. 24) trazem um balanço das atividades e dos resultados alcançados em três anos com o Projeto *Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: Subsídios e Compromissos com Boas Práticas Ambientais*, onde apresentaram:

> A recuperação e revisão pela equipe de pesquisa do modelo da Rede ACES[2], com as dez características necessárias para ambientalização curricular, mostrou-se muito útil, uma vez que permitiu exercitar um diálogo (...) no sentido de lançar um olhar crítico e reflexivo sobre nossa própria práxis, no que diz respeito à inserção da temática ambiental, não só nas disciplinas que ministramos, mas nas outras dimensões além do currículo, ou seja, na pesquisa, extensão, administração e gestão ambiental nas Instituições de Educação Superior (IES). (Idem, p. 25)

Assim, como ponto central deste estudo, a ambientalização com foco na gestão ambiental, faz-se necessário um amplo conhecimento desta categoria. Lozano *et al.*, (2013) aduzem que a ambientalização atua diretamente na formação de tomadores de decisão, administradores, empresários e acadêmicos, e as universidades são reconhecidas pelas possibilidades que engendram de transformação social, de alteração de modelos de relação com a sociedade – natureza e de construção de sociedades sustentáveis, nas quais o bem-estar socioambiental é visto como bem maior.

Profissionais que possivelmente irão atuar direta ou indiretamente no seu entorno natural, social e cultural é que constituem tais instituições como potenciais agentes dinamizadoras da mudança para a sustentabilidade (GELI, 2002, p. 16). A autora infere que:

> Formar profissionais comprometidos com a sustentabilidade implica em mudar os modelos interpretativos em relação às questões ambientais e em avançar na direção de modelos alternativos de análise. A Universidade deve formar pessoas e profissionais capazes de liderar esta mudança de paradigma. Como instituição que assume a sua responsabilidade frente às mudanças que se produzem nos âmbitos sociais, culturais e tecnológicos deve assumir um papel de liderança nesses temas (Ibidem).

[2] ACES – Rede de Ambientalização Curricular do Ensino Superior.

Uma experiência válida e exemplar que constitui um dos primeiros encaminhamentos da gestão ambiental que ocorreu entre 1999-2003 da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, teve início em 1997 com a participação de servidores da universidade na I Conferência Nacional de Educação Ambiental realizada em Brasília, onde, um grupo de professores e técnicos iniciou um ciclo de debates para discutir as questões ambientais no âmbito da universidade, culminando ao final de 1998, com a apresentação de uma proposta a reitoria que apontava para a necessidade da elaboração de um programa de gestão ambiental para a UFRN. Começando com a criação de Comissão para proceder estudos e propor alternativas de otimização do consumo da energia elétrica, entre outros,

> O Grupo de Trabalho para Ações do Meio Ambiente e Educação Ambiental (GTMA), que tinha o papel de articular, de forma organizada e planejada, ações de diversos setores que geram impacto ambiental nos *campi*, propôs um conjunto de diretrizes para a elaboração de uma Política Ambiental da Universidade (UFRN, 2002). Alguns programas, a partir de 2003, por iniciativa da Superintendência de Infraestrutura (SIN), apontam para a solução de impactos ambientais das diferentes atividades desenvolvidas. Os programas considerados prioritários, à época, foram o de gestão integrada de resíduos e o de controle de qualidade da água¸ acrescidos com o de educação ambiental. (GUERRA *et al.* 2015, p. 134)

Com o objetivo de incentivar a adoção de uma postura institucional e social responsável frente ao gravame da problemática ambiental, com prioridade sobre as atividades que geram impacto ao ambiente nas suas dependências, visando o fortalecimento da imagem de uma instituição com responsabilidades socioambientais, o Programa de Educação Ambiental da UFRN (ProEA), foi ofertado em 2003 e organiza-se em atividades de capacitação, motivação, mobilização e formação de hábitos, que são oferecidas aos *stakeholders*[3] em geral. São conjuntamente envolvidos a organização e participação em eventos com a promoção de campanhas relacionadas ao planejamento e a gestão ambiental - programas e projetos de extensão universitária.

Percebe-se pelo exemplo da UFRN que a proposta foi de suma importância para a ambientalização, como incentivo de intervir no meio social, cultural e ambiental, e que é possível perceber a importância da gestão ambiental para esse processo, pois a Universidade deve dar exemplo em suas atividades do dia a dia e em suas práticas esporádicas.

---

[3] *Stakeholder* - público estratégico e descreve uma pessoa ou grupo que fez um investimento ou tem ações ou interesse em uma empresa, negócio ou indústria. É muito utilizada nas áreas de comunicação, administração e tecnologia da informação cujo objetivo é designar as pessoas e grupos mais importantes para um planejamento estratégico ou plano de negócios, ou seja, as partes interessadas. Ao entender a importância dos *stakeholders*, o responsável pelo planejamento ou plano consegue ter uma visão mais ampla de todos envolvidos em um processo ou projeto e saber de que maneira eles podem contribuir para a otimização deste.

Walman (2003, p. 555) lembra que para uma gestão eficiente e integral, é necessária a atuação conjunta e coordenada de três esferas: 1) da administração pública, nos três níveis – federal, estadual e municipal; 2) a sociedade com seus atores, como por exemplo, as universidades, as escolas, sindicatos e associações; 3) âmbito individual, o cidadão desempenhando o seu papel em cuidar do meio ambiente em sua casa, no bairro, no local de trabalho. O autor lembra que a ineficácia de uma dessas três esferas atenua a efetiva conservação do bem ambiental e a objetivada cidadania ambiental.

Outro fator preponderante mostrado por (GUERRA *et al.*, 2015, p. 134) são as atividades de capacitação que podem promover o conhecimento e intentam:

> [...] fornecer aos participantes uma visão global do conceito de sustentabilidade, trabalhando conteúdos referentes à gestão e educação ambiental, incluindo gerenciamento de resíduos sólidos; fundamentos e princípios da educação ambiental, elaboração e gerenciamento de projetos socioambientais, entre outros. Os cursos de extensão de educação ambiental semestralmente atraem um público diversificado. Estas são atividades que buscam despertar a observação e estimular o espírito crítico acerca da complexidade das questões socioambientais contemporâneas. Com isto se transmuta a todos os funcionários das instituições em educadores com papel estratégico e decisivo na inserção da dimensão ambiental no cotidiano, qualificando as pessoas para um posicionamento e uma ação face à crise socioambiental. Ainda mais estas práticas mencionadas possuem como horizonte a mudança do imaginário e de práticas sociais para alargar as possibilidades da cidadania com a mobilização em prol de questões da sustentabilidade socioambiental. (Ibidem).

Simples atos podem intervir numa despoluição – visual e para o meio ambiente, a exemplo do que ocorre na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, que desde seu início, apresenta uma dimensão paisagística, com a arborização, inclusive contando com a reconhecida experiência em pesquisa botânica, desenvolve projeto que representa o marco inicial de uma gestão ambiental:

> O Projeto Verde *Campus*, aprovado em 1997 está na gênese da política ambiental da Unisinos, incluindo as questões ambientais em processo contínuo da coleta de resíduos, o consumo de água e a preservação de áreas verdes, a coleta seletiva de papel, até atingir todas as rotinas de gestão ambiental. Em 2002, foi aprovado o projeto de busca da certificação ambiental do *Campus* e iniciou-se uma nova etapa, cuja política de sustentabilização rege as questões referentes à preservação ambiental, aprovada em 1º de abril de 2004 e revisada em 10 de novembro de 2009. O SGA – Sistema de Gestão Ambiental, responsável pela coordenação das ações ambientais: a organização da coleta de lixo, a reciclagem, a redução do consumo de água e energia e do volume de resíduos gerados. (GUERRA *et al.* 2015, p. 135).

No ano de 2018, o Sistema de Gestão Ambiental – SGA, da Unisinos, desenvolveu atividades para a integração de toda a comunidade acadêmica nos processos relacionados ao meio ambiente e a certificação ISO 14001 (UNISINOS, 2018).

O modelo de política ambiental para a gestão das universidades atinge algumas temáticas, como: a eficiência energética, recursos hídricos, a regulamentação do uso de materiais impactantes, a gestão responsável, o consumo e descarte responsável, coleta seletiva e tratamento de esgotos. A ênfase analítica nestas temáticas situa a política ambiental junto a um discurso pertinente acerca da responsabilidade social que se vincula à visão de gestão eficiente, compartilhada, integral, seja no âmbito interno, seja como mecanismo de extensão a outros agentes com contatos diretos e indiretos. Portanto, as contribuições das universidades também se estendem na promoção de cursos de capacitação ou difusão da gestão ambiental visando atingir o conjunto amplo dos usuários, segundo (GUERRA *et al.*, 2015, p. 135).

> Ao longo da exposição certamente ficará evidenciado o fato de que as políticas implementadas pela gestão das universidades em estudo significam um reiterado esforço para uma adequação à legislação, bem como a produção de uma situação exemplar a outros espaços sociais e organizacionais ou a colaboração com a sustentabilização de todas as atividades na sociedade. (Ibidem).

Nesse sentido é preciso se ater na vinculação da execução das políticas ambientais, onde se encontram com os passos da administração, como planejamento e execução, e as ferramentas que atuarão diretamente como suporte na aplicabilidade da gestão ambiental. Para tanto, Barbieri (2011, p.25) aduz que a gestão ambiental entrelaça:

> Diretrizes e atividades administrativas e operacionais, tais como, planejamento, direção, controle e alocação de recursos e outras realizadas com a finalidade de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, quer reduzindo ou eliminando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quer evitando que eles surjam (Ibidem).

Seiffert (2014), nesse mesmo sentido, correlaciona a gestão ambiental às questões estratégicas das entidades, exigindo uma visão holística de seu contexto, apensando em seu significado, a política, o planejamento e o gerenciamento ambiental, materializando efetivamente suas intenções através de ações objetivas.

Dogmaticamente, a lei da física diz que toda ação gera uma reação. Ora, perante a questão ambiental, para bons resultados, segundo Tachizawa (2017, p. 10) argumenta que, a gestão ambiental perpassa o pensamento mecanicista para a abordagem sistêmica. Segundo a autora, a essência do aspecto dessa mudança, é a percepção do planeta mecânico, que agora se cede à percepção do mundo como sistema vivo, e, nesse sentido, os programas de gestão ambiental que se proponham serem sustentáveis, devem possuir aspectos não somente de correção de danos ou cumprimento de requisitos legais, como também, de prevenção, uma abordagem sistêmica, e o envolvimento de todas as partes interessadas da IES para uma reação positiva.

Atualmente, as práticas de gestão ambiental nas organizações são consequências das pressões sofridas em virtude das degradações ambientais vivenciadas pela humanidade. A trajetória da gestão ambiental é relembrada por (Seiffert, 2014 *apud* Nascimento, 2018, ps. 23-24).

Até o final dos anos 1970, o interesse das indústrias e empresas era expurgar seus poluentes e resíduos produzidos. Na prática, lançavam seus poluentes em lugares longe da fonte geradora. Isso se deu com consequência de avanço tecnológico baixo, do menor contingente populacional e do padrão de consumo menos exigente.

O agravamento da degradação ambiental se deu com o avanço tecnológico nas décadas de 70 e 80, em decorrência de indivíduos com um padrão de consumo mais exigente e esbanjador juntamente com a elevação da densidade demográfica. Assim, as entidades *polluens* sofreram restritividades de controle ambiental, que levaram as organizações a investirem e modificarem seus processos de tratamento de resíduos sólidos, efluentes líquidos, emissões atmosféricas, entre outras.

No período dos anos 1980, as indústrias passaram a reduzir seus resíduos e também a aderir ao processo de reciclagem, tal comportamento se deu ao perceberem a necessidade de mudança nos seus processos de produção. Três aspectos acordou o mundo empresarial para as questões ambientais, mais especificamente em virtude dos problemas relacionados à poluição, a saber: 1 - força da legislação; 2 - perspectivas de ganhos financeiros com a melhoria dos processos; 3 - ajuda ao meio ambiente.

Nos anos de 1990, a proatividade ganhou uma maior ênfase no processo de prevenção da poluição, ocorrendo investimentos em produção mais limpa, com vistas a maximizar o uso de matérias-primas nos processos. Poluição passa a ser sinônimo de má conduta e desperdício. A certificação da *International Organization for Standartization* - ISO, rede de institutos nacionais de normalização que emitem diretrizes sobre responsabilidade social - ISO 26000, qualidade - ISO 9000 e gestão ambiental - 14001, também influenciou para as mudanças nos processos limpos. As normas da ISO 14000 tornaram-se diferencial competitivo para as empresas, pois estruturam e atuam com base em produção mais limpa, ecoeficiência, minimização dos impactos ambientais e melhorias continuas, através de sistemas de gestão ambiental. A força, os princípios e requisitos das normas ISO são considerados uma referência e consenso internacional - frutos de discussão, análise e advindos dos diversos fóruns nacionais que compõem a família ISO.

Já nos anos 2000, os Sistemas de Gestão Integrados – SGI tornaram-se uma realidade em muitas indústrias. Iniciativas relacionadas à avaliação do ciclo de vida do produto, ao eco

design e aos aspectos sociais passam a ser incorporadas nas estruturas organizacionais, o que trouxe novas práticas empresariais. Esta é uma tendência e em virtude do próprio processo natural do crescimento econômico as organizações melhoram o desempenho ambiental, circunstanciados pelos órgãos de controle ambiental e de agentes da sociedade civil organizada.

Barbieri e Silva (2011, p. 111), aduzem que as empresas estão no centro dos problemas ambientais desde as suas origens, pelo uso de todos os tipos de recursos possíveis para produzir bens e serviços, pelos resíduos de produção e consumo, pelo estímulo ao consumismo que tem caracterizado sua atuação desde sempre. Assim, o cenário demonstra que a Gestão Ambiental é a resposta natural das empresas ao novo modelo de mercado e clientela. O quanto antes as organizações começarem a enxergar o meio ambiente como seu principal desafio e como oportunidade competitiva, maior será a chance de que sobrevivam (TACHIZAWA, 2017, p. 6).

2.2 Gestão Ambiental: da Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P

Frente ao gravame da crise ambiental, a temática passou a integrar o rol de preocupações e de discussões da sociedade atual, compreendida como uma crise civilizatória e da racionalidade instrumental (LEFF, 2002). Essa crise é elementar visto os problemas ambientais e sociais causados pelo consumo exacerbado e não sustentável dos recursos naturais - consequência-resultado do processo desigual e desequilibrado da globalização das economias.

As questões relativas à Responsabilidade Socioambiental – RSA [4] traduzem a importância da criação e adoção de políticas e programas adequados a realidade local:

> As questões que remetem à Responsabilidade Socioambiental (RSA) são globais e sua compreensão é diferente por parte das empresas e instituições (governamentais ou não), dependendo dos impactos e da influência dos desafios econômicos, sociais e ambientais a serem enfrentados, bem como dos padrões internacionais e nacionais adotados como referência para o desenvolvimento em cada um dos diferentes países. [...] (MMA, 2009, p. 20).

Essas questões da RSA surgiram com maior visibilidade no Brasil, após a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento:

> [...] realizada no Rio de Janeiro e conhecida como ECO-92, sacramentou, em termos mundiais, a preocupação com as questões ambientais, reforçando os

[4] A responsabilidade socioambiental é um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs, com a assunção de responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos com os quais a entidade interage: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o próprio meio ambiente. (MMA, 2009, p. 27)

> princípios e as regras para o combate à degradação ambiental. Uma das principais conquistas da conferência foi a elaboração da Agenda 21, instrumento diretriz do desenvolvimento sustentável que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. (MMA, 2009).

O Estado é o principal agente junto a sociedade, na participação das instituições públicas no processo de RSA - pois possui ampla responsabilidade e papel indutor das iniciativas atuais e futuras, estimulando a inserção de critérios de sustentabilidade em suas atividades, integrando ações sociais e ambientais com o interesse público. (MMA, 2009, p. 26/27).

Nesse sentido, a Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA em seus artigos trata da prática ambiental, sendo dentre outras, produzir diagnóstico da gestão ambiental no Brasil nas empresas públicas e privadas, com estudos estratégicos que visem aprimorar as técnicas de controle ambiental, estimular a população à atividades no dia a dia que promovam a sustentabilidade e as práticas que visem uso racional dos recursos naturais, aumentar os padrões de qualidade de vida e emergir a questão da inclusão social. Assim a gestão ambiental aparece como forte ferramenta de execução da normatização das políticas públicas.

Conquanto, há a necessidade de não se obstar das competências e responsabilidades das empresas públicas e privadas, a gestão ambiental torna-se ferramenta essencial no contexto da Administração Pública, que busca propriedades exigidas nas suas rotinas, tendo o princípio da economicidade, que se traduz na relação custo-benefício e, ao mesmo tempo, atende ao princípio constitucional da eficiência, incluído no texto da Carta Magna (art. 37) por meio da Emenda Constitucional 19/1998, e que se trata de um dever da administração, (MMA, 2009, p. 32).

Segundo Barbieri (2011), a gestão ambiental pública é caracterizada como a ação do poder público de acordo com uma política ambiental pública, que por sua vez dispõe de diretrizes e instrumentos de ação que visam alcançar a melhoria do ambiente. A ambientalização da universidade envolve não só o currículo, mas a pesquisa, a extensão e a gestão ambiental, como um processo contínuo e dinâmico, que pode auxiliar na transição das instituições de ensino para tornarem-se autênticos “espaços educadores sustentáveis” (GUERRA *et al.*, 2015).

Neste sentido, surge no ano de 1999, a **A**genda **A**mbiental da **A**dministração **P**ública – **A3P**. Criada pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, seguindo a responsabilidade promulgada no Parágrafo Único do Art. 5º da PNMA, que em face ao ordenamento jurídico brasileiro, entendeu-se a viabilidade do Programa, que tem suas diretrizes fundamentadas nas:

> [...] recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, que indica aos países o "estabelecimento de programas voltados ao exame dos padrões insustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégias nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo", no Princípio 8 da Declaração do Rio/92, que afirma que "os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas" e, ainda, na Declaração de Joanesburgo, que institui a "adoção do consumo sustentável como princípio basilar do desenvolvimento sustentável", (MMA, 2009, p. 31).

Mesmo reconhecendo-se a importância da iniciativa, averígua-se possíveis pontos falhos em sua aplicabilidade nos órgãos públicos:

> "Em relação aos eixos temáticos observa-se a necessidade de melhoria nas ações no que se refere a qualidade de vida dos colaboradores da instituição. Assim como se observa que o gargalo na gestão ambiental da instituição, encontra-se no que se refere às compras sustentáveis, a qual foi identificada como inexistente na organização" (KRUGER *et al.*, 2011).

Não olvidando que a Administração Pública é uma grande consumidora de bens e serviços com o poder de compra que possui por meio das licitações, deve ser exemplo das boas práticas nas atividades que lhes cabem, cumprindo sua responsabilidade imposta pelas políticas públicas. Assim o grande desafio consiste em transpor o discurso meramente teórico e concretizar intenções de compromissos sólidos, já que a adoção de princípios sustentáveis na gestão pública exige mudanças de atitudes e de práticas (MMA, 2009, p. 7).

Para que haja essas mudanças de atitudes e práticas, fazem-se necessárias a cooperação e a união de esforços visando minimizar os impactos sociais e ambientais, advindos das ações cotidianas atinentes à Administração Pública. Nesse sentido, ocorre que a A3P é:

> [...] uma ação que busca a construção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicos. A A3P tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporar princípios e critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho. (MMA, 2009, p. 7).

Para atingir seus objetivos a Agenda tem suas ações voltada aos princípios da política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. Esse último R, em grande medida, irá definir o sucesso de qualquer iniciativa para a introdução de critérios ambientais no local de trabalho (MMA, 2009, p. 36).

Diante da importância que as instituições públicas têm na redução de impactos socioambientais negativos, a A3P foi estruturada em cinco eixos temáticos prioritários segundo a Cartilha A3P (2009), a saber: a) uso racional dos recursos naturais e bens públicos;

b) gestão adequada dos resíduos gerados; c) qualidade de vida no ambiente de trabalho; d) sensibilização e capacitação dos servidores; e, e) licitações sustentáveis. Todos os eixos são plausíveis e atendem a uma demanda de extrema importância nos órgãos públicos - a sustentabilidade através da Gestão Ambiental.

Aos interessados, a institucionalização dar-se-á por meio da assinatura do Termo de Adesão, cuja finalidade é integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implementação da agenda. A assinatura do termo demonstra o comprometimento da instituição com a agenda socioambiental e com a gestão transparente. (MMA, 2009, p. 86).

Os órgãos que formalizarem a parceria com o MMA por meio do Termo de Adesão recebem apoio técnico para implementação e operação da agenda, onde, é oferecido cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza conteúdo didático gratuito, além de monitorar e supervisionar as instituições pela plataforma Ressoa[5]. Às instituições interessadas a não aderência, sem vinculo, mas participar de forma indireta, a agenda fornece a participação chamada Rede[6] A3P.

2.3 Ambientalização das Instituições de Ensino Superior

Estudos da noção e perspectiva da ambientalização dos estabelecimentos de ensino e da ambientalização curricular podem ser identificados mais facilmente na literatura acerca da Educação Básica (SANMARTI e PUJOL, 2002; COPELLO-LEVY, 2006) e, nas pesquisas em Educação Superior no Brasil (PAVESI; FARIAS; OLIVEIRA, 2006; KITZMANN, 2007; MARCOMIN; SILVA, 2010).

Kitzmann (2007) discute o processo de ambientalização em sistemas formais e não-formais de ensino, e de Educação Ambiental formal e não-formal, e procura identificar a integração da dimensão ambiental em diferentes níveis e espaços educativos. Conceitua, que ambientalizar o ensino significa "inserir a dimensão socioambiental onde ela não existe ou está tratada de forma inadequada", logo, exige-se a quebra de paradigmas e mudanças nas atividades administrativas e estruturais nas IES. Ainda, aponta que é necessário que:

[5] O Ressoa é um sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental, disponibilizado pelo MMA para os assinantes do Termo de Adesão. O monitoramento é feito pelo próprio órgão sob a supervisão da A3P. Por ser um instrumento auxiliar na gestão do órgão, o sistema permite acompanhar metas e consolidar informações. Através do Ressoa realiza-se a compilação dos dados e o envio do relatório de monitoramento anual da A3P, como previsto no Termo de Adesão. Utilizando a plataforma, não há necessidade de relatórios em meios físicos: economia e sustentabilidade em todos os processos da A3P.

[6] A Agenda A3P oferece aos parceiros (formais e informais) acesso à Rede A3P – uma plataforma para troca de informações e experiências da qual fazem parte instituições públicas e privadas, além de pessoas física e jurídica. Para integrar-se à Rede basta enviar, para o e-mail a3p@mma.gov.br, os seguintes dados: nome, órgão, setor, e-mail, telefone e endereço completo.

> "... o processo de ambientalização esteja norteado em critérios e princípios definidos de forma clara e abrangente, assim como ser realizado de forma sistêmica, considerando tanto a reforma curricular quanto a institucional, de modo a garantir a sua adequada implementação" (KITZMANN, 2007, p. 553-554).

No mesmo sentido, Kitzmann e Asmus (2012) a ambientalização deve promover um questionamento constante e aberto sobre os conhecimentos e suas produções, tendo em vista o favorecimento da formação integral dos estudantes em seus diferentes níveis escolares. Cuja razão, esse processo deve ocorrer não somente na esfera curricular, mas nas diferentes instâncias do processo educativo, exigindo a ampliação do conceito de ambientalização curricular para o de ambientalização no sentido que envolva toda a comunidade que convive no espaço do *campus* universitário.

Barbieri e Silva (2011) corroboram esta ideia ao afirmar que a educação ambiental deve estimular as pessoas a serem portadoras de soluções e não apenas de denúncias, deve também produzir mudanças nas suas próprias condutas, modificando, por exemplo, seus hábitos de consumo. Em virtude de os problemas socioambientais apresentarem uma dimensão planetária, a educação ambiental deve assentar-se numa nova ética universal. A mesma ideia também é apresentada por Sachs (2002) que defende a disseminação da educação, simultaneamente, com o desenvolvimento técnico do capital humano, e também como transformação de concepções e valores, pois são estas e estes que nos conduzirão a novos padrões de produção e de consumo.

Portanto, a ambientalização da universidade não envolve somente o currículo, mas a pesquisa, a extensão e a gestão, como um processo contínuo e dinâmico, que pode auxiliar na transição das instituições de ensino para tornarem-se autênticos espaços de educação sustentáveis (TRAJBER e SATO, 2010). Essa intencionalidade traduz a relação entre as diferentes concepções e dimensões da ambientalização na universidade, uma vez que a comunidade universitária que convive no campus interage com os fluxos de matéria e energia, consome bens e serviços naturais e produz resíduos e impactos ambientais, independente de seu tamanho.

A trajetória histórica das discussões acerca da promoção da sustentabilidade ambiental no contexto das IES tiveram origem na década de 1970, mais especificamente no ano de 1972, em Estocolmo na Suécia, tendo a Conferência das Nações Unidas Para o Meio Ambiente Humano (CNUMAH) como ponto inicial da temática ambiental (FERNANDES, 2017, p. 20). Tal conferência gerou a declaração sobre Ambiente Humano que elencou 26 princípios bases, e de acordo com dois deles, é indispensável trabalhar a educação ambiental dirigido para

jovens e adultos, trazendo um novo entendimento a integração das questões sociais e ambientais, hermenêutica para expressão socioambiental (BARBIERI e SILVA, 2011, p. 20-21). Infere-se neste marco a introdução do aspecto da educação ambiental de forma tímida, mas de suma importância para as grandes discussões seguinte e contemporâneas.

Fernandes (2017) faz referência as grandes Conferências que alienam a Ambientalização das IES ao Ensino, Pesquisa, Extensão e a Administração do *Campus* (Quadro 1). Esses eventos ocorreram como forma de incorporar a temática da sustentabilidade em IES onde, de forma direta ou indireta, contribuíram para as discussões das Conferências posteriores, mantendo alguns aspectos comuns e incorporando novas orientações.

Quadro 1. Eventos Internacionais que contemplam a Ambientalização.

ANO	EVENTOS	DOCUMENTO
1977	Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental em Tbilisi, na Geórgia. Essa conferência foi organizada pela ONU e PNUMA;	**Declaração de *Tbilisi***, documento composto por 41 recomendações;
1990	UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, promoveu um encontro na cidade de Talloires, na França;	**Declaração de *Talloires***, possui dez recomendações e é conhecida como a primeira declaração elaborada e assinada[7] por gestores de IES, se comprometendo em promover a sustentabilidade no ensino superior;
1991	*Conference on University Action for Sustainable Development*, que ocorreu na cidade de Halifax, no Canadá; Reuniram-se reitores de IES do Brasil e do mundo, representantes da Associação Internacional das Universidades e Colégios do Canadá;	**Conferência de *Halifax***, possui 6 recomendações.
1992	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) realizada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro pela ONU. Estiveram presentes representantes de 179 países;	**Agenda 21 Global**, documento com 40 capítulos norteadores para um programa de ação abrangente que objetiva a inserção da temática sustentabilidade, com destaque às questões sociais e ambientais, nos diversos setores da sociedade. O capítulo 36 trata sobre o campo da educação, com ênfase na EA.
1993	15º Congresso da ACU - *Association of Commonwealth Universities*, realizado na cidade de Swansea, País de Gales. Participaram representantes de 400 universidades de 47 países;	**Declaração de *Swansea*,** possui 7 recomendações.
1993	IAU - *International Association of Universities*, Associação Internacional das Universidades;	Aderiu a **Declaração de Kyoto**, resultante das discussões ocorridas na nona mesa redonda da IAU em 1990, na cidade de Tokyo, Japão.
1994	Conferência dos Reitores Europeus, na atualidade denominada AEU - *Association of European Universities*, Associação das Universidades Europeias - 500 IES participantes;	**Carta COPERNICUS** (CO-operation Program in Europe for Research on Nature and Industry through Coordinated University Studies), um documento norteador para alcançar a sustentabilidade

[7] Nascimento (2018, p. 40) conclui em sua Dissertação que, das 503 instituições signatárias da Declaração de *Talloires*, 52 delas são brasileiras e destas, três da região norte, sendo, a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a Universidade Federal do Pará – UFPA, e a Universidade Federal do Acre - UFAC.

		no ensino superior europeu com 10 tópicos de ações abrangentes.
1994	*Campus Earth Summit*, na universidade norte americana Yale. Reuniu mais de 500 pessoas, entre estudantes, professores e administradores de 120 universidades americanas e 29 universidades de outros Países;	*Campus Blueprint for a Sustainable Future*, "Modelo" de Campus para um Futuro Sustentável, o documento trouxe 10 recomendações;
1997	Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública, organizada pela UNESCO e o governo Grego, na cidade de Thessalonik, na Grécia.	**Declaração de *Thessalonik***.

Fonte: Fernandes (2017), elaborado pelo autor (2020).

Otero (2010) *apud* Fernandes (2017) aponta congruências nos aspectos abordados nas declarações internacionais sobre sustentabilidade no ensino superior ocorridas neste período (Quadro 2).

Quadro 2. Aspetos comuns abordados nas Declarações Internacionais sobre sustentabilidade para as IES.

EIXO DA ATIVIDADE	**PARTICULARIDADES COMUNS NAS DECLARAÇÕES**
ENSINO	- Promoção da educação ambiental para todas as pessoas, de todas as idades; - Capacitação de docentes; - Troca de informações por meio de formação de redes de comunicação.
PESQUISA	- Incentivo a criação de programas de pós-graduação interdisciplinares ambientais; - Intercâmbio entre pesquisadores das IES.
EXTENSÃO	- Conscientização ambiental de todos os setores da sociedade; - Formulação de políticas públicas nacionais e internacionais.
ADMINISTRAÇÃO DO CAMPUS	- Adoção de práticas de gestão ambiental sustentáveis na manutenção dos espaços físicos e atividades institucionais; - Estabelecimento de uma comissão para tratar das questões ambientais; - Inserir a preocupação ambiental na política institucional; - Realizar convênios e parcerias com outras IES.

Fonte: Otero (2010) *apud* Fernandes (2017).

Neste sentido, é importante ampliar a discussão da ambientalização para toda a comunidade universitária, por meio da abertura de espaços de discussão, realização de formações continuadas envolvendo gestores, professores e funcionários, a criação de comitês para planejamento da gestão ambiental do campus ou o fortalecimento de centros estudantis – com dialogicidade. É característico dessa discussão identificar potenciais para a inserção da temática e iniciar processos que tenham como fim a ambientalização, pois a universidade não vive isolada no contexto - ela é parte integrante da sociedade.

No Brasil, afere-se a inserção da sustentabilidade socioambiental na gestão, na organização curricular, na formação de professores, nos materiais didáticos e no fomento da cidadania, como enunciado na determinante que consta na Constituição Federal de 1988, Art.

205 e 225, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB - Lei nº 9334/1996, (BRASIL, 1996) e na Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA – Lei nº 9795/1999, (BRASIL, 1999). Essas leis tiveram especial relevância a partir da publicação pelo Conselho Nacional de Educação – CNE, da Resolução nº 2 de junho de 2012 que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental – DCNEA, que normatiza os escritos do Plano Nacional de Educação – PNE (2011–2020).

Quanto à ambientalização e sustentabilidade, em seu Artigo 21, a DCNEA recomenda que:

> Os sistemas de ensino devem promover as condições para que suas instituições educacionais se constituam em espaços educadores sustentáveis, com a intencionalidade de educar para a sustentabilidade socioambiental de suas comunidades, integrando currículos, gestão e edificações, em relação equilibrada com o meio ambiente e tornando-se referência para seu território. (BRASIL, CNE, 2012, p. 7)

É neste contexto que a ambientalização das IES contemplam o currículo, a pesquisa, a extensão e a gestão ambiental do *campus*, enquanto um processo contínuo e dinâmico (GUERRA *et al.* 2015, p. 116-117). Tal processo poderá propiciar à comunidade universitária, vivências não só de práticas, mas também de princípios, de atitudes e valores da sustentabilidade, que sejam praticados fora dos muros da universidade e que sejam incorporados pela comunidade externa, pois, segundo (LEFF, 2009), ao dar a conhecer sobre o desafio que a mudança de uma racionalidade social para uma racionalidade socioambiental nos coloca, reconhecendo, por um lado, que nem a universidade como instituição social, tampouco os acadêmicos como atores sociais são os únicos agentes desse complexo processo de mudança civilizatória.

Dada sua emergência, a problemática ambiental – tanto por pressões dos movimentos sociais e ambientalistas, quanto pelas iniciativas dos grupos internos acadêmicos e externos, a ela sensível e dado à ocupação de espaços acadêmicos, inserindo-os nas diversas atividades risórias da universidade - reconhece-se que embora diante de todas as resistências, a questão ambiental não tem se colocado como totalmente refratária a tal demanda.

3. METODOLOGIA

3.1 Tipo de Pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa multimétodos com abordagem quanti-qualitativa ou misto, o qual “o pesquisador baseia a investigação na suposição de que a coleta de diversos tipos de dados proporciona um melhor entendimento do problema da pesquisa”

(CRESWELL, 2010, p. 43). Para a pesquisa qualitativa, define-se que a "investigação emprega diferentes concepções filosóficas; estratégias de investigação; e métodos de coleta, análise e interpretação dos dados" (CRESWELL, 2010, p. 206). E, a técnica multimétodos segundo Vogt (1993, p. 234) *apud* Gunther *et al.* (2008, p. 375) consiste em "usar mais do que um método para estudar a mesma coisa". Assim, trabalhamos nesta pesquisa, os métodos: bibliográfico que para Tozoni-Reis (2009, p. 25), consiste numa "busca de conhecimentos sobre os fenômenos investigados na bibliografia especializada", pesquisa documental, observação *in loco* e aplicação de *Checklist* (entrevista e questionário), (CRESWELL, 2010, p. 213). As técnicas de análise dos dados, foram: análise de (BARDIN, 2009; CRESWELL, 2010) e análise estatística descritiva.

Trata-se de um estudo de caso de um fenômeno contemporâneo (YIN, 2015, p.10) com o uso de múltiplas técnicas de coleta de dados que, neste tipo de pesquisa, se dará a fim de garantir a profundidade necessária ao estudo e a inserção do caso em seu contexto, bem como para conferir maior credibilidade aos resultados (GIL, 2010).

Para os objetivos mais gerais, esta pesquisa caracteriza-se como descritiva cujo "objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis" (GIL, 2002, p. 42), pretendendo-se buscar o aprofundamento com os conteúdos envolvidos neste projeto. Cervo, Bervian e Silva (2007, p. 32), aduzem que, a pesquisa descritiva constitui a habilidade de fazer com que o outro veja mentalmente aquilo que o pesquisador observou. A descrição deve ser suficientemente precisa para que o interlocutor, ou o leitor, seja capaz de visualizar exatamente aquilo que o pesquisador observou. No (Quadro 3) apresenta-se, de forma estrutural, a classificação da metodologia desta pesquisa.

Quadro 3. Quadro sintético da classificação da pesquisa.

Quanto aos objetivos da pesquisa/fins	**Quanto à natureza da pesquisa**	**Quanto a escolha do objeto de estudo**	**Quanto a técnica de coleta de dados**	**Quanto a técnica de análise de dados**
▪ Descritiva;	▪ misto;	▪ Estudo de caso;	▪ Pesquisa bibliográfica; ▪ Pesquisa documental; ▪ Observação; ▪ Entrevista; ▪ Questionário;	▪ Análise de conteúdo; ▪ Estatística descritiva;

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

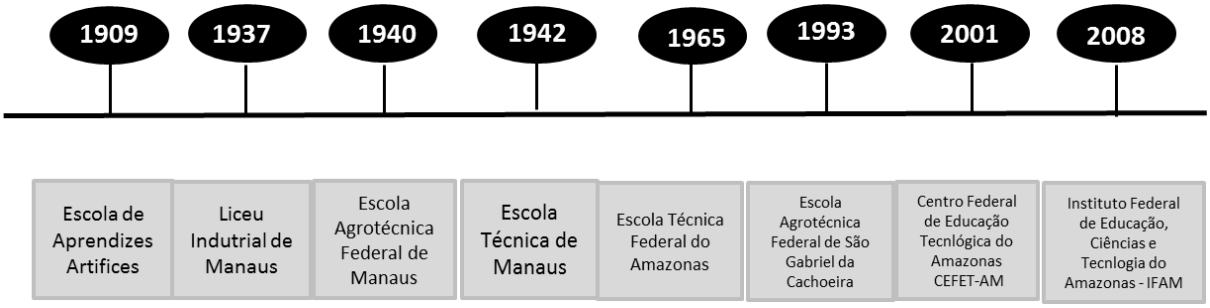
As etapas seguidas na construção deste trabalho foram: familiarização com o *Site* do MMA, com o conteúdo/programa da A3P; familiarização com o *Site* do IFAM, para a coleta dos dados secundários; pesquisa bibliográfica; coleta e seleção dos dados para análise; tratamento dos dados de pesquisa, enquadramento e configuração dos resultados e discussão.

3.2 Local da Pesquisa e Participantes

A pesquisa aconteceu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia pelo Governo Federal teve como base a Rede Federal de Educação Tecnológica como uma proposta de expansão do ensino técnico e tecnológico, uma vez que promovem o ensino nos níveis básico, técnico e tecnológico, incluindo programas de formação e qualificação de trabalhadores, licenciaturas e cursos de Pós-graduação *Lato* e *Stricto Sensu*. Considera-se assim, que a instituição possui grande poder de influência no direcionamento da humanidade para a adoção de práticas sustentáveis.

Em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dentre eles, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). A trajetória da Instituição no Amazonas remonta desde o início do século Figura 1, (MELLO, 2009).

Figura 1. Linha do tempo apresentando a trajetória da institucionalização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.



Fonte: Melo, 2009. Elaborado pelo autor, 2019.

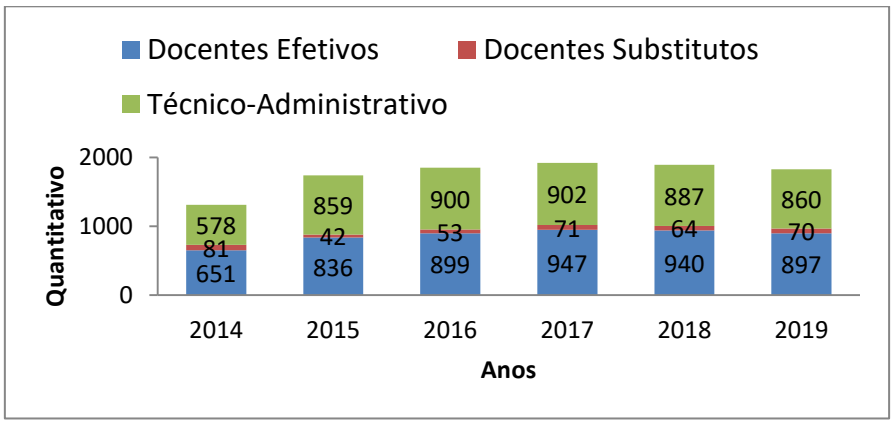
Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional que passaram a compor o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), a saber: (1) o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), que contava com duas

Unidades de Ensino Descentralizadas uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; (2) a Escola Agrotécnica Federal de Manaus; e (3) a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira.

O IFAM está estabelecido em 23 munícipios (2018) e conta com seus 16 *Campi* distribuídos na capital: (1) Manaus Centro, (2) Manaus Distrito Industrial e (3) Manaus Zona Leste; e em outros doze municípios: (4) Coari, (5) Lábrea, (6) Maués, (7) Manacapuru, (8) Parintins, (9) Presidente Figueiredo, (10) São Gabriel da Cachoeira, (11) Tabatinga, (12) Humaitá, (13) Eirunepé, (14) Itacoatiara, (15) Tefé e (16) Iranduba. No primeiro semestre de 2018 as matrículas somavam 25.768 estudantes, distribuídos em 162 cursos técnicos presenciais, 68 cursos em EAD, 15 tecnólogos, sete Licenciaturas, cinco Bacharelados, dois cursos *Lato Sensu* e três Mestrados Profissionais (IFAM, 2018). O segundo *Campus* Avançado em funcionamento no IFAM, depois de Manacapuru, é a Unidade de ensino em Iranduba iniciou as atividades no mês setembro de 2019, com 80 alunos matriculados nos cursos técnicos na forma subsequente em Administração e Informática. As aulas ocorrem provisoriamente no Centro Educacional de Tempo Integral Maria Izabel Ferreira Xavier Desterro e Silva (IFAM, 2019). No mesmo mês, iniciou-se também o processo seletivo discente para o curso técnico de nível médio na forma subsequente em Agropecuária, no Centro de Referência do Município de Nova Olinda do Norte, vinculado ao *Campus* Itacoatiara.

O número de servidores foi paulatinamente crescente de 2014 (=1.310) até o ano de 2017 (=1.920) com pequena queda em 2018 (n=1.891) e finalizando o ano de 2019 com (n=1.827), como mostra o (Gráfico 1) com dados obtidos no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH) onde pode-se gerar vários tipos de relatórios, as medições estão disponíveis a partir de 2014.

Gráfico 1. Contratações de servidores do IFAM, 2014 a 2019.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No Plano de Desenvolvimento Institucional do IFAM 2014 – 2018 (IFAM, 2014), dentre os valores da instituição está o de responsabilidade socioambiental, foco desta pesquisa (Quadro 4*)*.

Quadro 4. Missão, Visão e Valores do PDI do IFAM, 2014 – 2018.

ITEM	DESCRIÇÃO
Missão	Promover com excelência a Educação, Ciência e Tecnologia para o desenvolvimento sustentável da Amazônia.
Visão	Consolidar o IFAM como referência nacional em Educação, Ciência e Tecnologia.
Valores	Acessibilidade e inclusão social; Valorização das pessoas; Cidadania e justiça social; Ética e transparência; Excelência na gestão educacional; Gestão democrática participativa; Inovação e empreendedorismo; Respeito à diversidade; Responsabilidade socioambiental; e Solidariedade.

Fonte: PDI IFAM 2014-2018, Elaborado pelo autor, 2019.

A Pró Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) do IFAM abriu consulta pública para elaboração do PDI-2019-2023 em julho de 2019, "Alunos, servidores e comunidade externa estão convidados a contribuir no PDI." (IFAM, 2019).

Para este estudo foram escolhidas as Unidades Reitoria e os *Campi* Manaus Centro, Manaus Zona Leste e Manaus Distrito Industrial (Região do Rio Negro/Solimões), Itacoatiara (Região Médio Amazonas), Eirunepé (Região do Juruá) e Tabatinga (Alto Solimões). A escolha da Instituição para amostra da pesquisa se deu por questão de conveniência, considerando que como servidor do IFAM *Campus* Eirunepé me ocorreu a motivação de contribuir com a reflexão acerca da gestão ambiental na Instituição. Os *Campi* Manaus e Itacoatiara, além de Eirunepé foram escolhidos considerando a facilidade de acesso, pois o curso de mestrado ocorre em Manaus e Itacoatiara tem acesso via terrestre com transporte rodoviário que facilitou a pesquisa *in loco*. Já o *Campus* Tabatinga foi incluído, com autorização prévia da orientadora após a indicação por parte do Coordenador de Gestão Ambiental da Reitoria.

Participaram desta pesquisa (n=36) dos 42 gestores de unidades de gestão da instituição (Quadros 5 e 6) identificados no organograma apresentado na Estrutura Organizacional (Organograma 2016 da Reitoria e dos *Campi* do IFAM).

Quadro 5. Quantitativo de participantes da Pesquisa.

SUJEITOS E QUANTITATIVO		
REITORIA	**QUANTIDADE**	**TOTAL**
Reitor	1	1
Pró-reitores	5	5
Diretorias	11	11

Coordenador Gestão ambiental	1						1
						Sub-Total	**18**
Nos *Campi*	***Campus**/Quantitativo**						
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	
Diretor Geral	1	1	1	1	1	1	6
Diretor Adm. e Planej.	1	1	1	1	1	1	6
Diretor de Ensino	1	1	1	1	1	1	6
Subcoordenador A3P	1	1	1	1	1	1	6
						Sub-Total	**24**
						Total Geral	**42**
***1 – Manaus Centro; 2 – Manaus Zona Leste; 3 – Manaus Distrito Industrial; 4 – Itacoatiara; 5 – Eirunepé; 6 – Tabatinga.**							

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

Quadro 6. Sujeitos da pesquisa segundo Organograma 2016 – Reitoria (Anexo 4).

UNIDADE/CAMPUS	**GESTORES ENTREVISTADOS**		
REITORIA			
Reitoria	Reitor		
Pró-reitoria de Ensino (PROEN);	Pro-Reitor (a) de Ensino;	Diretor (a) de Desenvolvimento da Educação Superior (DDES);	Diretor (a) de Desenvolvimento da Educação Básica (DDEB);
	Diretor (a) de Educação a Distância (DEAD).		
Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PPGI);	Pró-reitor (a) de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação;	Diretor (a) de Pesquisa e inovação tecnológica (DPIT);	Diretor (a) de Pós-graduação (DPG);
	Diretoria do CTHM.		
Pró-reitoria de Extensão (PROEX);	Pró-reitor (a) de Extensão;	Diretor (a) de Extensão e Produção (DIEP);	
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);	Pró-reitor (a) de Desenvolvimento Institucional;	Diretor (a) de Gestão de TI (DGTI);	Diretor (a) de obras e serviços de Engenharia (DOSE).
	Coordenador de Gestão Ambiental (Coordenador da A3P)		
Pró-reitoria de Administração (PROPLAD);	Pró-reitor (a) de Administração;	Diretor (a) de Administração e orçamento (DAOR);	Diretor (a) de Gestão e Pessoas (DGP).
NOS *CAMPI*			
Campus	Diretor (a) Geral;	Diretor (a) de Ensino, Pesquisa e Extensão;	Diretor (a) de Administração e Planejamento;
	Coordenador de Gestão Ambiental (Subcoordenadores A3P).		

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

A amostra foi de 36 gestores do universo de 42 gestores (Quadro 6) das Unidades pesquisadas considerando seu envolvimento direto na gestão institucional e direto ou indireto na gestão, aplicação e execução da A3P. A diferença entre o número identificado durantes a pesquisa e aqueles dispostos no organograma do IFAM (2016), ocorre devido as seguintes situações: 1) a Diretoria do CTHM foi extinta devido aos cortes governamentais; 2) a fusão da Diretoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (DPIT) com a Diretoria de Pós-Gradução (DPG); 3) a fusão da Diretoria de Administração e Orçamento (DAOR) e a Diretoria de Gestão e Pessoas (DGP); e 4) o Coordenador Gestão Ambiental a época da pesquisa, também atuava na Diretoria de Educação a Distância (DEAD); e 5) a vacância de dois Coordenadores

de Gestão Ambiental nos *Campi*. A extinção e as fusões das diretorias não alteraram o organograma da instituição, pois espera-se no futuro retomar estas pastas com funções gratificadas e não gratificadas devido sua importância e especificidades, explica um dos entrevistados na pesquisa (GA08).

Os critérios de inclusão foram, estar exercendo o cargo de gestor das unidades de gestão elencadas no Quadro 3 no momento da entrevista e exprimir o desejo de participar da pesquisa assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE aprovado pelo Parecer N. 3.274.319 em 21 de abril de 2019 (Anexo 2). O critério de exclusão foi a vacância de cargo no momento da pesquisa ou a recusa do gestor em participar da pesquisa.

3.3 Coleta e análise de dados

No primeiro momento da pesquisa foram levantadas publicações cientificas e técnicas, relatórios, leis, acórdãos e normas inerentes a A3P. Momento em que também foi realizado o levantamento da bibliografia, dos registros, projetos, relatórios, enfim, da historicidade relacionada à Gestão Ambiental, a ambientalização das IES. Foram reunidos dados para formar um panorama nacional sobre a adesão institucional a A3P ao longo dos últimos 20 anos (1999 a 2019) desde sua implementação. Parte do panorama, foi levantado a representatividade de Instituições Públicas da região norte e demais regiões, e destas, as instituições sediadas no estado do Amazonas. Esses dados e informações foram extraídos do *site* do Ministério do Meio Ambiente, relatórios do MMA, e outros documentos disponíveis.

No segundo momento deste trabalho, para compreender como a A3P se configura em mecanismo de Gestão Ambiental e Ambientalização no IFAM, foi buscado: 1) Entender como se deu o processo de motivação, adesão, implantação e manutenção da A3P na Instituição; 2) Identificar as práticas de gestão ambiental executadas pelo IFAM antes e depois da adesão a A3P; 3) Verificar a convergência e aplicabilidade das ações desenvolvidas aos eixos temáticos da A3P e ao processo de ambientalização do IFAM.

Na reitoria junto ao Coordenador de Gestão Ambiental no IFAM, foi solicitada a documentação (cópia ou arquivo digital) referente a todo o processo de aderência da Agenda conforme os 5 passos indicados na Cartilha A3P (MMA, 2009, p. 89).

Foi verificado junto ao coordenador de gestão ambiental, a existência de mecanismos de renovação da A3P para os próximos anos e as justificativas para isso por meio de entrevista orientada pelo Questionário aberto 2 (Anexo 6), onde também foi indagado a motivação da aderência da Agenda na instituição, as principais dificuldades e pontos positivos, bem como as unidades que estão ramificadas com a A3P e por final uma breve

avaliação da aplicabilidade do Programa no IFAM. No ensejo foi solicitado os custos fixos atuais com gastos com água, energia, papel, copos plásticos e outros, com a finalidade de comparar os gastos, o qual já havia (30 dias) solicitado a todos os *Campi*, juntamente com o nome de todos os coordenadores de gestão ambiental (subcoordenadores A3P).

Nos *Campi*, junto aos coordenadores de gestão ambiental – subcoordenadores de gestão ambiental, foi averiguado a ramificação da A3P, a fim de identificar características, condições adversas e propícias à implementação e aplicabilidade da agenda.

Para o levantamento de dados também foi realizada entrevista orientada por questionário com todos os participantes (Quadro 5) utilizando o Questionário 1 (Anexo 6) que compõe-se de: 1) levantamento do perfil socioeconômico; 2) *Checklist* que visa identificar os aspectos relacionados a gestão ambiental antes da implantação da A3P (tendo como base cincos objetivos socioambientais); 3) Continuação do *Checklist* que consiste em verificar as ações do IFAM relativos aos eixos temáticos da A3P.

Ao longo do trabalho de campo, visando identificar as práticas de gestão ambiental executadas nas Unidades escolhidas para este estudo, foram realizadas visitas e observação participante nas unidades selecionadas. O intuito dessas visitas foi conhecer as ações realizadas no âmbito do Programa A3P e ambientalização nas instituições estudadas, conhecer suas particularidades, relatar situações adversas e favoráveis (se houver) e conhecer suas estruturas físicas.

O *checklist* e os fenômenos observados *in loco* foram registrados no diário de bordo digital, também por registro iconográfico e fonográfico a partir de previa autorização. Os instrumentos de coleta de dados estão sintetizados no (Quadro 7) a seguir.

Quadro 7. Quadro sintético dos procedimentos metodológicos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	**MEIOS TÉCNICOS**
Entender como se deu o processo de adesão, implantação e manutenção da A3P;	- Levantamento de dados secundários para o Panorama da A3P; - Verificação da documentação de adesão do IFAM junto a A3P; - Verificação da pretensão de renovação da A3P e as justificativas apresentadas. - Documentação, visita *in loco* e questionário 02.
Identificar as práticas de gestão ambiental executadas pelo IFAM antes e depois da adesão a A3P;	- Investigação com observação, documentação, visita *in loco* e questionário 01.
Verificar a convergência e aplicabilidade das ações desenvolvidas aos eixos temáticos da A3P e ao processo de ambientalização do IFAM.	- Analisar os pontos de maiores e menores potencialidades dos eixos da A3P aplicados no IFAM, em cada C*ampus* e Reitoria.. - Identificar potencialidades não aplicadas nas unidades pesquisadas. - Visita *in loco* e aplicação de questionário 01.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

As variáveis deste trabalho estão alocadas em 7 dimensões: questionário socioeconômico (parte 1), questionário fechado gestão ambiental antes da A3P – C*hecklist* (parte 2) e gestão ambiental depois da A3P – *Checklist* (parte 3). Na (parte 3) foram incluídos os cinco eixos da A3P, o que também é considerado parte das dimensões, pois cada eixo possui quantitativos de questões específicas e diferentes. Sampieri, Collado e Lucio (2006, p. 121) definem as variáveis, como a propriedade que uma variação tem em ser medida ou observada, podendo a variável ser aplicada a um grupo, pessoas ou objetos, os quais adquirem valores ou manifestações com respeito a variável.

Todas as variáveis incluídas no *checklist* seguem o formato da escala *Likert* que geralmente são trabalhados em cinco pontos, mas neste trabalho fora adaptado, sendo: com duas categorias (parte 2), que tece "SIM" (posição 1) e "NÃO" (posição 2) para as práticas de gestão ambiental antes da A3P; e, com três categorias (parte 3) para as práticas de gestão ambiental da A3P, "ADERE" (posição 1), "NÃO ADERE" (posição 2) e uma alternativa neutra, caso o respondente não soubesse responder (posição 3).

Foi incluída uma posição neutra na escala pelo fato de ter o cuidado de obter informações acerca do conhecimento real dos respondentes, caso os mesmos não obtivessem conhecimentos acerca das questões incluídas no *Checklist*, não seria adequado responder Adere ou Não Adere não tendo a certeza, e este procedimento é totalmente válido, pois, Hill e Hill aduzem (2008, p. 131) "torna-se aconselhável ou (necessário) incluir a resposta 'não sei' em algumas perguntas. Normalmente, isto acontece em perguntas que requerem um conhecimento específico"

O questionário *checklist* (Anexo 6) foi adaptado do trabalho intitulado "*Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia***"** de Luiz *et al.* (2013), cujo objetivo geral foi analisar a aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por um Instituto Federal de Educação do Estado de Santa Catarina. Os principais resultados demonstrados evidenciaram que a Instituição desenvolve poucas ações de conscientização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados e que naquele momento, sua prioridade era a capacitação dos técnicos administrativos e as licitações sustentáveis.

Para a pesquisa *in loco* foi obtido autorização prévia do Magnifico Reitor do IFAM, Professor Antonio Venâncio Castelo Branco (Anexo 1).

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE aplicado aos gestores (Anexo 3), e os questionários foram aplicados em impressões preto e branco, frente e verso, o que inicialmente era em meio digital não foi aplicável pela percepção da desvantagem em relação ao quantitativo de entrevistados.

As análises de todas as informações foram armazenadas e tabuladas utilizando-se planilhas Excel e a análise dos questionários se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme os subsídios teóricos de Bardin (2009) e Creswell (2010), seguindo as etapas de: pré-análise; exploração do material (ou codificação); e tratamento dos resultados (inferências e interpretações).

A análise das variáveis quantitativas se dará com o uso da estatística descritiva:

> A estatística descritiva, cujo objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas (GUEDES *et al.* 2005).

A estatística descritiva utilizada neste trabalho consiste medidas de tendência central como: média aritmética, mediana e moda (GUEDES *et al.* 2005).

A fórmula da média aritmética pode ser descrita por:

$$x = \frac{x_1 + x_2 + \cdots + x_n}{n}$$

Onde:

X= Média; $x_1, x_2, x_3,...,x_n$: valores dos dados; n: número de dados

Os dados coletados foram agrupados no Programa Excel, onde foram criadas as tabelas e os gráficos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Panorama da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

Segundo documento do Ministério de Meio Ambiente que descreve a Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P (MMA, 2009) sua concepção está fundamentada em marcos legais brasileiros (Quadro 8) que apoiam seu principal objetivo: estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores públicos com a incorporação de critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. Essas normas dão suporte para aplicabilidade da Gestão Ambiental na Administração Pública que pode servir de modelo de gestão socioambiental em outros segmentos da sociedade.

Quadro 8. Descrição temática resumida das normas legais brasileiras que subsidiam a A3P.

LEIS/DECRETOS/ RESOLUÇÕES/ INSTRUÇÕES NORMATIVAS/ OUTRAS NORMAS		**DESCRIÇÃO TEMÁTICA**
LEIS	Lei nº 10.295, de 17/10/01;	- Versa sobre a eficiência energética dos equipamentos comercializados no país que devem atender aos índices mínimos de eficiência ou níveis máximos de consumo de energia definidos;
	Lei nº 8.666/93;	- Regulamenta as licitações;
	Lei Federal nº 9.433, de 8/01/97;	- Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos.
DECRETO	Decreto nº 5.940 de 26/10/06;	- Instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta na fonte geradora e sua destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis e constituiu a Comissão da Coleta Seletiva Solidária, criada no âmbito de cada órgão e entidade da administração pública federal direta e indireta com o objetivo de implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados na fonte geradora e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis.
	Decreto Federal nº 1.171, de 22/06/94;	- Dispõe sobre o código de ética do servidor público.
	Decreto nº 5.450/05;	- Regulamenta o pregão, na forma eletrônica;
	Decreto nº 48.138, de 8/10/03;	- Adota medidas para evitar o desperdício de água tratada;
	Decreto nº 4.131, de 14/03/02;	- Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal;
	Decreto nº 24.643, de 10/06/34	- Código das Águas;
RESOLUÇÃO	Resolução CONAMA nº 2, de 8/03/90;	- Institui, em caráter nacional, o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora-Silêncio, para o monitoramento das questões de poluição sonora.
	Resolução CONAMA nº 20, de 7/12/94**;**	- Quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
	Resolução CONAMA nº 257, de 30/06/99; Sistema de logística reversa criada pela Lei 12.305/2010;	- Prevê a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis;
	Resolução CONAMA Nº 418/2009**;**	- Dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente e determina novos limites de emissão e procedimentos para a avaliação do estado de manutenção de veículos em uso;
	Resolução CONAMA Nº 415/2009;	- Dispõe sobre nova fase de exigências do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos automotores leves novos de uso rodoviário;
	Resolução CONAMA Nº 342/2003;	- Estabelece novos limites para emissões de gases poluentes por ciclomotores, motociclos e veículos similares novos, em observância à Resolução nº 297, de 26 de fevereiro de 2002;
	Resolução CONAMA nº 416/09;	- Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências,

		disciplina o gerenciamento dos pneus considerados inservíveis que, dispostos inadequadamente, constituem passivo ambiental, com riscos ao meio ambiente e à saúde pública;
	Resolução CONAMA nº 401/2008;	- Estabelece que pilhas e baterias que tenham elevados teores de chumbo, mercúrio e cádmio, devem ser recolhidas pelos estabelecimentos comerciais;
	Resolução CONAMA nº 9, de 31/08/93;	- Dispõe sobre óleos lubrificantes;
	Resolução CONAMA nº 307/2002;	- Dispõe sobre entulhos de construção civil e canos de PVC;
	Resoluções CONAMA nº 257 e nº 263/99;	- Tratam do tema baterias e peças mecânicas;
	Resolução CONAMA nº 358/2005;	- Versa sobre medicamentos com data vencida e resíduos de serviços de saúde;
INSTRUÇÃO NORMATIVA	Instrução Normativa Nº1 de 19/01/10;	- As regras abrangem os processos de extração ou fabricação, utilização e o descarte de produtos e matérias-primas. A IN abrange os órgãos da Administração Federal Direta, Autarquias e Fundações;
OUTRAS	Normas de Certificação ISO 9000 ISO 9001 e ISSO 14000 ISO 14001;	- Trata sobre qualidade e proteção ambiental;
	Normas de Certificação ISO 26000;	- Norma Internacional de Responsabilidade Social;
	British Standard 8800 – BS 8800 e a Occupational Health and Safety Assessment Series 18001 - OHSAS 18001;	- Trata a respeito de segurança e saúde no local de trabalho;
	Social *Account Ability* 8000 – SA 8000.	- Sobre funcionários e condições de trabalho;
	Account Ability 1000 - AA 1000;	- Sobre a responsabilidade social de forma geral, inclusive meio ambiente, e o Global Reporting Initiative - GRI, com ênfase em aspectos ecológicos.
	Série ISO 14020.	-Rotulagem Tipo I – NBR ISO 14024: Programa Selo Verde; -Rotulagem Tipo II – NBR ISO 14021: Auto-declarações ambientais; -Rotulagem Tipo III – NBR ISO 14025: Avaliação do ciclo de vida;

Fonte: (MMA, 2009, elaborado pelo autor, 2019).

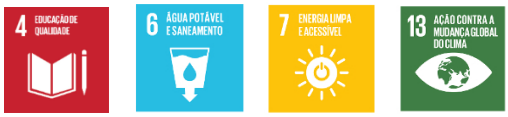
Aos órgãos públicos das três esferas a adesão a A3P é livre e facultativa, o que tem dado autonomia as instituições na decisão de aderir a Agenda. Portanto, àquelas que fizerem a aderência devem assumir o engajamento coletivo, incorporando conceitos e estratégias preconizadas, objetivando a mudança de rotinas institucionais, hábitos, atitudes e a difusão do Programa no âmbito institucional.

Durante este estudo um dos gestores entrevistados (GA03) aponta que os gestores são mais sensibilizados as questões socioambientais obrigatórias por lei, citando a coleta seletiva como exemplo. Arruda e Rodrigues (2018, p. 63) também aduzem que a liberdade de aderência ou não, pode ser um fator negativo na implementação desta agenda. Um dos

entrevistados daquela pesquisa ressalta que "há muitas normas que são obrigatórias, forçando que a implantação oficial da A3P fique 'pra depois'".

A Agenda foi estruturada em cinco eixos temáticos prioritários (MMA, 2009). Em 2017 foi lançado novo documento institucional cartilha para a "Gestão Socioambiental para as Universidades Públicas" (MMA, 2017), onde são apresentados seis eixos. Porém, para este trabalho utilizamos o espelho da cartilha de 2009 que segundo o próprio Ministério essas conceituações não afetam a aplicação da Agenda (Idem, p. 15). O que está preconizado nos eixos temáticos desta Agenda atende, de forma direta e indireta, ao que está estabelecido nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015) (Quadro 9).

Quadro 9. Descrição e conexão dos Eixos Temáticos da A3P com os ODS.

EIXO TEMÁTICO	DESCRIÇÃO	CONEXÃO COM OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
Eixo 1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;	- Implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. - Engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente.	
Eixo 2 Gestão adequada dos resíduos gerados;	- Passa pela adoção da política dos 5R´s: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. - Deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente.	
Eixo 3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho;	- Visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional.	
Eixo 4 Sensibilização e capacitação dos servidores;	- Busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. - O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades.	
Eixo 5 Licitações sustentáveis;	- A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. - As licitações devem levar à aquisição de produtos e serviços sustentáveis que são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas, também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazos quando comparadas	

	às que se valem do critério de menor preço.	

Fonte: (MMA, 2009; ONU, 2015; Elaborado pelo autor, 2019).

Os ODS foram instituídos pelas Nações Unidas em 2015 e funcionam como um plano de ação que busca fortalecer a paz universal com mais liberdade envolvendo estados, governos e outras instituições de países interessados em atuar em parceria colaborativa na implementação deste plano. São medidas ousadas e transformadoras que são urgentemente necessárias para direcionar o mundo para um caminho sustentável e resiliente até 2030. É uma agenda formada por 17 objetivos com 169 metas associadas (Figura 2) que são integradas e indivisíveis, abrangem e atuam sob o direito internacional e os direitos humanos (ONU, 2015). O Brasil é signatário desta Agenda, e precisa demonstrar mudanças e ações efetivas assim como todos os países que fazem parte do pacto.

Figura 2. Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável firmados em 2015.

Fonte: ONU, 2015, adaptado pelo autor, 2020.

Considerando a convergência e a conexão dos eixos temáticos prioritários estabelecidos na A3P com os ODS, o Brasil ao implementar A3P, e tê-la aplicada em todos os órgãos públicos, poderia potencializar em muito o atingimento das metas dos ODS. Neste sentido, três municípios do Estado de Sergipe já inovam pois institucionalizaram a Lei N. 293/2018, Lei N. 339/2018 e Lei N. 429/2018 nos municípios São Miguel do Aleixo, Cumbe e Campo do Brito, respectivamente, incentivando a adoção do Programa A3P como prática de toda máquina municipal.

Independentemente de ter instituído lei, todos os interessados a partir da formalização, recebem apoio técnico para implementação e operação da Agenda. O Ministério do Meio Ambiente também oferece cursos de capacitação, promove eventos e disponibiliza conteúdo

didático gratuito, além de monitorar e supervisionar as instituições pela Plataforma Ressoa – sistema eletrônico de acompanhamento das atividades.

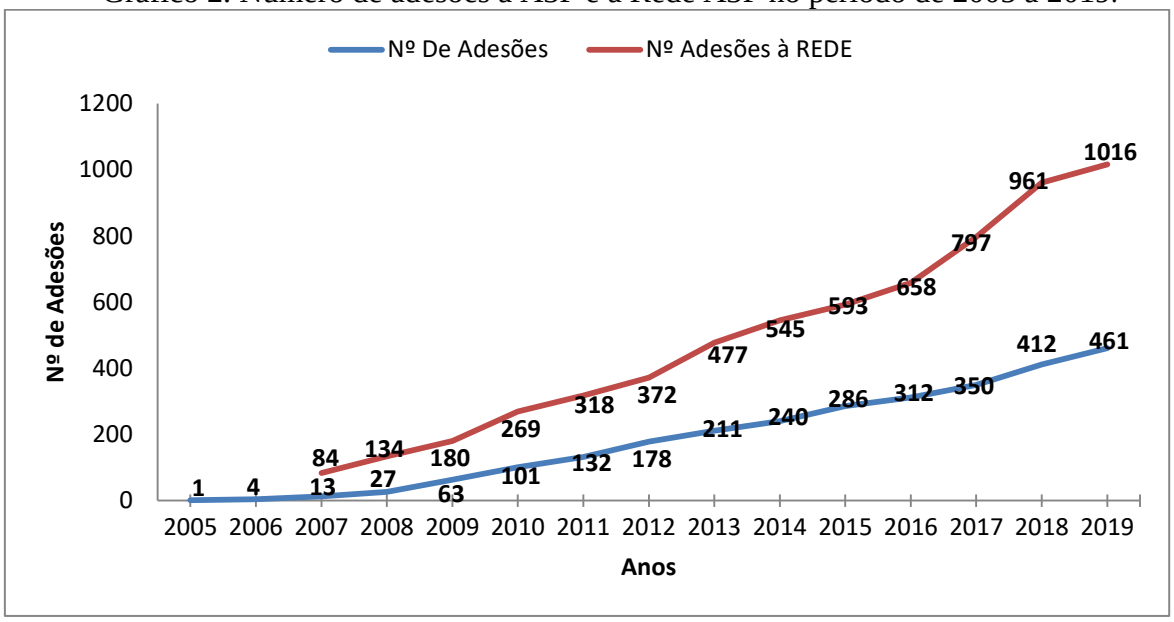
Após adesão à Agenda ocorre o processo de certificação de Adesão à A3P, em meio digital, emitido e enviado às instituições que aderem formalmente ao Programa. “Além do certificado, a A3P também concede o Selo de monitoramento aos parceiros que preenchem o sistema de monitoramento de responsabilidade socioambiental da A3P, o Ressoa” (MMA, 2019). São três Selos A3P criados em 2014 com cores diferenciadas para reconhecer o empenho das entidades públicas na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública, a saber: Verde - instituições que fizeram a adesão formal; Prata - entidades que entregaram Relatório Anual; Laranja - instituições vencedoras do Prêmio Melhores Práticas da A3P.

Outra forma de participação se dá por meio da Rede A3P, onde instituições privadas e públicas, pessoas físicas e jurídicas interessadas em participar de forma indireta podem se cadastrar. Trata-se de um canal de comunicação via internet, cujo intuito é difundir informações relevantes sobre a Agenda, sistematizar dados e informações acerca do desempenho ambiental das instituições, e incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais proporcionando intercâmbio técnico e a troca de experiências entre os participantes que se interessam pela temática (MMA, 2009, p. 86).

O Termo de Adesão não é vitalício e deve ser renovado a cada 5 anos. O IFAM, foco deste estudo aderiu a A3P em 2015, portanto, a renovação ou não de seu Termo de Adesão deve se dar no ano de 2020. Em entrevista com o Coordenador de Gestão Ambiental do Instituto ele declara interesse na renovação da adesão.

A dinâmica de adesão a Agenda Ambiental da Administração Pública e de participação na Rede A3P começaram a ser medidos a partir de 2005 e 2007, respectivamente (MMA, 2018). Até o final do ano de 2019, a Agenda contava com assentimento de 461 instituições de diversos setores da administração pública de todo Brasil e de 1016 participantes da Rede A3P (Gráfico 2).

Gráfico 2. Número de adesões à A3P e a Rede A3P no período de 2005 a 2019.



Fonte: MMA, 2019, elaborado pelo autor, 2019.

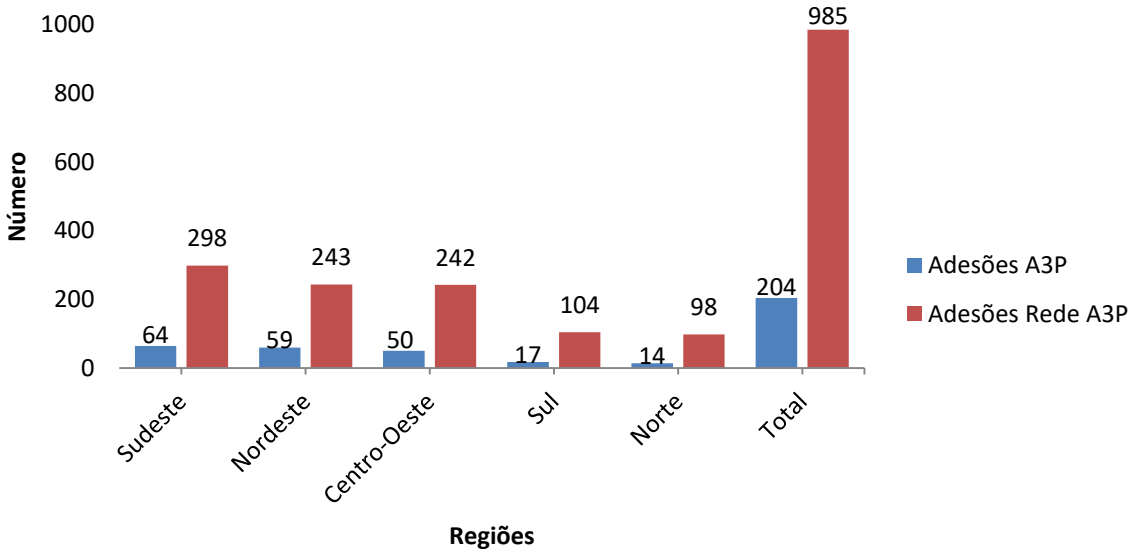
Verifica-se uma evolução paulatina no número de adesões e em nenhum dos anos houve decrescimento. É importante ressaltar que a cada cinco anos os órgãos aderentes devem renovar a assinatura do Termo de Adesão. Logo infere-se que a partir de 2010 o número total anual pode estar adicionado ao de 2005 e 2011 ao de 2006, e assim sucessivamente.

No ano de 2017, o MMA disponibilizou em seu *site* minutas de projeto de lei para tornar a A3P uma política no Executivo e Legislativo municipais. São dois instrumentos adaptados a realidade municipal, que se tornados lei, solidificarão o programa de sustentabilidade nesta esfera (MMA, 2018). Fato que provavelmente serviu de base para a institucionalização das leis dos três municípios do Estado de Sergipe citados anteriormente: São Miguel do Aleixo, Cumbe e Campo do Brito. Outros 8 municípios Sergipanos apresentaram propostas para as Câmaras Municipais (MMA, 2018).

Segundo o MMA (2018) a disponibilização destas minutas de projetos de lei atendeu a demanda de prefeitos e vereadores que sentiam necessidade de uma norma que permitisse seu ajuste ao Executivo e Legislativo municipal. Esse movimento em prol das questões socioambientais transforma realidades, locais, regionais, nacional, e, é visivelmente resultado da implementação e execução das políticas públicas ambientais. Para haver essas mudanças de atitudes e práticas, fazem-se necessárias a cooperação e a união de esforços visando minimizar os impactos sociais e ambientais advindos das ações cotidianas atinentes à Administração Pública.

No portal eletrônico da A3P[8] é possível consultar as instituições Aderentes a A3P e/ou a Rede A3P. Em consulta realizada em setembro de 2019 verificou-se que muitos órgãos públicos ainda não eram aderentes a esta Agenda. O quantitativo total de adesões a A3P é de 204 e a Rede A3P é de 985 parceiros. Quando consideramos as regiões administrativas da Federação do Brasil, o Sudeste é a região com maior número de adesões nos dois sistemas (Gráfico 3).

Gráfico 3. Número de Adesões à Agenda A3P e à Rede A3P por Região Administrativa da Federação do Brasil.

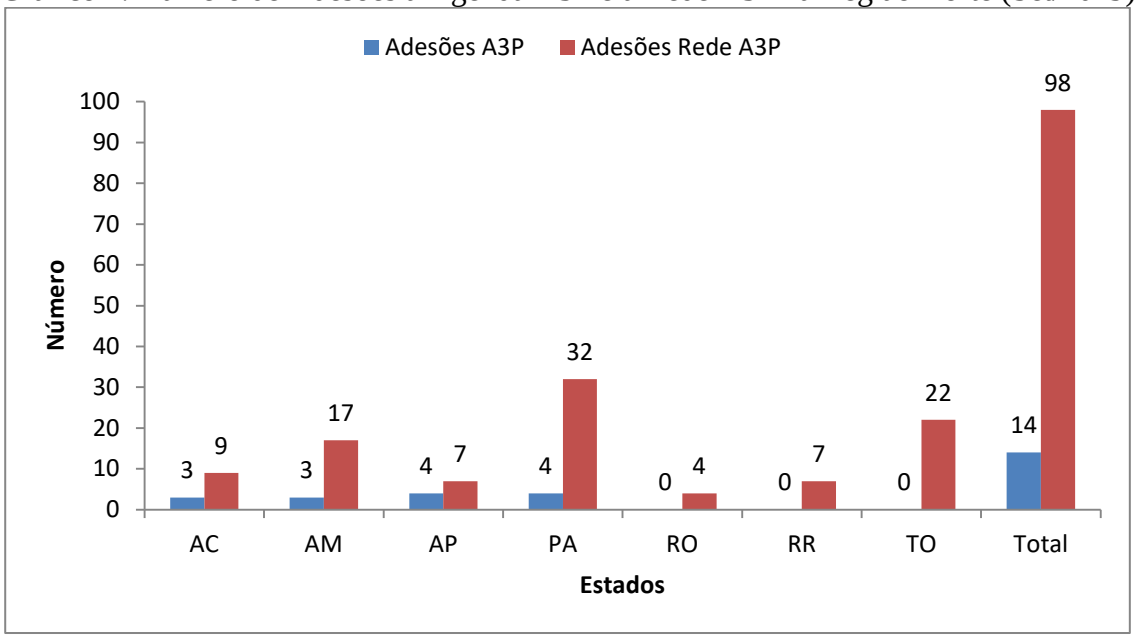


Fonte: MMA, 2019, elaborado pelo autor, 2019.

Na região Norte os estados com maior adesão à Agenda A3P são o Pará e o Amapá com 4 instituições cada. Quanto a Rede A3P o Pará e o Tocantins são os estados com maior participação (Gráfico 4).

[8] Acesse o portal da A3P e veja na integra todo seu conteúdo, como, história, instituições parceiras, balanços da A3P, Projetos e muito mais.

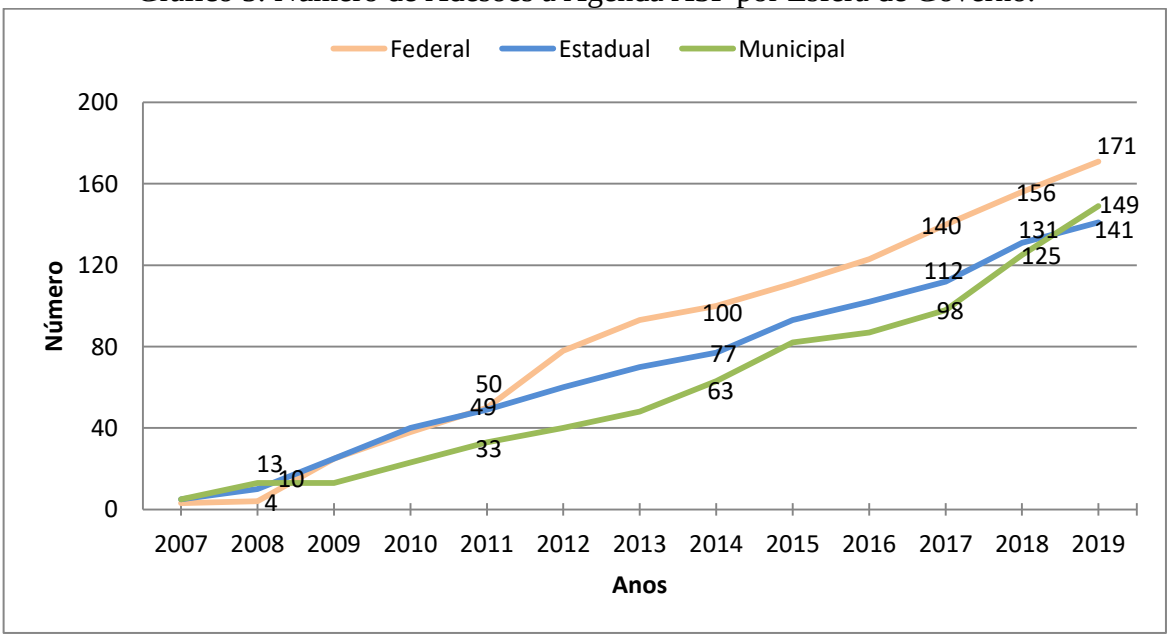
Gráfico 4. Número de Adesões à Agenda A3P e à Rede A3P na Região Norte (Set/2019).



Fonte: MMA, 2019, elaborado pelo autor, 2019.

Ao analisar a adesão à Agenda por esfera de governo, verifica-se que desde o ano de 2011 o maior número delas são de órgãos Federais (Gráfico 5).

Gráfico 5. Número de Adesões à Agenda A3P por Esfera de Governo.



Fonte: MMA, 2018, elaborado pelo autor, 2019.

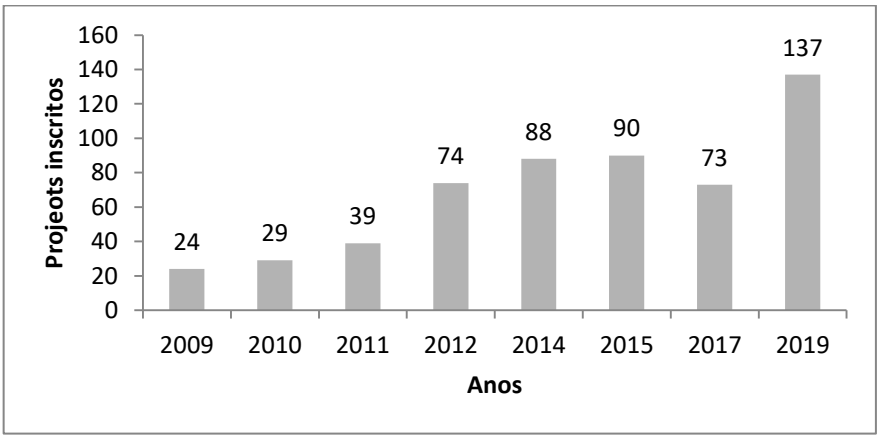
No Estado do Amazonas, dentre as Instituições de Ensino Superior Públicas verifica-se que duas delas ainda não aderiram a A3P, são elas: Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Universidade do Estado do Amazonas – UEA. As únicas instituições do Amazonas

que aderiram a A3P são: 2 instituições Federais do Executivo - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; e 1 instituição do Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE. Não verificamos nenhuma adesão de instituição dos municípios amazonenses (MMA, set/2019).

Em 2018 conforme notícia do *site* do MMA, o número de adesões à A3P superou as expectativas ao fechar o ano com um recorde de mais de 60 parcerias firmadas e a tramitação de outros 16 processos para assinatura do Termo de Adesão (MMA, 2018). As medidas adotadas pelos integrantes do grupo que coordena o Programa A3P no MMA esse aumento em mais de 60% em relação a 2017 (38 termos de adesões) se deve a agilização no processo de tramitação que segundo o coordenador geral "(...) o trâmite que podia demorar três meses, ocorreu em apenas uma semana". Segundo ele, inicialmente a meta institucional para aquele ano era de 25 novos Termos de Adesão, mas se conseguiu fazer mais que o dobro da meta (MMA, 2018).

Diante da importância que as instituições públicas têm na redução de impactos socioambientais negativos, o MMA reconhece nacionalmente bons projetos relacionados a Agenda A3P com o Prêmio Melhores Práticas da A3P que é realizado anualmente desde 2009 e que a partir de 2012 acontece a cada dois anos. Em 2019 foram 137 projetos inscritos (Gráfico 6).

Gráfico 6. Número de Projetos Inscritos no Prêmio Melhores Práticas da A3P nos anos de 2009 a 2019.



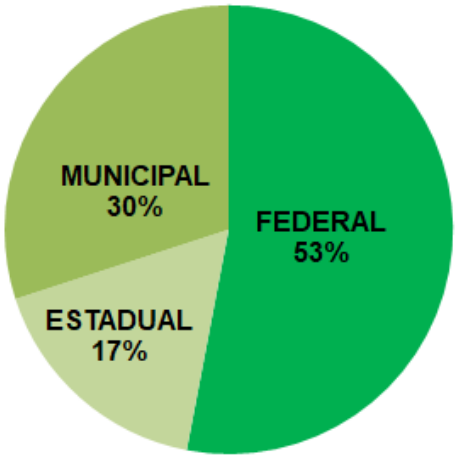
Fonte: MMA, 2018, elaborado pelo autor, 2019.

Ao longo das Edições houve aumento na participação, e na 8ª Edição (2019/2020) foi registrado o maior número de projetos inscritos. Considerando que a premiação acontece no ano subsequente ao ano de inscrição, em 2020 teremos a premiação dos projetos inscritos em

2019. Essa 8ª Edição do Prêmio ocorrerá em 5 categorias, a saber: I - Gestão de Resíduos; II - Uso Sustentável dos Recursos Naturais; III - Inovação na Gestão Pública; IV – Destaque da Rede A3P; e V – Categoria Especial: Combate ao Lixo no Mar. Nas categorias I, II e III puderam concorrer apenas as instituições públicas com Termo de Adesão vigente ao Programa A3P. Já a Categoria IV foi destinada às instituições públicas cadastradas na Rede A3P ou que estejam com o Termo de Adesão à Agenda A3P vencido. Para a Categoria Especial, qualquer instituição pública pode concorrer independente de possuir Termo de Adesão ou participar da Rede A3P (MMA, 2019).

O Prêmio reconhece os projetos implementados, dá visibilidade às iniciativas e incentiva outros órgãos a aderirem à A3P. Entre os 84 projetos premiados no período de 2009 a 2018, mais da metade era oriundo da esfera Federal, seguido das instituições públicas Municipais (Gráfico 7) e no (Anexo 7) é possível ver os resultados das premiações melhores práticas A3P no período de 2009 a 2018 em ordem decrescente detalhadamente, assim como no *site* do MMA. Alguns projetos eram desenvolvidos por entes de mais de uma esfera governamental, e para contabilização neste trabalho levou-se em consideração a primeira instituição citada na premiação.

Gráfico 7. Percentual de projetos das esferas de governo premiados no Prêmio Melhores Práticas da A3P no período de 2009 a 2018.



Fonte: MMA, 2018, elaborado pelo autor, 2019.

Araújo *et al.* (2015), analisaram 49 projetos agraciados pelo Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade A3P entre 2009 e 2013 a partir de 7 indicadores de conformidade com

objetivos organizacionais de responsabilidade socioambiental, revelaram ocorrer progresso na execução da Agenda, com um aumento de 240% no número de organizações que aderiram à A3P no período estudado.

Mesmo reconhecendo-se a importância da A3P, em levantamento bibliográfico realizado nos últimos quatro anos (2015 – 2019) verificou-se a realização de estudos acerca da implementação da A3P em instituições de Ensino Superior e outras instituições públicas que revelam fragilidades e deficiências na implementação da Agenda.

Kruger *et al.* (2011) apontavam necessidades de melhorias em relação aos eixos temáticos nas ações que se referem a qualidade de vida dos colaboradores da instituição e às compras sustentáveis. Arruda e Rodrigues (2018) aduzem que a implantação da A3P esbarra na sensibilização e capacitação dos gestores. A inexistência de recursos humanos especializados, falta de recursos financeiros, foram apontadas como problemas em algumas instituições e a ausência de ações para implementação de alguns eixos também são revelados, entre eles: uso racional de recursos naturais e licitações sustentáveis (Quadro 10).

Quadro 10. Levantamento bibliográfico (2015 - 2019) sobre estudos avaliando a implementação da A3P em Instituições de Ensino Superior e outras entidades governamentais.

AUTOR (ANO) TIPO*	**OBJETIVOS (O) E PRINCIPAIS CONCLUSÕES (C)**
ARAÚJO, C. L. *et al.* (2015) Artigo	**O** - Analisar 49 iniciativas agraciadas pelo Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade A3P entre 2009 e 2013, a partir de 7 indicadores de conformidade com objetivos organizacionais de responsabilidade socioambiental. **C** - Indicam progresso na execução da Agenda, com um aumento de 240% no número de organizações que aderiram à A3P. A Agenda tem mérito em ajudar organizações públicas a incorporarem critérios de sustentabilidade, como ecoeficiência, aos indicadores de performance organizacionais tradicionais, no entanto, ainda não se mostra vigorosa o bastante para estimular práticas de responsabilidade socioambiental a longo prazo.
NASCIMENTO, M. M. *et al.* (2015) Artigo	**O** - Sensibilizar e conscientizar os funcionários da Reitoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, Petrolina-PE, sobre a necessidade de redução do consumo de copos descartáveis no ambiente de trabalho; **C** - Para planejar, executar e manter os princípios da A3P se requer um grupo especializado para que as ações possam ser realizadas de forma própria e inovadora segundo as demandas da instituição.
VIEGAS, S. F. S. S. *et al.* (2015) Artigo	**O** - Analisas as ações de uma Instituição de Ensino Superior Federal - IFES em relação às diretivas da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P; **C** - Identificou que a Instituição atende apenas parcialmente à maioria dos indicadores dos eixos temáticos e dos objetivos constantes da Agenda.
MONTEIRO, M. O; CAMELO, G. L. P. (2015) Artigo	**O** - Mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores do IFRN, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **C** - Pôde-se constatar que a dimensão que apresentou maior desempenho foi a que se refere a qualidade de vida no ambiente de trabalho, sendo a dimensão uso racional de recursos naturais a pior avaliada dentre todas, muito embora existam ações isoladas para melhoria da mesma.
PRADO, WALKIRIA CAVALCANTE (2015)	**O** - Implementar, de forma participativa, o eixo temático Sensibilização e Capacitação do Programa de Gestão A3P na Prefeitura da Cidade do Recife- PCR através da aplicação de curso na modalidade a distância; **C** - O perfil socioambiental dos cursistas não correspondeu aos preceitos teóricos

Dissertação	pesquisados sobre a Responsabilidade Socioambiental - RSA; os cursistas revelaram pouco conhecimento prévio sobre ações e hábitos sustentáveis nos espaços profissionais, assim como pouco entendimento sobre o programa A3P em desenvolvimento na instituição, carecendo de iniciativas que ajudem a dinamizar e intensificar as informações, sensibilizações e orientações continuadas sobre esse programa;
MENDONÇA, BRUNA ARDUINI, (2015) Dissertação	**O -** Realizar um diagnóstico socioambiental no IFTM Campus Uberaba como forma de auxílio na definição de políticas de responsabilidade socioambiental e implantação de um SGA na instituição; **C -** Concluiu-se que o IFTM – Campus Uberaba poderá adotar adaptações e correções em ações já existentes para se adequar aos critérios e requisitos ambientais estabelecidos em normas voluntárias, tanto pela ISO 14001 ou quanto pela A3P, e que deverá promover uma gestão participativa, valorizando iniciativas já existentes e envolvendo toda a comunidade.
NETO, J. S. C. *et al.* (2016) Artigo	**O -** Analisar os desafios dos gestores públicos na implementação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) numa sociedade de economia mista; **C -** Os resultados indicam que a organização adere parcialmente aos objetivos da A3P, deixando a desejar quanto à sensibilização dos gestores e revisão e adoção de novos padrões de produção e consumo, mas tem boa aderência aos cinco eixos temáticos da A3P. Os recursos financeiros, a quantidade insuficiente de membros na equipe, a sensibilização, a cooperação e a ausência de indicadores são os principais desafios da implementação da A3P na organização estudada.
SANTOS, F. L. *et al.* (2017) Artigo	**O -** Analisar a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ou a potencialidade de sua aplicação, em cinco secretarias do município de Vilhena, Rondônia; **C -** Os resultados evidenciaram que o município atende parcialmente aos requisitos da A3P, com poucas ações desenvolvidas nesse sentido. A secretaria com maior adesão é a de Meio Ambiente e a de menor, a de Obras (Urbanismo). As evidências apontam para baixos níveis de divulgação interna e externa, o que é considerado incompatível com o desenvolvimento socioeconômico do município. No entanto, há capacidade e potencial de implantar a A3P.
ARRUDA, L. M., RODRIGUES, R. N. (2018) Artigo	**O –** analisar a aderência de uma Companhia Hidroelétrica da região nordeste do Brasil às diretrizes elencadas pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). **C-** Pode-se notar com os resultados da pesquisa que, embora a Companhia não tenha oficialmente integrado a A3P, a maior parte das diretrizes são seguidas. Os autores constataram, com o auxílio de entrevistas, que a implantação oficial da A3P esbarra na sensibilização e capacitação dos gestores; tendo em vista a sua falta de obrigatoriedade, não sendo assim, uma prioridade.
FIGUEIREDO, G. G. *et al.* (2019) Artigo	**O -** Verificar como acontece a aderência da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA em relação às ações propostas pelo Programa Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P, do Ministério do Meio Ambiente – MMA. **C**- Verificou-se que a UFOPA, apesar das dificuldades para aderir às recomendações propostas pelo programa do MMA, busca desenvolver ações, por meio de seu documento norteador, o Plano de Logística Sustentável, de sensibilização e monitoramento do uso racional dos recursos naturais e gestão dos resíduos gerados, além das licitações sustentáveis, contribuindo significativamente para a conservação do meio ambiente.
ROSA, L. A. B. *et al.* (2019) Artigo	**O** – Analisar a aplicação da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por uma Instituição Pública Federal. Busca, ainda, descrever aspectos relacionados à observância aos requisitos da legislação; mensurar a aderência da Instituição em relação às ações propostas na A3P e verificar o status da implantação das políticas socioambientais. **C - F**oi possível verificar que a Instituição, apesar das dificuldades observadas, se encontra alinhada a questão socioambiental, pois dos 52 indicadores pesquisados, somente 10 indicadores não são aderentes, permitindo, com isso, futuramente, obter a reversão dessas práticas e tornando-se uma instituição modelo no que se refere aos princípios da 3AP.

*Exceto Monografias. Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

No *site* do MMA encontra-se uma biblioteca de produções acadêmicas que contemplam a temática da Agenda em seus vários aspectos: economia, gestão ambiental, educação ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, onde se pode

visualizar que o número de dissertações é menor em relação aos números de artigos e monografias produzidos (Tabela 1).

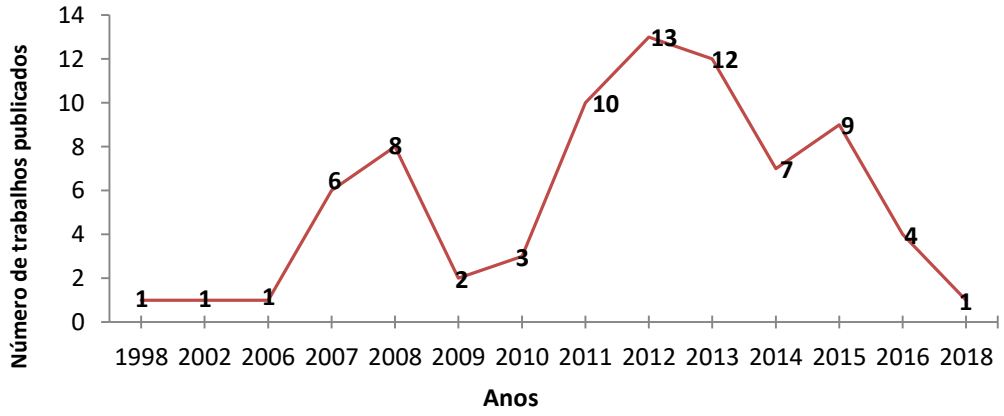
Tabela 1. Número de bibliografias que contemplam a temática da Agenda A3P disponibilizadas na Biblioteca Virtual de Produções Acadêmicas do MMA.

TIPO	**ANO – QUANTIDADE**						**Total**
Dissertações	2002 – 1	2013 – 1	2015 – 2				4
Monografias	2007 – 1	2008 – 2	2010 – 1	2011 – 4			16
	2012 – 2	2013 – 3	2015 – 1	2016 – 1	2018 - 1		
Artigos	1998 – 1	2006 – 1	2007 – 5	2008 – 6	2009 – 2	2010 – 2	58
	2011 – 6	2012 – 11	2013 – 8	2014 – 7	2015 – 6	2016 – 3	
TOTAL GERAL							**78**

Fonte: MMA (2019), elaborado pelo autor, 2019.

Entre os anos de 2012 e 2013 verifica-se o maior número de trabalhos publicados sobre a Agenda A3P. A partir de 2014 há uma diminuição nos números de trabalhos disponibilizados na biblioteca do MMA, o que pode significar menor número de trabalhos produzidos e/ou a ineficiência na busca e disponibilização desses estudos na biblioteca virtual do MMA (Gráfico 8).

Gráfico 8. Número dos trabalhos científicos disponibilizados na biblioteca do MMA no período de 1998 a 2018. N= 78.



Fonte: MMA (2019), elaborado pelo autor, 2020.

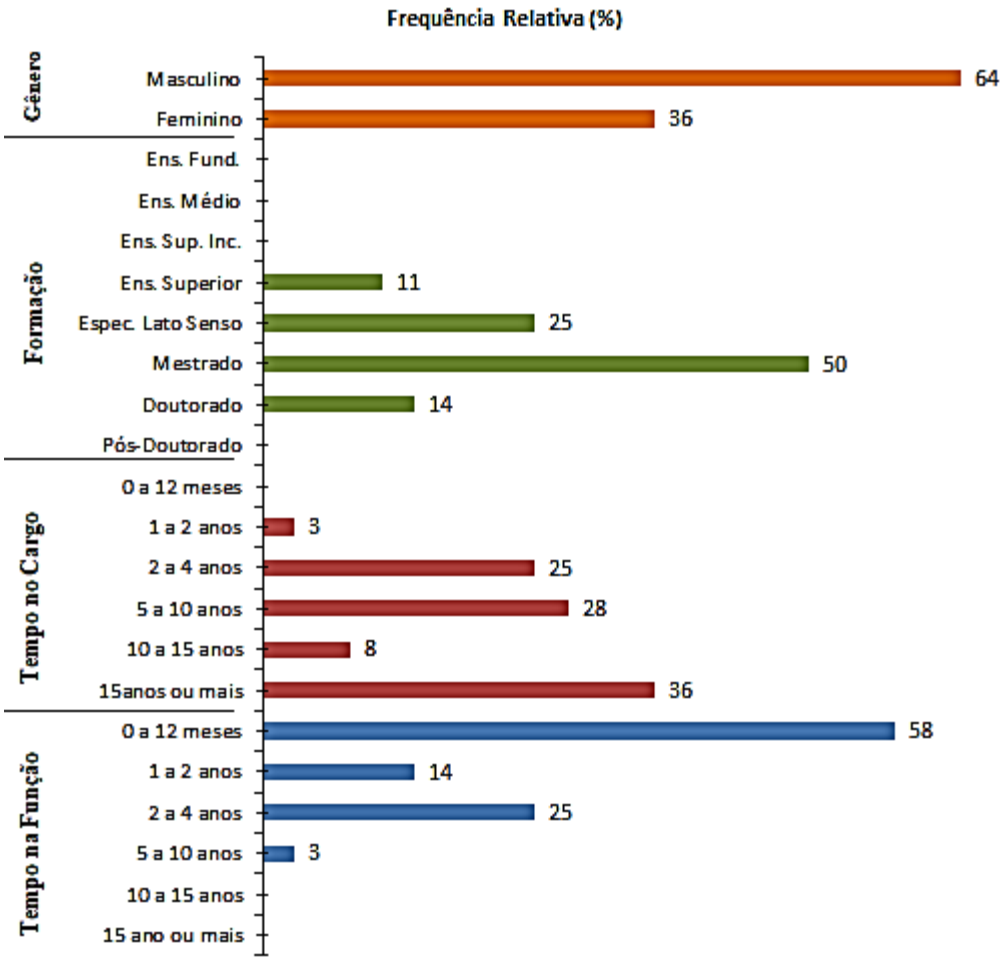
Durante o levantamento bibliográfico realizado neste estudo em diferentes fontes foram identificados nove novos artigos sobre o tema que não estavam disponíveis naquela biblioteca, sendo quatro no ano de 2015, um em cada um dos anos 2016, 2017, 2018 e dois

em 2019, a saber: (ARAÚJO *et al.*; NASCIMENTO *et al.*; VIEGAS, *et al.;* MONTEIRO e CAMELO, 2015; NETO, *et al.*, 2016; SANTOS, *et al.*, 2017; ARRUDA e RODRIGUES, 2018; e FIGUEIREDO *et al.*; ROSA, L. A. B. *et al.* 2019).

4.2 Perfil Socioeconômico dos Participantes da Pesquisa

A pesquisa *in loco* ocorreu na Reitoria e nos *Campi* Manaus, Itacoatiara, Tabatinga e Eirunepé com a participação de 36 gestores. Os gestores do IFAM que participaram da pesquisa eram em sua maioria são do sexo masculino 64%. Quanto ao grau de escolaridade, foi evidenciado que 50% dos respondentes declaram possuir mestrado, 25% possuem especialização e 14% doutorado (Gráfico 9).

Gráfico 9. Perfil Socioeconômico dos Gestores Participantes da Pesquisa (n= 36).



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

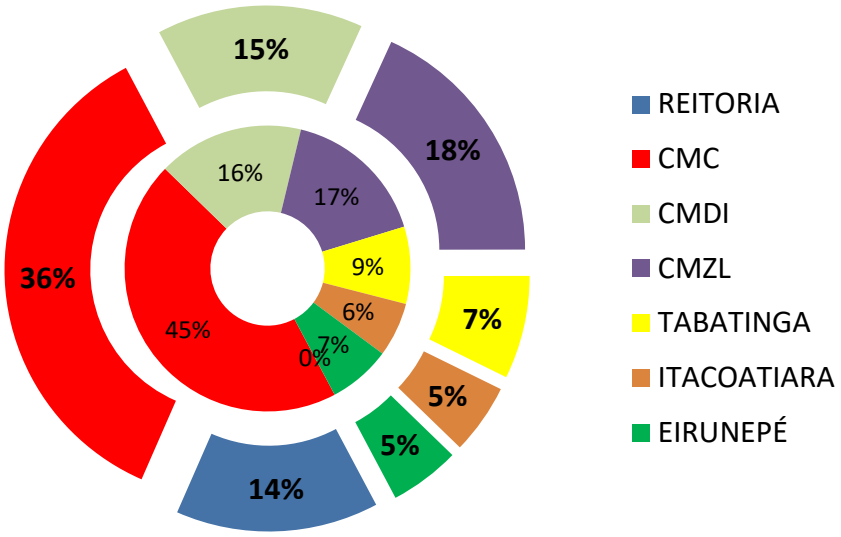
O tempo de atuação profissional no instituto variou sendo a maior proporção formada por aqueles que declararam ter 15 anos ou mais (36%). Quanto ao exercício na função de gestão (Reitor, Pró-Reitor, Diretor, entre outros) verificou-se que 58% dos servidores em cargo de confiança na gestão estão a num máximo de 12 meses (Gráfico 9).

O pouco tempo no comando na Instituição é um aspecto importante que deve ser considerado na análise. A mudança na gestão ocorre de quatro em quatro anos e verificou-se demandas advindas de gestões anteriores, além da quantidade deficitária de servidores, que se revelaram como dificultadores para o planejamento bem como para a execução da Agenda Ambiental.

Um dos gestores entrevistados revela que o processo de reestruturação organizacional é normal, mas, "atrapalha porque cria uma indefinição, mas o trabalho continua" (GA16). Essa fala leva a inferir que a rotatividade na gestão não afeta a continuidade dos trabalhos. Porém, verificou-se *in loco* no IFAM, que, no âmbito da gestão ambiental, houve descontinuidade dos trabalhos desde a implantação da Agenda. Para exemplificar tal fato, em consulta realizada ao MMA verificou-se que desde a assinatura do Termo de Adesão em 2015 a Reitoria e nem os *Campi* do IFAM nunca alimentaram o Ressoa da A3P.

Na caracterização da frequência relativa (%) de servidores e discentes das Unidades Acadêmicas da instituição (Gráfico 10) podemos constatar que o *Campus* Manaus Centro (IFAM/CMC) apresenta dimensões bem superiores as demais unidades pesquisadas. O IFAM/CMC concentra 45% dos alunos matriculados e 36% dos servidores em relação as demais Unidades pesquisadas. Os *Campi* Eirunepé (IFAM/CEIRU) e Itacoatiara (IFAM/CITA) apresentam os menores percentuais de servidores (5% cada), atrás de Tabatinga (IFAM/CTB) (7%). Em se tratando do número de discentes matriculados o *Campus* Itacoatiara tem o menor percentual (6%). Há uma proximidade entre os percentuais de servidores e discentes do *Campus* Manaus Zona Leste (IFAM/CMZL) e *Campus* Manaus Distrito Industrial (IFAM/CMDI). Vale ressaltar que na Unidade Reitoria foi computada apenas o número de servidores tratar de uma unidade administrativa.

Gráfico 10. Número de servidores e discentes das Unidades do IFAM. Círculo interno = número de alunos; Circulo externo = número de servidores.



Fonte: Dados da pesquisa, elaborado pelo autor, 2019.

4.3 Estrutura organizacional socioambiental e os passos da implantação da A3P no IFAM

Os passos de construção da gestão onde a pesquisa ocorreu foram narrados conforme a vivência dos participantes e a pesquisa documental. Ao responder o *checklist* sobre as atitudes de gestão ambiental na Reitoria antes da A3P, um entrevistado explica a trajetória do Instituto:

"O IFAM foi criado no fim de 2008, só passa a existir em 2009, advindo de um perfil anterior, dos CEFET's, das escolas técnicas ET's, hoje atuais, CMC, CMDI, CMZL, *Campus* Coari e São Gabriel da Cachoeira, e a reitoria do IFAM até 2013 estava alocada no prédio do CMC" (AG08), justificando suas respostas estando no CMC a época.

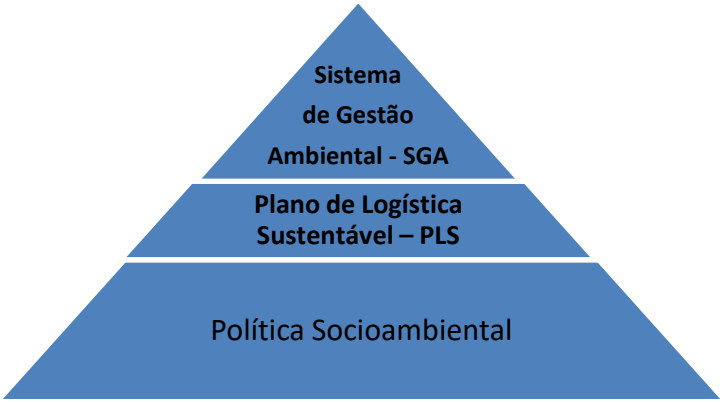
Outro gestor cita que a mudança da Reitoria do CMC para o prédio atual ocorreu em fevereiro de 2013. Relata ainda que em 2014/2015:

> "... nós passamos a trabalhar as políticas, a constituir as políticas". Uma das mudanças eletivas das políticas foi sobre os projetos de construção dos novos *campi*, da fase 4 (Itacoatiara, Eirunepé, Manacapuru, Tefé), com infraestrutura de acessibilidade, estação de tratamento de esgoto (ETE), o que antes nas fases 2 e 3, tiveram ou tem que ser adaptado para acessibilidade e utilizam fossa-filtro. (AG32).

Para o gestor (GA09), as ações socioambientais do IFAM ainda são embrionárias, no sentido de que ainda estão sendo construídas, ele relata como exemplo desse início a adesão a A3P (2015) e o nascimento da Coordenadoria de Gestão Ambiental. Ele destacou ainda, a criação das normas internas que também aconteceu a partir da adesão da A3P pelo IFAM, entre elas: a instituição da Resolução nº 41 de 22 de agosto de 2017 que estabelece os Princípios da Política Socioambiental do Instituto e a Resolução nº 29-CONSUP/IFAM, de 06 de junho de 2018 que aprova o Plano de Logística Sustentável (PLS) [9]. Neste ensejo, no primeiro semestre de 2019 este gestor (GA09) lembrou que a vigência do Programa Gestão Ambiental do IFAM (2013-2018) com seus três projetos: A3P, Projeto Esplanada Sustentável e Coleta Seletiva Solidária, havia inspirado e que ocorreria uma revisão ainda naquele ano. Segundo ele, "uma das maiores dificuldades é fazer com que as pessoas entendam a importância do processo".

Analisando o processo de implementação de ações de gestão ambiental no IFAM e na literatura percebe-se uma hierarquia nessas ações (Figura 3). Primeiro são instituídas a Políticas Socioambientais que formam a base dessas ações, seguidas da Plano de Logística Sustentável e por fim a institucionalização do Sistema de Gestão Ambiental.

Figura 3. Pirâmide de politicas públicas socioambientais internas às instituições.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019.

[9] Acesse o *site* do IFAM, Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) onde é possível ver o conteúdo na íntegra do Programa de Gestão Ambiental, PLS e a Política Socioambiental da instituição.

A Política Socioambiental é constituída por princípios norteadores estabelecidos pelas instituições. Nela são definidos instrumentos e diretrizes que se apoiam na missão institucional.

No caso aqui estudado, o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) foi instituído internamente com base no artigo 16 do Decreto Nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que prevê sua elaboração e implementação pela administração pública federal.

> Os PLS são ferramentas com objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução e mecanismo de monitoramento e avaliação, que permitem ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública (IN nº 10/2012 *apud* IFAM, 2018).

Com a finalidade de implantação de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) a A3P foi aderida pelo IFAM em dezembro de 2015. Contou com a participação inicial da servidora Ana Maria Alves Pereira que ficou como Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) até 05/11/2015. Essa servidora teve contato com a A3P em um evento, que ocorreu em Brasília/DF, sobre esse Programa do MMA e levou as informações para o IFAM, onde o Reitor Professor Antonio Venâncio Castelo Branco concordou com a implementação da Agenda e fez a adesão com a assinatura do Termo de Compromisso ainda naquele ano. Tal contexto também foi relembrado por outro dois gestores (GA30 e GA16).

O Relatório de Gestão do IFAM – 2016 explicita que:

> Por meio do Ofício Circular nº 48/2015/GAB/SAIC/MMA, de 28 de dezembro de 2015, o Ministério do Meio Ambiente, por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental e do Departamento de Produção e Consumo Sustentáveis, conferiu ao IFAM o Selo A3P de Sustentabilidade na Administração Pública. (IFAM, 2016, p. 307).

Esse é um dos passos para adesão da Agenda, que conforme orientações constantes na Cartilha A3P (2009) faz-se necessários os seguintes passos: a) Assinatura do Termo de Adesão entre as partes, Plano de Trabalho, Ofícios encaminhados, e a documentação do representante do IFAM (nomeação e delegação de competência e criação e regulamentação da Comissão Gestora da A3P); b) Diagnóstico Ambiental, onde foram mapeados os gastos e atitudes (água, energia, papel, copos plásticos e outros) da instituição naquele momento; c) Registro do desenvolvimento de ações e atividades; d) Processo de mobilização e sensibilização; e, e) Ações de avaliação e monitoramento.

Neste estudo, para verificar a completude dos passos necessários a adesão à Agenda, foi solicitado junto ao Coordenador de Gestão Ambiental na Reitoria do IFAM todo o conjunto de documentos gerados no momento da Adesão. Esse processo foi moroso, levando

meses sem obtenção de resposta. Assim, em julho de 2019 optou-se pela solicitação direta ao MMA por meio de e-mail, o qual de pronto atendimento encaminhou o conjunto de documentos encaminhados pelo IFAM no momento da adesão que consistiam naqueles necessários somente para conclusão do 1º. Passo (Anexo 5). Nesta mesma consulta foi informado que até aquele momento o IFAM não alimentava o sistema Ressoa. Fato confirmado em nova consulta feita em janeiro de 2020.

Acreditamos, que por este motivo não encontramos durante a pesquisa nas Unidades do IFAM nenhum registro de ação relacionada aos eixos do Programa A3P ou registro de monitoramento da redução de gastos. Destarte, o IFAM possui apenas o Certificado de Adesão (Figura 4), mas não possui o selo prata conferido as instituições que alimentam o Ressoa, nem o selo laranja concedido aquelas com projetos premiados pela A3P.

Figura 4. Certificado de Aderência A3P pelo IFAM.

Fonte: Coordenação de Gestão Ambiental, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, 2019.

Durante a pesquisa o gestor (GA30) revela que a A3P ao chegar em sua Unidade foi de forma muito “solta”, “uma adesão de cima para baixo”, não foi discutida com os gestores e servidores, “vamos implantar porque é algo que o ministério está cobrando”, mas não houve a sensibilização dos servidores. Em sua avaliação “a A3P é de suma importância”, complementa ainda que é um Programa “fantástico” porque direciona, dá um caminho a seguir, assim como acompanhar as ações sendo desenvolvidas da Agenda para atingir as metas. O gestor critica a aderência a Agenda, que segundo ele foi feita para atender uma

demanda de Brasília e não por uma necessidade institucional regional e local para adequação a uma agenda de sustentabilidade, expressa.

Segundo um dos gestores entrevistados (GA09) a função da coordenação de gestão ambiental é fomentar, por ideia ou por cobrança de dados, que todos os subcoordenadores sejam capacitados e participem da criação. Segundo ele houve capacitação de todos os subcoordenadores para elaboração do PLS do IFAM. Isso foi confirmado em pesquisa documental no Relatório de Gestão (IFAM, 2016). O gestor (GA30) corrobora esta informação quanto relata que: "passaram uma semana aqui conosco". Informa ainda, que em um segundo momento, em treinamento com uma consultoria de Brasília, percebeu a rotatividade em 80% daqueles subcoordenadores que vieram na primeira vez, gerando segundo ela quebra de sequência do processo tanto da informação quanto da execução. Segundo o Relatório de Gestão (IFAM, 2017): "a Comissão Gestora teve como base para a elaboração do PLS o Curso de Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável, realizado pela empresa Aprimora Treinamentos, no período de 21 e 22 de março de 2017" (IFAM, 2017, p. 242).

Sobre a gestão ambiental sistêmica, (GA09) esclarece que a coordenação já passou por dois coordenadores e até a data desta pesquisa a função estava oficialmente na terceira gestão, e poderá ser extinta devido ao "inchaço" de funções e os cortes governamentais ocorridos naquele ano. Segundo dados do Relatório Mensal (junho/2019) da Reitoria do IFAM a Coordenação de Gestão Ambiental está formalmente designada a um servidor desde 2018 (Portaria nº 628, 02/04/2018). Porém, na pesquisa *in loco*, verifica-se que a execução técnica das atividades inerentes a função continuava inativa (dezembro/2019).

Independente da inatividade atual, o diferencial do IFAM neste contexto, se deveu ao esforço de criação de um setor específico voltado a gestão ambiental, enquanto os demais IF's da região norte não chegaram a instituir um setor especifico em seus organogramas institucionais (Quadro 11).

Quadro 11. Consulta, por e-mail, realizada junto aos IF's sobre a existência de setor específico de gestão ambiental ou sustentabilidade.

IF's	RESPOSTAS A CONSULTA SOBRE A EXISTENCIA DE SETOR DE GESTÃO AMBIENTAL
IFAC	**Não temos** em nosso organograma Setor específico que trate de gestão ambiental ou sustentabilidade. Essas **atividades são desenvolvidas por todas as unidades**, independente de um setor específico.
IFTO	A **gestão ambiental é realizada pela Coordenação de Segurança do Trabalho e do Meio Ambiente - CTMA - da Diretoria de Infraestrutura do IFTO**.

IFPA	**Não existe um setor responsável pela Gestão Ambiental** no âmbito do IFPA. Temos apenas uma Comissão Central de Meio Ambiente.
IFRO	O **IFRO não possui** na sua estrutura organizacional um setor específico de Gestão Ambiental ou Sustentabilidade, mas a gestão da Sustentabilidade é uma das atribuições da Diretoria de Planejamento (DPLAN).
IFAP	O IFAP **possui o Comitê Institucional de Gestão Ambiental - CGA** que é constituído por representantes de todas as unidades e responsável pela elaboração e acompanhamento do Plano de Logística Sustentável do Ifap PLS/IFAP, bem como, na construção do Relatório Anual de Logística Sustentável.
IFRR	**Não há nenhum setor responsável pela gestão ambiental** no IFRR. Esse é um ponto que pretendemos resolver em 2020.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Durante o estudo, verificou-se em trabalhos acadêmicos e em *sites* de IES a criação de diferentes setores voltados para a gestão ambiental, por exemplo: (a) Núcleo de Sustentabilidade (IFF, 2018); (b) Diretoria de Meio Ambiente – DMA/UFOPA (FIGUEIREDO, *et al.* 2019, p. 1399); (c) Divisão de Sustentabilidade Institucional - DSI/UFRA (PINHEIRO, *et al.* 2019); (d) Departamento "*Custodial and Grounds*" - *Waste Reduciton & Recycling Office* – WRRO, Universidade de Michigan/UofM; (e) Superintendência de Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo - *Superintendence of Environmental Management University of São Paulo,* SGA/USP (MALHEIROS, *et al.* 2019); (f) Diretoria de Gestão Ambiental - DGA/UFPE (UFPE, 2019); (g) Secretaria de Gestão Ambiental e Sustentabilidade - SGAS /UFSCar (UFSCar, 2019).

Pinheiro *et al.* (2019, p. 506) já apontavam em seu trabalho Instituições que implementaram setores específicos de Gestão ambiental:

> Diversas universidades, vem implementando Departamentos de Gestão Ambiental (DGA), a exemplo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhando de forma ampla e em conjunto com outros departamentos e contando com profissionais de diferentes áreas, viabilizando assim, a efetivação e fiscalização das práticas ambientais exercidas. (Ibidem).

Apesar do IFAM na Reitoria possuir setor específico de Gestão Ambiental, constata-se que a instituição não participa do ranking internacional Green Metric. Segundo a Universidade Federal do Rio Grande do Sul "O Green Metric é um ranking de sustentabilidade em Universidades que, com base em diferentes indicadores, avalia as ações sustentáveis desenvolvidas por Instituições de Ensino no mundo inteiro" onde são analisados diversos indicadores relacionados aos temas de: 1) Infraestrutura; 2) Energia e Mudanças Climáticas; 3) Resíduos; 4) Água; 5) Transporte; e 6) Educação e Pesquisa. (UFRGS, 2019).

Entre as dez mais bem avaliadas no Brasil em 2019, as instituições seguintes: 1) USP; 2) UFLA; 3) Universidade Positivo; 4) UNICAMP; 5) UNI-RN; 6) UFV; 7) PUC-RIO; 8) IFSULDEMINAS; 9) UFMS; e 10) UNIVALI. (GREEN METRIC, 2019).

No *site* do IFAM são apresentados dados acerca da criação da Coordenadoria de Gestão Ambiental, o objetivo e competências da Coordenadoria de Gestão Ambiental, a saber:

> A Coordenadoria de Gestão Ambiental foi criada por meio da Portaria nº 1.773 – GR/IFAM, de 02 de setembro de 2016. Está ligada ao Departamento de Desenvolvimento Interinstitucional e Intercampi - DDINT e tem como objetivo oferecer subsídios e apoio técnico para a implementação do Programa de Gestão Ambiental do IFAM.
> São competências da Coordenadoria de Gestão Ambiental – CGA:
> I - Coordenar o Programa de Gestão Ambiental do IFAM;
> II - Promover a responsabilidade socioambiental e a adoção de procedimentos, referenciais de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do IFAM.
> III - Orientar os gestores do IFAM para a adoção de princípios e critérios de sustentabilidade em suas atividades;
> IV - Apoiar a incorporação de critérios de gestão socioambiental nas atividades do IFAM;
> V - Promover a economia de recursos naturais e eficiência de gastos no IFAM;
> VI - Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito do IFAM;
> VII - Encaminhar relatórios aos Ministérios responsáveis por cada ação: A3P (Ministério do Meio Ambiente), Esplanada Sustentável (Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão) e Coleta Seletiva Solidária (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome).

Em análise da Portaria Nº 1.773/2016, constatou-se somente a alteração da estrutura organizacional da Reitoria, mudando algumas nomenclaturas não sendo verificado o objetivo nem as competências da Coordenadoria de Gestão Ambiental.

Em entrevista o gestor (GA16) afirma que a forma que a Coordenação de Gestão Ambiental trabalha é muito verticalizada, e que pretende vinculá-la diretamente a Reitoria, para que a comunicação e articulação seja mais ágil: “nesse processo de reestruturação ela fique mais horizontal e nesse quesito um feedback mais rápido”, ele aduz que ocorrerá possível fortalecimento da Coordenadoria pela proximidade com a Reitoria e os Diretores Gerais dos *Campi*. Exprime ainda, que a A3P é o norte, mas que é preciso trabalhar uma agenda própria “além de ver a A3P tem que ver outras questões socioambientais também, vai ser algo maior” ao referir-se a uma nova formatação da Coordenação de Gestão Ambiental pretendida e em planejamento “nós temos peculiaridades que a A3P não contempla”, expressa.

4.4 Gestão Ambiental no IFAM antes da implementação da A3P: ações pontuais e difusas

Foi aplicado questionário semiestruturado (*checklist* - parte 2*)* aos participantes da pesquisa sobre as práticas de gestão ambiental do IFAM antes da adesão à A3P, ou seja, antes de 2015. Para tanto, somente poderiam responder a este questionário aqueles que ingressaram na instituição (em qualquer Unidade/*Campus* do IFAM) antes desse período (n=24).

Vale lembrar que o conteúdo desta parte do *checklist* foi elaborada com base nos objetivos da A3P (Cartilha A3P MMA, 2009, p. 33). Os participantes responderam aos questionamentos segundo suas percepções ao longo dos anos de convivência na Instituição, (Tabela 2).

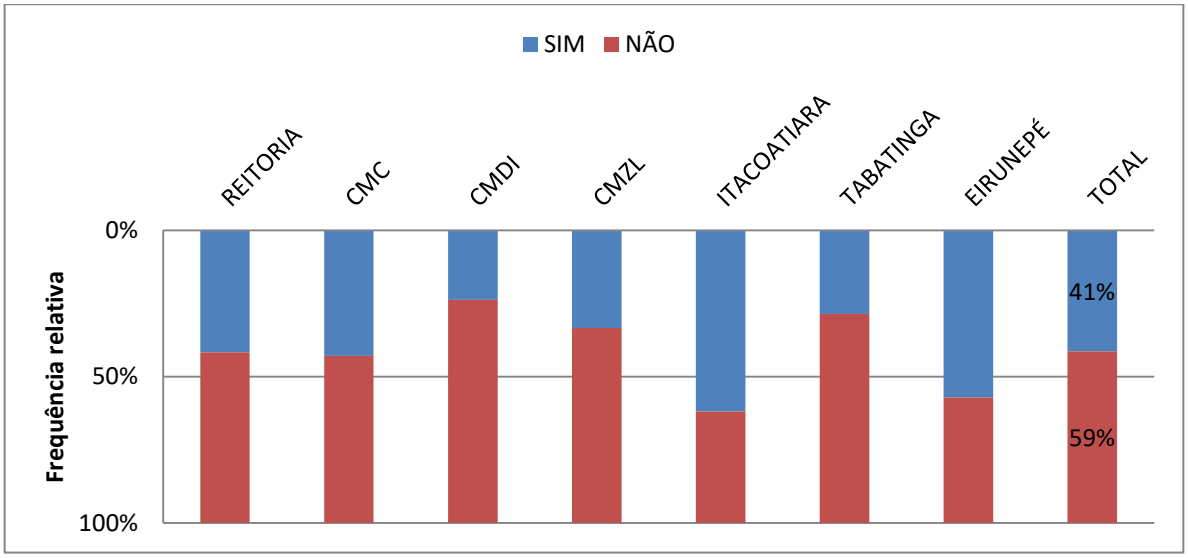
Tabela 2. Percepção dos servidores quanto as ações de Gestão ambiental realizadas antes da implementação da A3P no IFAM.

PRÁTICA DE GESTÃO AMBIENTAL ANTES DA A3P	1 (SIM)	2 (NÃO)
Objetivo 1 – sensibilização dos gestores		
Havia sensibilização dos gestores em relação à gestão e à responsabilidade socioambiental no IFAM em seu *Campus*?	**9**	**16**
Objetivo 2 – economia de recursos naturais e redução dos gastos institucionais		
Promovia o uso racional de recursos naturais e de bens públicos?	**13**	**12**
Promovia a redução de gastos institucionais?	**12**	**13**
Objetivo 3 – redução do impacto socioambiental negativo		
Contribuía para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?	**12**	**13**
Objetivo 4 – revisão de padrões de produção e consumo e adoção de novos padrões de sustentabilidade		
Contribuía para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?	**7**	**18**
Contribuía para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?	**9**	**16**
Objetivo 5 – melhoria da qualidade de vida		
Contribuía para a melhoria da qualidade de vida dos *stakeholders*?	**10**	**15**
Total	**72**	**103**

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Entre os entrevistados, 59% responderam que o IFAM não promovia atividades de gestão ambiental antes da implementação da A3P. Quando analisado por Unidade, verifica-se que somente nos *Campi* Itacoatiara (62%) e Eirunepé (57%), o percentual de respostas positivas relacionadas a realização de ações voltadas a gestão ambiental foi maior (Gráfico 11).

Gráfico 11. Frequência (%) relativa da percepção de servidores quanto as atividades de gestão ambiental nos *Campi* do IFAM antes da implementação da A3P.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Quanto a gestão ambiental no IFAM antes da implementação da A3P, destaca-se o relato do gestor (GA08) quanto a coleta seletiva e campanhas de conscientização sobre o uso dos recursos e bens público realizadas no Instituto antes 2015. Outro gestor (GA04) relatou haver sensibilização da gestão junto aos servidores e discentes, com a execução de vários projetos de coleta de lixo, de plásticos, nas comunidades e nas salas de aula, entrega de panfletos com o tempo de decomposição das garrafas pet e pneus, por exemplo. Outro gestor (GA30) enfatiza ainda que antes da A3P havia uma ação na aquisição de equipamentos e material de TI devido um acórdão/resolução do TCU sobre as compras sustentáveis, corroborando o que disse o gestor (GA32) que relata que havia atitudes socioambientais embrionárias, pois já havia legislação nas aquisições, as licitações já incluía os recicláveis, "questões do *toner*, ar-condicionado, computadores, é aquela questão do nível A" no sentido de que os órgãos de controle como TCU e MP passaram a exigir já antes de 2015, a coleta seletiva no CMC, por exemplo, onde passou-se a adquirir as lixeiras seletivas. Lembra também que no CMC havia o problema da mistura dos resíduos das lixeiras seletivas, pelos terceirizados.

No Relatório de Gestão (IFAM 2015) disponível no sítio do IFAM na internet, pode-se observar que as ações realizadas foram descritas de forma superficial e subjetiva. As considerações gerais sobre essas ações efetuadas foram: o Instituto "realizou várias iniciativas acerca da Gestão ambiental, estimulando a nomeação de comissões para o gerenciamento de

coleta seletiva, Planos de Gerenciamento de Resíduos, boas práticas de gestão e uso de energia elétrica e de água, comissões para a agenda ambiental" (IFAM, 2015).

Apesar de ser verificado a existência da Coordenação de Gestão Ambiental Local em algumas das Unidades pesquisadas, durante as entrevistas foram registrados a existência de gestores (GA10, GA28, GA25) que desconheciam a A3P e, por consequência a adesão à Agenda por parte da Instituição. Um gestor (GA35) cita que tomou conhecimento da A3P no ano de 2019 após um evento realizado em sua Unidade. As unidades CMDI e CMZL não possuíam Coordenador de Gestão Ambiental.

4.5 Gestão Ambiental no IFAM após a Implementação da A3P: aplicabilidade dos Eixos Norteadores da Agenda

A conservação do meio ambiente é responsabilidade de todos, incluindo o poder público, para tanto, segundo Pinheiro *et al.* (2019) é preciso garantir estruturas mínimas, dentre eles os mecanismos regulamentares e infraestrutura.

O resultado da aplicação do *checklist* (parte 3), permitiu mensurar a percepção e explicitar as experiências dos entrevistados sobre a aplicabilidade dos Eixos Norteadores da A3P no IFAM. Para facilitar o entendimento iniciamos a apresentação do conjunto de resultados a partir da definição de cada Eixo seguido da análise e discussão de sua aplicabilidade na instituição estudada.

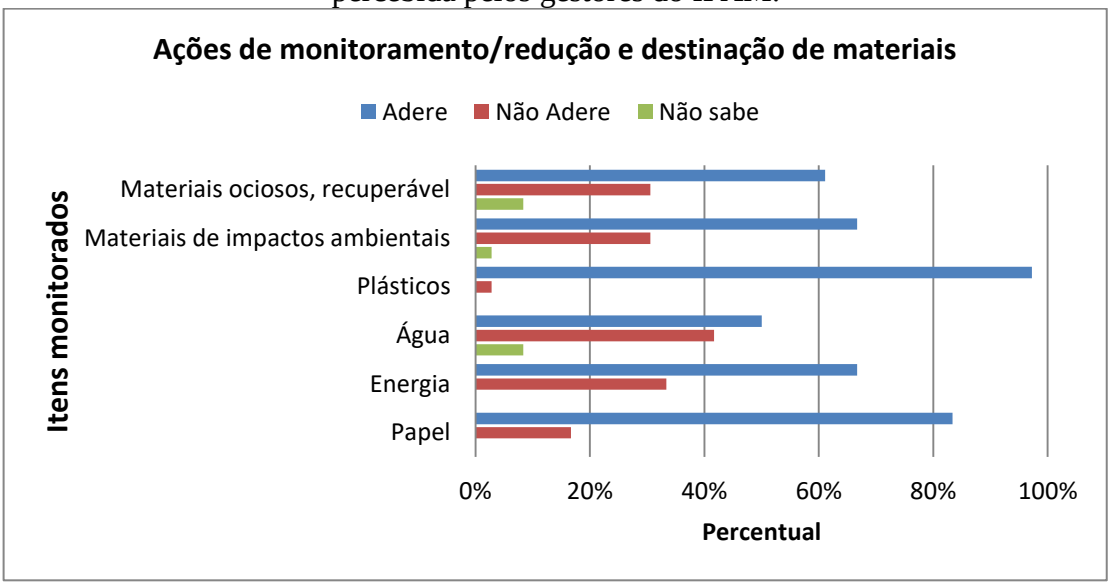
4.4.1 Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Segundo definição do MMA (2017, p. 15), os recursos naturais e bens públicos devem ser usados de forma racional e isto implica em usá-los de forma inteligente para gerar economia financeira e menos desperdício. Neste norte, o uso racional de energia, água, madeira, papel, copos, materiais de expediente, entre outros, são cuidados necessários. A efetividade destas ações implica em usar o necessário, usar bem e não desperdiçar.

Durante o estudo foi averiguado a aderência das ações promovidas pelo IFAM nas Unidades pesquisadas ao monitoramento/redução do consumo de: 1) papel; 2) energia; 3) água; 4) copos plásticos (descartáveis); 5) materiais/recursos que causam impactos ambientais significativos; e, 6) destinação devida para os bens materiais ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável. Estes itens estão contemplados nas Diretrizes I, II e III do PLS 2018-2020 do Instituto (IFAM, 2018).

As ações realizadas pelo IFAM para promover o uso racional dos recursos naturais foram aderentes ao Eixo 1 da A3P em mais de 60% na grande maioria dos itens (Gráfico 12). Vale ressaltar que apenas no monitoramento/redução de consumo de água verificou-se aderência percebida por 50% dos entrevistados. Acredita-se que parte dessa percepção se deve ao fato de todos os *Campi* possuírem poços artesianos, o que gera facilidade no acesso a água em abundância e sem o devido controle.

Gráfico 12. Aderência ao Eixo 1 A3P - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos - percebida pelos gestores do IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

No IFAM verificou-se que o reaproveitamento do papel A4 tem sido umas das ações mais frequentemente aplicada. Os gestores (GA08, GA34 e GA27) apontam que a redução do uso de papel e o reuso do verso do papel impresso para rascunho foram importantes iniciativas para promover o uso pleno da folha de papel A4 (frente e verso).

Segundo o MMA (2009, p. 60) nas atividades desenvolvidas na administração pública o papel é um dos principais recursos naturais consumidos, onde o papel A4 - 75 g/m^2 ocupa posição de destaque quanto ao uso nas ações rotineiras. Segundo o Ministério, com as tecnologias disponíveis atualmente já é possível implantar processos informatizados e desmaterializados para a maior parte ou se não de todos dos procedimentos administrativos (idem, p. 61).

Os sistemas são ferramentas imprescindíveis e possibilitam eficiência e eficácia nas atividades rotineiras, destarte, o Decreto nº 8.539/2015 dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da

administração pública federal direta, autárquica e fundacional, que entrou em vigor a partir de sua publicação tornando-se sua implementação obrigatória até outubro/2017.

Segundo os entrevistados (GA28, GA04, GA09, GA16 e GA14), no IFAM a redução do consumo de papel se deve a implementação dos sistemas eletrônicos como Sistema Integrado de Gestão Acadêmica - SIGAA e o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC que foram incialmente utilizados pela Reitoria e posteriormente nos *Campi*. Um dos gestores (GA03) chama a atenção que esse aspecto como presente no PLS da instituição e que só "os memorandos eletrônicos já seria uma prática de redução de papel".

Outro gestor aponta (GA09) que os processos *online* e digitais além de gerar eficiência e rapidez na acessibilidade, promoveram a economia também de "impressões, de *toner*, *toner* é um mal necessário, é caro, é muito plástico, muito material químico, compra de impressoras e de sua manutenção". O setor de TI da Reitoria fez um levantamento e concluiu que houve uma economia de 83% no consumo de papel no ano 2016 quando já havia ocorrido a implantação dos Sistemas (IFAM, 2019). Segundo alguns gestores (GA10, GA16 e GA32) o uso de sistema digital para processos e memorandos "foi significativo, um divisor de águas no Instituto".

No ano de 2016 o Ministério da Economia noticia que "Sistema eletrônico elimina o papel na tramitação de processos em mais três instituições públicas federais" a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB). A utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) reduz o uso de papel, agiliza as análises de processos, gera economia de recursos públicos e amplia a transparência na gestão pública (BRASIL, 2016). Na notícia o Reitor do IFBA, Renato da Anunciação Filho, reforçou a importância do sistema para a Administração Pública. "Em tão curto tempo, já podemos citar ganhos significativos em economia de papel, de tempo de tramitação e de velocidade de resposta no serviço público", disse (Ibidem).

O Instituto Federal de Rondônia (IFRO) em seu relatório (2018, p. 78)[10] divulgou que o "uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI também permitiu a redução do consumo de papel A4 em aproximadamente 24% quando comparado com o exercício anterior". No

[10] Acesse o relatório de Gestão 2018 do Instituto Federal de Rondônia - IFRO.

IFAM a redução das impressoras setoriais foi destacada como uma ação de sustentabilidade. Com a adoção de impressoras compartilhadas por vários setores em local estratégico, geralmente uma por pavilhão ou por andar (GA09, GA29 e GA31) ocorre a redução na compra de impressoras, *toners* e papel.

Essa ação também foi adotada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) *Campus* Iturama com a implementação de um sistema para administração de impressão (Simpres), trata-se de um sistema simples mas eficiente e funcional desenvolvido pela seção de TI, motivado pela escassez de recursos para reposição de *toners* nos anos de 2015 e 2016. O sistema emite "aviso na tela do computador de que o documento foi impresso e está pronto para ser coletado na impressora, uma vez que no Campus as impressoras ficam localizadas em pontos estratégicos para utilização por vários setores" (UFTM, 2019). O Simpres também registra o histórico de todas as impressões e alerta o usuário por e-mail quando atinge 60% de sua cota, para que analise a necessidade de solicitar ou não cota adicional. "É perceptível ainda, mesmo que não facilmente mensurável, a preocupação dos servidores com a impressão de documentos realmente necessários". O Simpres passou por implantação no *Campus* de Votuporanga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), com expectativa de ser implantado nos demais *campi* do Instituto (Ibidem).

Em algumas Unidades do IFAM onde ocorreu a pesquisa os serviços de fotocopias e impressões são terceirizados. Deste modo, considerando que neste processo o modo de acesso é por requisição e controle/supervisão da oferta de serviços para gerar o pagamento, levando a redução no número de impressões e consequente redução no consumo de papel e *toner*. Outro item onde houve redução econômica está relacionado a manutenção de impressoras bem como novas aquisições: "a gente controla o número de impressões através de uma empresa prestadora de serviços de impressões e xerox, o qual o servidor precisa de uma nota para usar o serviço" (GA01). Este modelo pouco tecnológico mostra-se eficiente, econômico e de fácil controle, pois nessa mesma linha outros gestores (GA29 e GA31) também citam como ação futura em sua Unidade o planejamento para contratação de uma empresa terceirizada para esta demanda. Um desses gestores relata que "alguns *Campi* já estão trabalhando dessa forma" esclarecendo que devido a dificuldade de aquisição de *toner* e de manutenção, a melhor opção é a contratação de empresa terceirizada.

Outra experiência de desperdício de papel foi relatada por um dos gestores (GA27) que explicitou a atitude de discentes de sua Unidade que usavam papel higiênico de forma exacerbada, em brincadeiras que entupiam os vasos sanitários e geravam indisciplina. Para solucionar esse problema de forma paliativa na instituição a distribuição de papel higiênico

foi feita a partir da segmentação de pequenos pedaços de papel higiênico, separados em caixinhas e distribuídos aos estudantes quando entravam no banheiro. Segundo o gestor "algumas vezes lançavam o papel higiênico dentro do vaso" e até hoje se faz esse controle.

Outro item averiguado na pesquisa foram os níveis de consumo de energia e sua redução. No IFAM, um gestor (GA01) comenta que "temos uma política agora de economia, desligar os monitores, principalmente ar-condicionado juntamente com os alunos", fato também relatados por outros gestores (GA27, GA34, GA08 e GA03). Para o gestor (GA04) a estrutura física da sua Unidade está perfeitamente adequada para funcionamento no horário diurno sem o uso de iluminação artificial (lâmpadas), bastando abrir as cortinas e as janelas, sendo possível controlar o calor e luminosidade.

O MMA (2009) já aponta que o gasto com energia elétrica pode ser menor se for utilizado iluminação mais eficiente, replanejado o uso de elevadores e revisto o sistema que controla os aparelhos de ar-condicionado (MMA, 2009).

A adaptação da estrutura predial também foi instituída por algumas Unidades. Os gestores (GA10 e GA09) lembram que por sua Unidade por ter sido instalada em um prédio pronto não se pôde fazer muita coisa, mas houve a troca de lâmpadas por lâmpadas de *led*. Esta atitude é bem vista do ponto de vista da economicidade, mas em alguns *Campi* do IFAM a troca de lâmpadas fluorescentes por *led*, gerou gastos dobrados. Isso porque as lâmpadas *led* danificam ("queimam") muito fácil com a oscilação da corrente energia elétrica, fato que ocorre com muita frequência nos municípios do interior do Amazonas, acarretando a volta do uso de lâmpadas fluorescentes. Um gestor (GA35) expressa: "você vai ver que algumas secções já voltaram para essas fluorescentes, porque essas de *led* não resistem".

A Cartilha A3P (2009, p. 80) aponta que na administração pública poucas foram as edificações projetadas de maneira sustentável. Contudo, mesmo em edificações construídas no padrão tradicional, é possível adotar medidas que visem a eficientização do uso de recursos naturais, contribuindo não apenas para a manutenção do equilíbrio ambiental como também na redução de gastos para o setor público. O Instituto Federal Minas Gerais (IFMG), por exemplo, ao final de 2018, a partir da ação de sua equipe de administração do *Campus* finalizaram as substituições das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de *led*, observando os parâmetros necessários, para conforto dos usuários, potência e luminosidade. As novas lâmpadas geraram uma economia significativa ao IFMG Campus Congonhas.

Outra alternativa bastante aliada a sustentabilidade que vem sendo adotada com frequência é o uso de fontes de energias renováveis. Neste contexto, verificou-se que em 2018 o IFAM formou a Comissão Permanente de Eficiência Energética e Energias Renováveis

(3ER) com o objetivo de discutir ações e projetos de sustentabilidade. Dentre os projetos há o de implantação de um laboratório de energia fotovoltaica no Curso de Eletroeletrônica e Mecânica. Esta iniciativa tem o intuito de estudar os custos e métodos de implantação de energia fotovoltaica em todos os *Campi* do IFAM, que segundo o gestor (GA09) terá inicio nas Unidades CMC, CMDI e CMZL. Outro gestor (GA14) afirma que em análise preliminar, a Unidade CMC ao instalar as placas fotovoltaicas terá redução da conta mensal de energia em valores próximos a R$100.000,00 (cem mil reais) - "na primeira etapa teremos uma economia de R$5.000,00 (cinco mil reais) por mês". O gestor revela que a Unidade gasta cerca de R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em energia elétrica o que gera um custo de aproximadamente R$1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) por ano pagos em energia elétrica a concessionária.

Segundo outro gestor (GA16) a aquisição das placas fotovoltaicas já ocorreu, com investimentos no valor de R$300.000,00 (trezentos mil reais). No entanto, o fato da Unidade CMC ser muito grande este investimento não contempla a geração de energia necessária para todo o complexo. Segundo ele, o retorno do investimento feito para a implementação da Usina, se dará em quatro anos, já no CMDI se dará em 24 a 30 meses.

O valor de investimento para implantação da geração de energia solar realizado pelo IFAM mostra-se ínfimo se comparado ao de outras instituições do sistema IF.

No Instituto Federal de Goiás (IFG) já foram investidos R$2,6 milhões. No total serão gastos cerca de R$ 14 milhões da chamada pública da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para execução das ações de eficiência energética em parceria com a *Ente Nazionale per l'energia Elétrica* (Enel) Distribuição Goiás, nos *campi* de Goiânia, *campus* Itumbiara e as unidades de Anápolis, Aparecida de Goiânia, Formosa, Inhumas, Jataí, Luziânia, Valparaíso, Uruaçu e Senador Canedo, que receberão o projeto de eficiência energética (IFG, 2018). Esses projetos são frutos de uma chamada que teve como objetivo "possibilitar que Institutos e Universidades obtenham o selo "A" de eficiência energética, conforme o Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE), coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) (Ibidem). O Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) implantou no segundo semestre de 2016 a totalidade de oito Usinas Fotovoltaicas nos *campi*:

> Bambuí, Formiga, Ribeirão das Neves, Betim, Ouro Preto, Congonhas, Governador Valadares e São João Evangelista com o objetivo de produzir energia elétrica de forma mais sustentável. Os critérios para a escolha das localidades foram o nível de incidência solar e a infraestrutura mínima. Outro fator importante para a seleção do campus contemplado para a instalação da usina fotovoltaica foi que as usinas fossem agrupadas por região, de modo que houvesse dois campi contemplados em cada uma

> delas. A usina de geração de energia é constituída por placas fotovoltaicas, um inversor e um transformador (MALHEIROS, et al. 2019, p. 57).

O coordenador do Projeto de Eficiência Energética do IFG – *Campus* Goiânia, professor José Luis Domingos, explica que a Usina Fotovoltaica fará com que a instituição gere energia e repasse a produção para a concessionária de Energia Enel Distribuição Goiás (IFG, 2019). Desta maneira será estabelecido um "sistema de compensação de energia no Campus, ou seja, que a Instituição seja capaz de produzir energia elétrica a partir da luz solar na mesma quantidade que atualmente consome" (Ibidem). Esse "sistema de compensação "zera" a quantidade de energia solicitada pelo campus à concessionária, tornando o sistema mais autossustentável, porém não extingue a conta de energia a ser paga" (Ibidem), isso porque de acordo com os estudos realizados para o projeto, prevê uma economia de energia elétrica entre 80 e 90%, com o benefício da redução de emissão de gás carbônico (IFG, 2018).

No IFAM segundo o gestor (GA16) a tomada de decisão para a compra das placas fotovoltaicas partiu da premissa de sustentabilidade e autonomia do serviço, assim "o nosso planejamento é que daqui a três anos pelo menos uma Unidade nossa esteja devolvendo energia para a rua".

O processo de geração deste tipo de energia é explicado por Malheiros, *et al.* (2019) como:

> Na usina fotovoltaica, a energia solar incide sobre os painéis que são instalados em locais estratégicos, normalmente em telhados, que conseguem captar e transformar essa energia em energia elétrica contínua. O inversor transforma a energia elétrica das placas solares para o padrão distribuído pela Companhia Energética de Minas Gerais S.A. (Cemig), o que possibilita a interligação entre as redes. A Cemig instalou um medidor bidirecional, que mede tanto a energia injetada na rede, quanto à consumida (MALHEIROS, et al. 2019, p. 57).

No projeto do IFMG a energia foi trabalhada na forma de projetos de extensão e pesquisa, pois, "houve um investimento no desenvolvimento de pesquisas nesta área, e existe um banco de dados do sistema utilizado, possibilitando o desenvolvimento de estudos sobre energia eficiente, interagindo com a comunidade para a redução da conta de energia elétrica" (MALHEIROS, *et al.* 2019, p. 57). Foi criado também um projeto bastante importante, o Escritório de projetos sustentáveis em 2017, onde se desenvolve ações e projetos da temática ambiental (Idem, p. 58).

O estimulo a pesquisa e extensão também é assunto proposto no projeto do Laboratório de Eficiência Energética da Unidade CMZL que segundo os gestores (GA09 e GA30) será chamado projeto Casa Verde por se tratar de um *Campus* agrícola. Outro gestor (GA30) conta que a Casa Verde contará com energia solar, aproveitamento de água da chuva

e limpeza ecológica, onde funcionarão todos os laboratórios, “uma casa sustentável, para servir de modelo”.

No compasso da ambientalização do Instituto, o projeto da Comissão Permanente de Eficiência Energética e Energias Renováveis (3ER) do IFAM, pretende abertura de um curso em especialização técnica de nível médio em energia solar fotovoltaica, que segundo o gestor (GA09) “porque eu não posso comprar materiais colocar isso nos *Campi* e não ter mão de obra pra manutenção preventiva e corretiva, e como instituição de ensino estar promovendo cursos técnicos que é carente nessa área”.

Outra forma de tornar eficiente economicamente é praticado no IFAM, a revisão dos contratos com a concessionária que fornece energia. O gestor (GA32) cita que mesmo fazendo-se todo um trabalho de redução do consumo de energia, a franquia contratada com a distribuidora Amazonas Energia e alocada na subestação de cada Unidade não ocorre desconto ao utilizar menos quilowatt hora (kwh), ou seja, economiza-se no consumo mas paga-se pelo pacote. E no caso de consumo de energia 50% menor que o contratado a instituição recebe multa, e acima do contratado paga-se multa também e o excedente. Outro gestor (GA16) cita que tem sido feito todo um acompanhamento para adequar os contratos a cotas próximas ao consumo real para não ser multado.

Sobre economicidade de energia, o IFRO em seu relatório de gestão (2018, p. 78), cita que mesmo tendo aumentado sua estrutura reduziu seu gasto de energia em 3% em relação ao ano de 2017. Sinalizou ainda que esse dado serve de subsídio para o desenvolvimento de ações de sensibilização sobre o consumo consciente de energia elétrica e água nas unidades, este alerta já fora anunciado no relatório de gestão (2017, p. 230).

O município de Eirunepé vem sofrendo com a recorrente falta de energia elétrica, o que tem ocasionado prejuízo junto aos comerciantes, cancelamento de aulas nas escolas e no IFAM *Campus* Eirunepé. Além disso, os cortes frequentes de energia causam desgaste físico e estresse psicológico dos munícipes.

Em 2019, houve uma medida judicial que determinou a Amazonas Energia S/A a regularização na oferta do serviço público de energia elétrica em 48 horas sob pena de multa diária de R$500.000,00 (quinhentos mil reais). Mesmo com essa medida não houve a devida prestação do serviço, o que ocasionou o protesto da população nas ruas tendo repercussão nos noticiários locais (G1-AM, 6/11/2019). Diante destes cortes frequentes no fornecimento de energia, em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) do IFAM, foi acertado a compra e instalação de Usinas Fotovoltaicas nos *Campi* de Eirunepé, Humaitá e

São Gabriel da Cachoeira. Segundo os gestores (GA01 e GA16) os recursos para aquisição dos equipamentos já estão provisionados.

Ao pesquisar as ações voltadas para o monitoramento/redução do consumo de água no IFAM, inferiu-se que a instituição pouco trabalha nesse aspecto, de modo que as declarações dos gestores são rasas no tocante desse recurso natural, e este fato parece ser recorrente em várias outras IES. A exemplo, a UFRA/Belém tem como um dos principais problemas encontrados, o desperdício de água, tendo como única iniciativa a adoção do sistema de torneiras de pressão, em seu restaurante universitário (PINHEIRO, et al. 2019, p. 502).

Um dos gestores do IFAM (GA34) cita como uma das ações futuras, a implantação de hidrômetro em sua Unidade. Segundo outro gestor (GA09) em sua Unidade há previsão da troca de todas as torneiras simples por torneiras com sensor de contato que desligam em curto tempo, além de privadas com descargas com dois dispositivos que liberam diferentes quantidades de água, visando o menor consumo de água. Neste seguimento a tecnologia de torneiras foi estudada por Pinheiro, *et al.* (2019, p. 502-503), principalmente as torneiras de pressão, que ao serem acionadas ao apertar o botão, a água é expelida por cinco a seis segundos, e na sequência é ativada uma trava que impede o escoamento. Fazendo-se o uso desta alternativa, consegue-se atingir valores entre 20% a 55% de redução na vazão, gerando economicidade, podendo seu uso também tanto nos vasos quanto nos mictórios da universidade. (CARDOZO, 2015 *apud* PINHEIRO, et al. 2019, p. 503).

Fernandes (2017, p. 77-78), trouxe em sua Dissertação uma experiência interessante sobre a economia de água em vasos sanitários de uma IES que pode ser aplicada em qualquer IE pública:

> No último evento do dia mundial da água, por exemplo, um grupo de alunos do curso de ciência e tecnologia realizaram uma campanha chamando a atenção da comunidade acadêmica quanto a economia de água. Para tanto, foram instaladas garrafas PET (Polietileno tereftalato) de 1 litro com pedras dentro, em alguns vasos sanitários que contém caixa acoplada. Embora seja um projeto simples, essa iniciativa, além de despertar a consciência das pessoas que frequentam a universidade, também contribui na economia de 1 litro de água a cada acionamento de descarga (Ibidem).

No Plano de Logística Sustentável do IFAM, a água e esgoto são abordados na Diretriz III, a saber nos subitens: 1) realizar levantamento e monitorar a situação das instalações hidráulicas e propor alterações para redução do consumo; 2) monitorar o uso da água; 3) promover campanhas de sensibilização para o não desperdício da água; 4) dar preferência para o sistema de medição individualizado de consumo de água; 5) dar preferência a sistema de reuso de água e de tratamento dos efluentes gerados; 6) analisar a viabilidade do

aproveitamento da água de chuva, poços artesianos; 7) criar rotinas da periodicidade de irrigação de jardins; 8) dar preferência ao uso de descargas e torneiras mais eficientes; e, 9) dar preferência a lavagem ecológica. Considerando o estabelecido no PLS infere-se que o IFAM não tem atuado de forma eficiente em nenhum dos subitens desta Diretriz, a não ser no estabelecimento de poços artesianos. A falta de monitoramento ou redução do consumo de água parece ser justificado pela abundância deste recurso na Amazônia e a cultura do uso de poços artesianos, pois diversos gestores (GA01, GA29, GA14 e GA31) declararam que suas Unidades possuem poços artesianos, e um deles foi enfático ao declarar que no IFAM essa Diretriz "não se aplica, porque a água é de poço artesiano".

Na contramão da abundância de água, no semiárido brasileiro a situação é diferente, como verificado na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Ela utiliza água de um poço próprio e a partir de contrato de cooperação com a Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN), a CAERN fornece toda água necessária para a instituição e em contrapartida, pode utilizar a água desse poço. Desta maneira não há despesa nem tão pouco medidores individualizados para monitorar o consumo de água na instituição (FERNANDES, 2017, p. 77).

No IFAM, o gestor (GA35) conta que em sua Unidade, também tem poço artesiano e a redução do consumo de água é trabalhado somente de forma verbal. Segundo ele "poderia se fazer mais, com a estrutura que tem o prédio, a captação da água da chuva, torneiras com sensores". A única Unidade do IFAM que possui ponto de água da concessionária é o CMC "uma reserva para caso se der algum problema na bomba" de distribuição da concessionária, mas mesmo assim o maior consumo é do poço (GA32). Na visão do entrevistado é mais positivo usar o poço, porque a concessionária também cobra por pacote, usando o mínimo ou não de água, se paga o valor contratado.

Na USP encontra-se situação diferente do IFAM, onde está em fase de análise a implementação de "alguns poços para a reativação para garantir o abastecimento de água em alguns edifícios do Campus da Capital" e avalia-se o "desempenho de um Sistema Remoto de Medição de Água de Consumo (WMNET), usando uma interface Web, fornecida pela SABESP no Campus da Capital, em São Paulo" para controle e monitoramento. (MALHEIROS, *et al.* 2019, p. 298).

> Após a validação e adoção desse sistema, cada técnico responsável pela gestão do consumo da água de uma unidade ou edifício terá acesso aos dados, permitindo monitorar e detectar aumentos do consumo de água, o que pode significar um consumo programado e justificável ou um vazamento interno que exigirá ações da equipe de manutenção (Ibidem).

A redução do uso de copos descartáveis foi item bem avaliado neste eixo. Infere-se da pesquisa que um dos maiores feitos pelo IFAM, que segundo os gestores (GA30, GA14, GA08, GA09, GA10, GA32, GA34, GA27, GA29, GA31 e GA04) com a distribuição de canecas feitas com a fibra da casca do coco aos servidores de todas as unidades: “a gente não oferece mais copos descartáveis nos bebedouros” cita um dos entrevistados. O gestor (GA14) cita que reuniu-se com os discentes e explicou sobre os cortes governamentais e pediu a todos a cooperação sobre o uso de seus próprios utensílios para beber água, como forma de reduzir a compra de copos descartáveis. Outro gestor (GA03) conta que a maioria dos setores de sua Unidade utilizam a caneca e aderiram a não utilização de copos descartáveis.

Atitude semelhante para reduzir o uso de copos descartáveis na IFES, ocorreu na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) com a distribuição de “*squeezes* e canecas entre seus discentes, servidores técnicos e docentes, estimulando o emprego desse material para o consumo de água nas dependências e diminuindo gradativamente o descarte de recipientes plásticos” (FIGUEIREDO, *et al.* 2019, p. 1401).

Um gestor do IFAM (GA09) afirma que após a distribuição das canecas sustentáveis aos servidores (Figura 5, A), a reitoria reduziu em quase 100% o uso de copos descartáveis, sendo ainda usado aos servidores resistentes ao movimento e aos visitantes. Relata ainda, que algumas salas adotaram xícaras de louça para uso do setor e para os visitantes, na Reitoria, por exemplo. Ele contou que uma das metas propostas é a compra de copos descartáveis de papel. Outra forma de redução do consumo de copos descartáveis foi a distribuição, em eventos institucionais aos alunos do IFAM, de garrafinhas em alumínio (Figura 5, B), “não pensando na sustentabilidade da produção do material, mas sim no sentido de economizar com a utilização do copo” pois o aluno iria ao bebedouro e utilizaria vários copos descartáveis, assim ele utiliza uma garrafinha no evento completo e ainda leva para seu uso no dia a dia incluindo nas aulas enquanto ele estiver na instituição (GA09).

Figura 5. Caneca sustentável doada aos servidores e garrafinha *squeeze* em alumínio doados aos discentes para beberem água.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

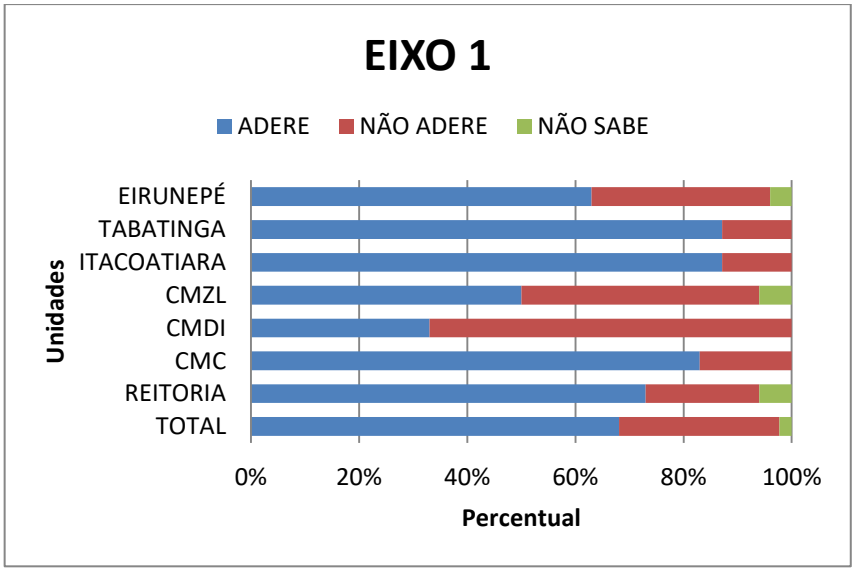
Com o objetivo de minimizar a produção de resíduos da instituição, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) implantou no âmbito do Programa Reduz, o Projeto Canecas, onde uma das diretrizes consiste na distribuição de canecas aos calouros como forma de acabar com o consumo de copos descartáveis nos Restaurantes Universitários (RU) da instituição (MALHEIROS, et al. 2019, p. 41). Neste mesmo teor na UFERSA em Mossoró/RN, a adoção de copos de vidro e canecas de porcelana e de plástico rígido foram distribuídos a comunidade acadêmica, resultando em redução de 75% no volume de compra de copos plásticos descartáveis. Contudo, nota-se o uso de copos descartáveis em eventos, principalmente, quando tem a presença de um público externo, e assim mesmo, esses descartáveis vão para a reciclagem após o uso (FERNANDES, 2017, p. 73).

Outro item pesquisado neste trabalho foi a destinação devida para os bens materiais ocioso, recuperável, antieconômico ou irrecuperável. O gestor (GA35) resume este item em "herança maldita" e que em sua Unidade há um "cemitério", de materiais ociosos, inservíveis. A "quantidade desse material é tão grande que é motivo de vergonha", expressa. Ele conta que ainda no ano de 2019 foi iniciado o processo de catalogação e depois será dado destino no desfazimento. Já o gestor (GA30) conta que em sua Unidade já há a pratica do desfazimento de materiais ociosos e inservíveis.

O gestor (GA04) explicita que ainda não é feito o desfazimento, mas alguns materiais são doados para uma associação, como, papelão, plástico e isopor, e a entidade vende o material para uma recicladora uma vez por mês. Na entrevista o mesmo gestor também conta sobre a doação por Termo de Comodato, um documento cautelar bilateral usado para as doações de carteiras e ares-condicionados, feitas pela Unidade do IFAM à secretaria municipal de educação, que recuperou/reformou todo o material e repassou às escolas municipais. O ato foi justificado pela falta de pessoal qualificado (DAP) e o lapso temporal de uso dos equipamentos e materiais para serem doados que é de cinco anos, que ainda não ocorreu (GA04). Outro gestor (GA14) conta que já pratica o desfazimento de bens e possui comissão para atuar, destarte, faz-se a doação de livros e computadores irrecuperáveis para entidades filantrópicas e ONG's, fazem artesanato com esse material.

De forma sintética, podemos resumir que acerca do uso racional dos recursos naturais e bens públicos (Eixo 1 da A3P) somente os respondentes do CMDI e CMZL não perceberam aderência das ações de sua Unidade ao Eixo 1 da A3P (Gráfico 13).

Gráfico 13. Aderência ao Eixo 1 por Unidade do IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

4.4.2 Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados.

A gestão adequada dos resíduos, passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar (MMA, 2009). Deve-se seguir o preceituado no artigo 9º da Lei nº 12.305/2010 que diz: "Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos" (BRASIL, 2010).

A destinação correta é parte fundamental para a eficiência na gestão de resíduos, e deve ser também uma preocupação educacional da universidade. O item X do artigo 3º da mesma Lei, aponta que:

> "O gerenciamento de resíduos sólidos é um conjunto de ações exercidas direta ou indiretamente nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com o Plano Municipal Gerenciamento de Resíduos Sólidos, exigidos na forma desta Lei" (Idem).

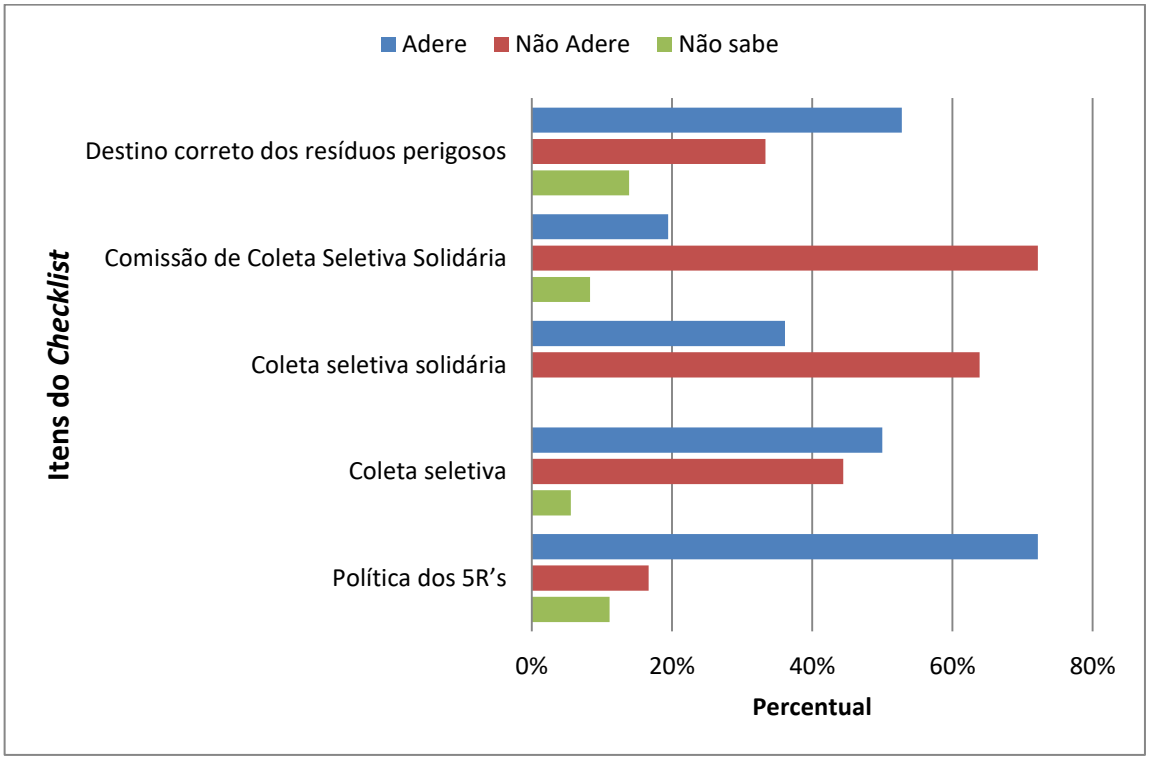
Assim, foi averiguado sobre a ocorrência de ações do IFAM que era aderentes a esse eixo, no que concerne aos itens: 7) Política dos 5R's; 8) Coleta Seletiva[11]; 9) Coleta Seletiva

[11] Coleta seletiva é a coleta diferenciada de resíduos que foram previamente separados segundo a sua constituição ou composição (MMA, 2019). A Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva (MMA, 2001).

Solidária[12]; 10) Comissão de Coleta Seletiva Solidária[13]; e, 11) Destinação Adequada de Resíduos Perigosos. Este Eixo está diretamente relacionado a Diretriz IV do PLS do IFAM.

A Instituição tem poucas ações voltadas para a gestão dos resíduos gerados. Para metade dos entrevistados, o IFAM aderiu ao processo da Coleta Seletiva (Gráfico 14). De forma antagônica ao resultado apresentado anteriormente, quando indagados sobre a aderência das ações do Instituto a Política do 5 R's e a existência de Comissão de Coleta Seletiva Solidária, a grande maioria dos entrevistados (72%) aponta como efetiva no primeiro caso e ausente no segundo item.

Gráfico 14. Aderência por itens do eixo 2 pelo IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

[12] O Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006 instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis. Em seu Art. 2º considera-se: I - coleta seletiva solidária: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis; e, II - resíduos recicláveis descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direita e indireta. (BRASIL, 2006).

[13] O decreto supracitado em seu Art. 5º determina a criação de uma Comissão para a Coleta Seletiva Solidária; § 1º [...] será composta por, no mínimo, três servidores designados pelos respectivos titulares de órgãos e entidades públicas. § 2º [...] deverá implantar e supervisionar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, bem como a sua destinação para as associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis, conforme dispõe este Decreto. (Ibidem).

Quanto a destinação dos resíduos perigosos, foi revelado uma aderência um pouco mais efetiva (53%) que as das ações de Coleta Seletiva. Por se tratar de resíduos perigosos, esse percentual de aderência gera um indicativo da necessidade de intensificação de ações voltadas para este problema considerando os tipos de materiais produzidos no IFAM, em destaque, os produtos químicos de laboratórios, sucatas de equipamentos de informática e eletroeletrônicos, pilhas, entre outras.

Sobre a reutilização de equipamentos de informática prevista na Política dos 5R's, os gestores (GA09 e GA32) enfatizam o trabalho realizado pelo setor de TI da Reitoria voltado para a reutilização de equipamentos como computadores e impressoras. Um deles aponta tratar-se de materiais "obsoletos na questão operacional, mas que servem para hardware". Esses materiais são embalados e destinados aos demais *Campi* para utilização nos cursos Técnicos de Informática, por exemplo (Figura 6).

Figura 6. Equipamentos eletrônicos catalogados pela Reitoria que serão destinados a reutilização em cursos técnico dos *Campi*.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Segundo o gestor (GA09) esta ação já era realizada também pelo *Campus* Tabatinga, onde o material do desfazimento era reutilizado considerando o que preceitua a legislação que "diz que em cinco anos a gente precisa fazer esse desfazimento, por que não pode investir em manutenção desses equipamentos eletrônicos por conta da depreciação, então você faz o desfazimento, faz a retirada do patrimônio e ele vira um material pra pesquisa". Outro gestor

(GA32) complementa que é preciso fazer um trabalho de conscientização do reuso, para que os discentes ao receberem esse material saibam que é do próprio Instituto, devido uma política voltada para economicidade institucional e ao meio ambiente. No *Campus* Eirunepé a reutilização dos equipamentos enviados pela Reitoria também já é realidade, (Figura 7).

Uma barreira levantada pelo gestor (GA09) é o descarte/desfazimento correto desse material quando não servir mais em nenhum momento. Ao começar organizar material do primeiro processo de desfazimento, os gestores (GA05, GA12 e GA28) citam a limpeza, organização e entrega de muitos materiais didáticos que estavam se deteriorando e seriam descartados "esquadros, *kits* de matemática, cones, jogos de xadrez". Outro gestor (GA27) aduz que a política dos 5R's está presente em todos os cursos com inclusão da disciplina Ambiente, Saúde e Segurança e também na semana do meio ambiente.

Figura 7. Aula prática com reutilização de materiais ociosos de TI no Campus de Eirunepé, AM.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A coleta seletiva no Brasil foi promulgada pelo Decreto nº 5.940/2006, que instituiu a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e instituições da administração pública federal direta e indireta na fonte geradora e a sua destinação às associações e

cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (MMA, 2009, p. 52). Esta é uma ação realizada pela UFRA (PINHEIRO, *et al.* 2019, p. 495-496). E na contramão do feito da UFRA, o IFAM em suas unidades, atende parcialmente a este eixo, onde na maioria das unidades até possui os coletores, mas não cumpri as etapas necessárias.

O gestor (AG01) justiça não aderir a este mecanismo em sua unidade "porque o lixo gerado é pouco, a maioria é orgânico e mesmo que se a gente fizesse essa coleta seletiva o recolhimento municipal não tem destino, por mais que a gente separe, lá no final vai tudo pro mesmo local" referindo-se ao lixão.

Gestores (GA01, GA29, GA30, GA31 e GA32) de várias Unidades revelam não possuir Comissão de Coleta Solidária e por consequência, não aderiram a Coleta Seletiva Solidária. O gestor (GA34) conta que sua Unidade possui os coletores mas no momento da coleta tudo é misturado. Outro problema indicado ocorre provavelmente pela falta de atenção ou conhecimento pelos alunos no momento do descarte, pois vários jogam o resíduo no recipiente de coleta indevido.

Alguns gestores entrevistados (GA05, GA12 e GA28) aduzem ter constituído Comissão de Coleta Seletiva Solidária e praticar esta ação no Instituto. Porém para o descarte correto pelos usuários da Instituição ocorre muitas dificuldades tendo em vista que os cestos de descarte estão em forma precária, e a maior dificuldade para adquirir novos coletores seletivos consiste na falta de recursos financeiros: "é um esforço grandioso da Comissão".

Os gestores (GA04 e GA27) afirmam que em sua Unidade ocorre Coleta Seletiva, porém o caminhão do lixo joga tudo no lixão, revelando que o município não faz o tratamento adequado do resíduo. Afirmam ainda fazer a doação de materiais por meio de comodato, mas não possuem uma Comissão de Coleta Seletiva Solidária.

Outro gestor (GA14) revela possuir em sua Unidade a Comissão Institucional, a Coleta Seletiva, e a Coleta Seletiva Solidária, porém, falta sensibilizar a comunidade acadêmica para que utilizem o Coleta Seletiva de forma adequada, jogando o resíduo na caixa correta. Na visita *in loco* constatamos que a Instituição realmente executa a Coleta Seletiva e Coleta Seletiva Solidária. Também pôde-se observar que esta Unidade possui depósitos específicos para cada tipo de resíduo, e o resíduo da coleta Seletiva Solidária é recolhida uma vez por mês por uma Cooperativa de Catadores.

É importante o apoio de todos os agentes envolvidos no descarte correto, mas na etapa final do processo na Unidade, o papel dos terceirizados é apontado como primordial, e a respeito dessa transversalidade integradora, Malheiros et al. (2019, p. 12) aduzem que no programa USP Recicla o envolvimento dos terceirizados sempre foi um dos maiores

obstáculos e cita um dos discursos de seu entrevistado: “Se não houver apoio da Direção, da Assistência Administrativa e da equipe de limpeza, não há como manter o Programa.”.

O percalço revelado no parágrafo anterior parece ser comumente encontrado nas IES públicas, pois no IFAM, o gestor (GA03) expressa ser “um problema, eles misturam”, conotando que os terceirizados não estão fazendo o descarte correto dos resíduos depositados nos coletores, ao contrário dos servidores e discentes que, segundo ele, são bem “conscientizados” neste item. Na observação *in loco*, pôde-se verificar que houve um grupo de discentes que observaram os próprios terceirizados fazendo a junção dos resíduos, e criaram um projeto de extensão para trabalhar a verificação deste problema e sua correção.

No Programa USP Recicla, Malheiros, *et al.* (2019, p. 13) apontam que a rotatividade dos terceirizados pode estar atrelada a ineficiência de ações que fragilizam os programas “devido ser um serviço terceirizado, a taxa de evasão é alta, e não ocorre o treinamento para a correta identificação dos sacos, bem como, questões básicas, como não misturar os resíduos recicláveis e que os são destinados ao aterro sanitário”.

O gestor (GA30) conta que ainda não aderiu a Coleta Seletiva pois só tem dois latões (Figura 8) como suporte de armazenamento do resíduo produzido “falta criar política interna” (...) “é um problema institucional”, a Unidade possui lixeiras de Coleta Seletiva “mas tudo é juntado”. Este mesmo gestor aduz faltar um trabalho de cunho educativo com os discentes, servidores e terceirizados, pois “até separa, mas depois eles colocam tudo num único saco”, referindo-se aos terceirizados. E mais uma vez podemos depreender que os terceirizados são um dos problemas na execução das atividades e de ações inerentes a este Eixo.

Figura 8. Lixeiras do CMZL.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A Cartilha A3P (MMA, 2009, p. 54) apresenta as vantagens da Coleta Seletiva Solidária, a saber: 1) Diminui a exploração dos recursos naturais; 2) Diminui a poluição do solo, da água e do ar; 3) Reduz os resíduos encaminhados aos aterros sanitários; 4) Gera emprego e renda para os catadores de materiais recicláveis; 5) Diminui os gastos com a limpeza pública; 6) Prolonga a vida útil dos aterros sanitários; 7) Fortalece a organização dos catadores e melhora suas condições de trabalho. Mesmo tendo todo esse indicativo positivo e de vantagens, o IFAM sofre com a falta de Cooperativas e Associações interessadas no resíduo produzido.

O gestor (GA32) revela que a Coleta Seletiva no IFAM é um grande problema, pois, de todos os municípios visitados, os únicos municípios que possuem Associação de Catadores de Resíduos é Manaus e Itacoatiara. Porém, as Associações de Manaus não tem interesse em recolher o resíduo de outros municípios em função do volume disponível que tornam a atividade inviável economicamente. Outro gestor (GA35) afirma que em sua Unidade há os coletores seletivos, porém “no final de tudo vai pra um lugar só”, pois, todo o resíduo é juntado e misturado “nem a cidade tem coleta seletiva” no sentido da problemática da falta de Serviço de Coleta Seletiva nos municípios e ainda, a ausência de Associações e Cooperativas desse ramo.

No sítio do IFAM na internet é possível averiguar nos Relatórios de Gestão (2017 e 2018) que o Instituto possui acordo firmado com a Eco Cooperativo, cooperativa que atua na coleta dos resíduos gerados pelas Unidades Reitoria e CMC. As demais Unidades estudadas não são contempladas com esse tipo de serviço.

No IFAM também é realizada a coleta de pilhas com a instalação de coletores “papa pilhas” (Figura 9, Lado externo A, Lado interno B). Esse tipo de estratégia é adotada apenas na Reitoria e os gestores (AG08, GA32 e AG09) explicitam que este coletor fica instalado e disponível para a coleta dos seguintes resíduos: pilhas, cabos, celulares, baterias, eletroeletrônicos específicos. Infere-se certo descuido e uso inadequado do coletor, que apresenta resíduos não perigosos. Há uma cooperação entre Reitoria e uma empresa que recolhe esse material sem custos ao Instituto.

Figura 9. Coletor de eletroeletrônicos, pilhas e baterias na reitoria do IFAM.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

A UFRA também trabalha a coleta de pilhas em uma de suas unidades no âmbito do PLS (2014) criado com o objetivo de "desenvolver e implementar a gestão adequada dos resíduos sólidos perigosos e não perigosos gerados dentro da instituição, além da separação de materiais recicláveis, através da implantação de pontos de coleta seletiva em todos os prédios do *campus*", (PINHEIRO, *et al.* 2019, p. 496).

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) desenvolveu um trabalho semelhante ao do IFAM, o Projeto do Programa de Educação Tutorial (PET Engenharia Ambiental) em convênio com os Correios (Agência Local) para o recolhimento de pilhas e baterias. No entanto, Malheiros, *et al.* (2019, p. 41) revelam que "comenta-se que o Programa se manteve funcionado de 2010 a 2011 e que se inviabilizou por dificuldades logísticas e por desinteresse de continuação pela agência local dos Correios". O trabalho revela ainda que "ainda há alguns pontos de coleta de pilhas e baterias na UFOP, mas sem se conhecer os seus responsáveis e as formas de destinação final. Não há relatórios desses projetos" (Ibidem).

A coleta de pilhas e baterias é assunto amplamente discutido no meio acadêmico e outros meios. Dada sua importância, alguns estudos analisam o descarte nos mais distintos ambientes, destarte, ampliam a discussão dos malefícios causados pelo descarte incorreto de pilhas e baterias ao meio ambiente e as pessoas, assim como sua inserção na educação ambiental em escolas, IES, no comércio e população em geral (SANTOS, 2013; MARTINS, 2014; OLIVEIRA e PEREIRA, 2016; LIMA E SILVA; SILVA E OLIVEIRA; MINOTTO *et al.* 2018; MUELLER *et al.*; VIEIRA *et al.;* 2019).

Segundo o gestor (AG01) o descarte correto de resíduos perigosos em sua Unidade não tem a destinação correta "até mesmo porque o produto que tem gerado seria lâmpadas",

esse produto é descartado com o lixo geral e vai parar no lixão, conta o gestor. Outros gestores (GA30, GA35, GA04 e GA27) coadunam-se ao revelarem não dar destinação correta aos produtos considerados perigosos em suas Unidades.

Aduz-se da observação *in loco* que as Unidades do IFAM abordadas neste estudo não desenvolvem e nem possuem Programa de Coleta de Materiais Perigosos, e em contraste, a integração do Programa USP Recicla à Unidade da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com a criação do Programa POLI RECICLA em 2016. O objetivo do Programa USP foi a incorporação dedicada a "promover a gestão sustentável dos resíduos dentro da USP", escola com mais de 17.000 (dezessete mil) pessoas/dia em oito edifícios. Os resíduos gerados vão desde os típicos de escritório até resíduos de diferentes Laboratórios, a exemplos, Gestão de Lâmpadas; Gestão de Pilhas e Baterias; Gestão de Resíduos Laboratoriais; Gestão de Toners/Cartuchos; Coleta Seletiva de Resíduos Não Perigosos. Além disso, o Poli USP Recicla tem por missão incorporar a gestão sustentável dos resíduos gerados ao Sistema de Gestão da Escola Politécnica, além de estimular a comunidade a participar deste processo. (MALHEIROS, *et al.* 2019, p. 16).

O Programa *Chemical, Equipment, and Materials Reuse (ChEM)*, é uma iniciativa de sustentabilidade da Universidade de Michigan (UofM) onde faz-se estocagem de "produtos químicos vencidos, equipamentos e materiais não utilizados que estão disponíveis para uso em laboratórios de pesquisa e ensino". Esse programa, ChEM, visa "proteger o ambiente reduzindo o volume global de resíduos perigosos enviados para eliminação; Reduzir o custo de compra de novos materiais se aqueles no estoque forem aceitáveis para suas necessidades de pesquisa ou ensino" (MALHEIROS, *et al.* 2019, p. 29-30).

No IFAM, o gestor (GA03) cita que falta estação de tratamento para os resíduos dos laboratórios, pois alguns resíduos químicos "é armazenado em tambores e fica em um local lá", isolado. Segundo o mesmo gestor entrevistado o fato revelado é um dos grandes empasses da Instituição que não possui empresa especializada para coletar esse tipo de material devido seu alto custo, mas, "que é necessário". Ele afirma ainda que para os demais resíduos menos agressivos e tóxicos é feito a neutralização química e descartam na rede de esgoto, via pia. Esta prática também acontece na Universidade Sagrado Coração, IES privada, onde "os laboratórios de Biologia e o Biotério fazem prévia neutralização dos contaminantes e descartam em rede pública" (ANTONIASSI e SILVA, 2017, p. 187).

Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), "apenas alguns laboratórios de pesquisa e ensino remetem seus resíduos contaminantes para empresas terceirizadas

especializadas para descarte, reciclagem ou neutralização correta desses materiais" (MALHEIROS, *et al.* 2019, p. 42).

O gestor (GA30) afirma que sua unidade possui estação de tratamento de resíduos líquidos em um dos anexos, "tudo que é líquido vai pra estação, onde é tratado e sai água limpinha", expressa. Outro gestor (GA32) conta que há liberação pela Polícia Federal para manuseio, trabalho, descarte e a guarda dos reagentes químicos pelo IFAM, mas no geral os produtos perigosos não tem destinação correta.

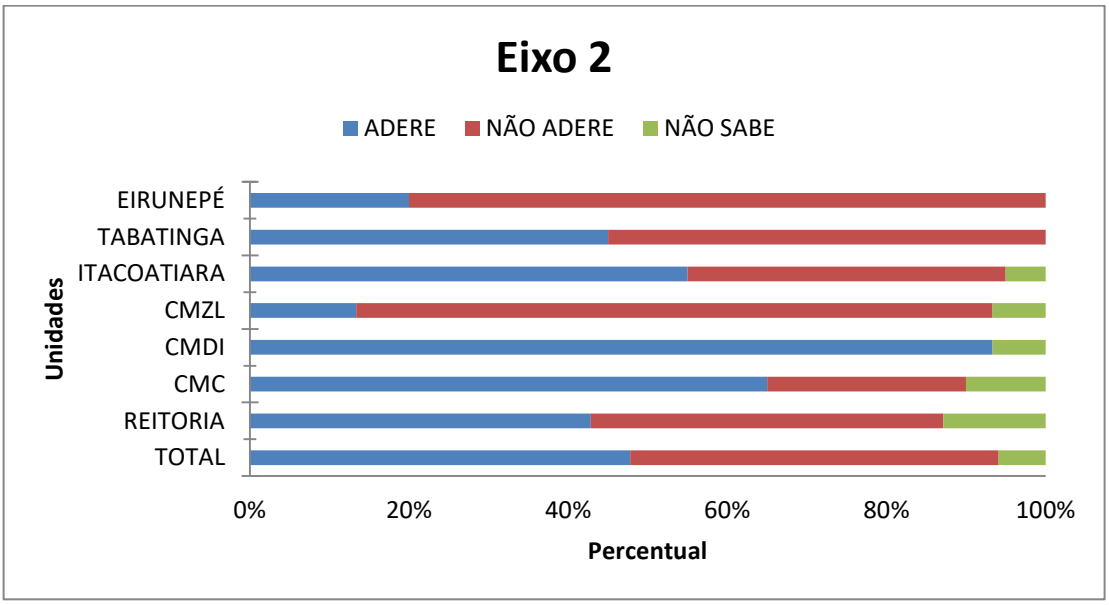
Como solução do problema dos resíduos perigosos, o Programa (ChEM) da Universidade de Michigan (UofM), permite que laboratórios de pesquisa e ensino, obtenham gratuitamente produtos químicos (vencidos), assim como equipamentos e materiais disponíveis em seu estoque, além de fazer doações de seus excessos para pessoas possam encontrar uma finalidade de tais materiais (MALHEIROS, *et al.* 2019, p. 30).

A Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) tem como destaque os projetos Educar para Reciclar, UFTM Recicla que em seu bojo traz orientações para o gerenciamento de resíduos de serviço de saúde que necessitam de processos diferenciados em seu manejo. Foram propostas práticas como melhorar a identificação dos recipientes em que são dispostos os resíduos, adquirir plásticos coloridos para a realização de coleta seletivo no Hospital da Universidade e monitorar o programa de reciclagem no Hospital das Clínicas (MALHEIROS, *et al.* 2019, p. 84). E sobre o lixo hospitalar produzido pelo IFAM, há uma empresa contratada que faz o recolhimento do resíduo três vezes por semana, na Unidade CMZL.

Guerra *et al.* (2018) realizaram um comparativo entre a Universidade Federal de Viçosa (UFV) e a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade de São Paulo (USP/ESALQ), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Universidade Federal de Lavras (UFLA), quanto ao gerenciamento de seus resíduos químicos. A pesquisa identificou que os programas de gerenciamento estão em um estágio mais avançado que o observado na UFV e infere que nela os procedimentos são bem definidos, mas precisam da "oficialização de um programa, documentando as responsabilidades e procedimentos a serem realizados em cada etapa.". Esclarecem que a UFV tem "trabalhado em sistema eletrônico exclusivo para solicitações e inventário de resíduos coletados, bem como o desenvolvimento de indicadores". Os autores apontam no estudo que as instituições pesquisadas apresentam "procedimentos minimamente adequados para gerenciamento de resíduos químicos", e consideram que a interação entre as Universidades "permitiria avançar de forma conjunta, trocar informações importantes e garantir a inovação no gerenciamento destes resíduos." (Ibidem).

De acordo com os dados coletados constata-se que considerando as ações relacionadas ao Eixo 2, pode-se afirmar que as Unidades pesquisadas têm a preocupação com a gestão adequada dos resíduos produzidos, pois o percentual de aderência no total geral foi superior ao percentual de não adere nas declarações avaliadas. As quatro Unidades quando analisadas separadamente demonstram baixa aderência ao Eixo - gestão adequada dos resíduos gerados. Os *campi* de Eirunepé e CMZL tiveram 80% de não aderência a esse Eixo, cada, seguidos de Tabatinga (55%) e Reitoria (44%). Já as Unidades CMDI e CMC são as Unidades que mais aderem a este Eixo com 93% e 65% de aderência, respectivamente (Gráfico 15).

Gráfico 15. Aderência ao Eixo 2 por Unidades do IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

É recorrente o descaso e descumprimento deste Eixo pelas IES. Segundo (GRASSI e GROHMANN, 2018, p. 2) das 63 IES públicas federais do Brasil, apenas 47,62% praticam a Coleta Seletiva Solidária. As autoras apontam que a maioria delas só iniciaram o processo de formação da Comissão de Coleta Seletiva Solidária a partir de 2014. Infere-se no trabalho que na região norte apenas a UFAC e UFPA aderiram ao Decreto N. 5.940/2006. Segundo as autoras, as outras IES federais da região norte, UFAM, UNIFAP, UFOPA, UFRA, UNIFESSPA, UNIR, UFRR e UFT ainda não aderiram ao Decreto supracitado.

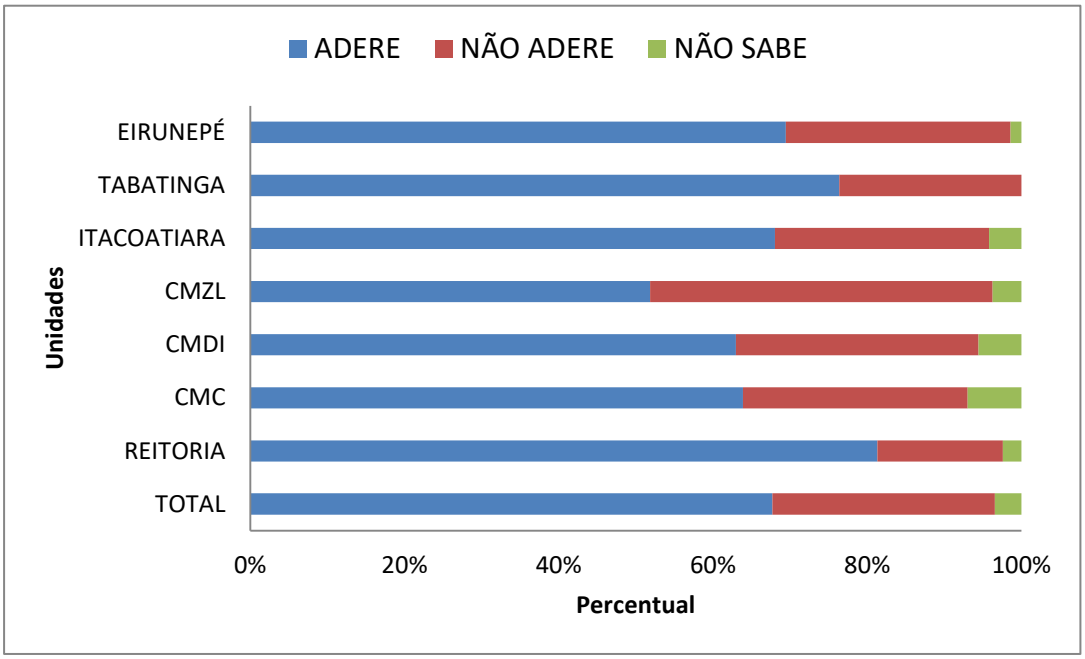
4.4.3 Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho

Quem faz o instituto são as pessoas: docentes, administradores, servidores e alunos. Sendo assim, é preciso criar meios para que todos que trabalham ou circulam no ambiente se sintam bem, atuando para que o ambiente seja o mais agradável possível. Bem-estar, felicidade e alegria são itens primordiais destes circulantes. Desta maneira a instituição deve propagar a felicidade com equipamentos que contribuam para a melhor qualidade de vida. A felicidade é o grande incentivador da A3P, pois, uma pessoa satisfeita com o trabalho contribui bem mais que aquela que está infeliz na função (MMA, 2017, p. 16).

Neste Eixo - Qualidade de vida no ambiente de trabalho - foi averiguado proporção de aderência de ações realizas no IFAM, no tocante aos itens apresentado a seguir: 12) atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores; 13) acessibilidade em todas as instalações; 14) preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos; 15) comissão interna de prevenção de acidentes; 16) controle da jornada de trabalho; 17) especialista para proporcionar apoio a servidores que passam por problemas como tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas; 18) ambiente de trabalho salubre; 19) programa de saúde ocupacional; 20) orientação nutricional; 21) desenvolvimento e a capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades; 22) percepção do significado do trabalho individual e coletivo; 23) integração social interna e externa através da ausência de preconceitos; 24) integração social interna, através da interação de servidores em áreas comuns e em eventos; 25) integração social interna, através do senso comunitário (entre setores); 26) integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais (bom relacionamento entre os colegas de trabalho); 27) liberdade de expressão; 29) privacidade pessoal; e, 30) tratamento impessoal. Este Eixo está diretamente relacionado a Diretriz V do PLS do IFAM.

Em seis das Unidades pesquisadas temos mais de 60% de aderência aos itens deste Eixo (Gráfico 16).

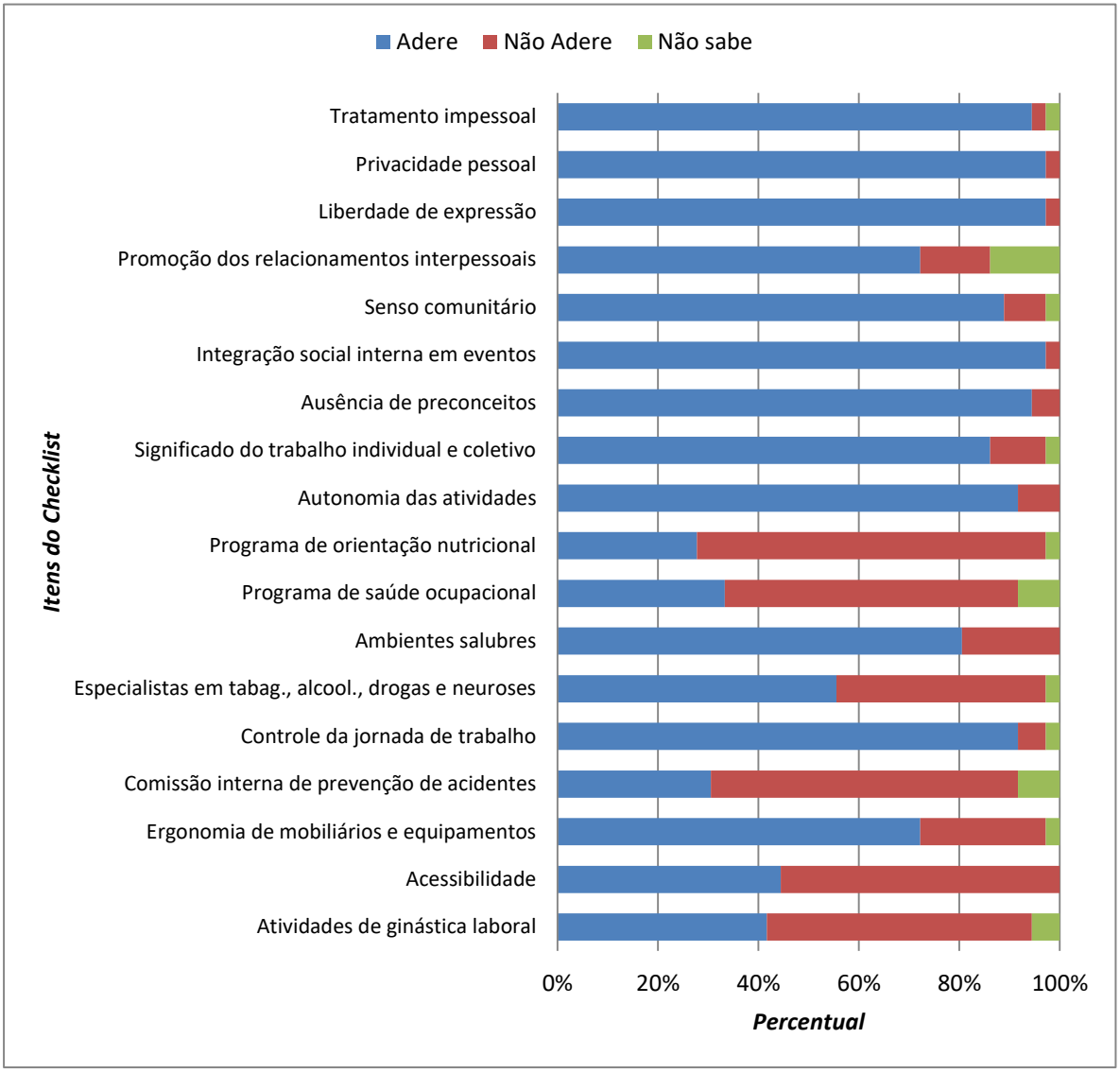
Gráfico 16. Aderência ao eixo 3 por unidades do IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Segundo a percepção dos gestores (Gráfico 17), para a maioria das a ações apresentadas neste Eixo ocorre aderência do IFAM (50%). E desta maioria, seis delas com mais de 90%, de aderência. Quanto a não aderência, os itens mais preocupantes nas ações do IFAM foram, a falta de orientação nutricional (cerca de 70%), seguido da falta de um programa de saúde ocupacional (58%). Outros três itens também tiveram expressão percentual maior que 50% de não aderência, sinalizando a falta dessas ações na Instituição.

Gráfico 17. Ações realizadas no IFAM que aderem ao Eixo 3 da A3P para qualidade de vida no ambiente de trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Ações como atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes ofertadas aos servidores, apesar de ter sido apontada por 43% dos gestores do IFAM, foi lembrado de forma excelente por um dos gestores (GA08) que destacou as atividades ginástica para o cérebro e yoga oferecidas no âmbito do Programa de Atividade Laboral promovido pela Coordenação de Benefício e Qualidade de Vida (CBQV) (Figura 10).

Figura 10. 3ª ação para Qualidade de Vida no Trabalho, ano de 2019.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os gestores de Unidades distintas (GA01, GA34) citam que há grupos de servidores que praticam futsal durante a semana onde todos são convidados. Esta atividade é organizada por iniciativa própria dos servidores e não institucional. Outros gestores (GA05, GA12 e GA28) expressam que é um "sonho da instituição" é poder proporcionar aos servidores a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho e ter melhor produção nas atividades, "pra melhorar o PIT" referindo-se ao reflexo dessas atividades no Plano Individual de Trabalho (PIT).

No Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN), este Eixo foi o de maior grau de aderência. Segundo Monteiro e Camello (2015) "o IFRN atua de forma propositiva na busca de melhores condições de trabalho dos seus servidores na tentativa de garantir-lhes uma melhor qualidade de vida no ambiente de trabalho".

O gestor (GA14) lembra que em sua Unidade há academia, ginástica laboral, natação, prática esportiva, porém os servidores não se interessam pelas atividades. Outro gestor (GA30) afirma que em sua Unidade também possui academia, campo de futebol, quadras

cobertas e campo *society*. Na pesquisa de campo, *in loco*, pôde-se averiguar que as estruturas e atividades descritas por esses gestores em relação a este item não é uma realidade nos *Campi* Eirunepé, Itacoatiara e Tabatinga.

Viegas *et al.* (2015, p. 19) concluem em seu trabalho que os gestores da instituição priorizam ações que indicam preocupação com a qualidade de vida dos seus *stakeholders* internos "atividade física; vacinação; esporte e lazer; atividades culturais; datas comemorativas; manutenção do paisagismo e arborização do campus. Estas são ações".

Quanto a acessibilidade, os gestores (GA01 e GA30) lembram que em suas Unidades este item é atendido de forma parcial, pois, "tem acesso, tem rampa, tem banheiro para portadores de necessidades especiais" (PNE). Já o gestor (GA01) cita que somente em um dos prédios, no segundo prédio não há banheiro para PNE.

Outro gestor (GA35) afirma que em sua Unidade há acessibilidade, porém ainda falta fazer mais, para os portadores de deficiência visual, como "piso tátil, identificação nas portas, nas secções (em braile, grifo nosso)", por exemplo. Neste teor o gestor (GA34) conta que sua Unidade possui rampa na entrada, elevador no ginásio, banheiros para PNE, mas não atende a todas as necessidades, pois há falta de passarela ou calçadas para cadeirantes chegarem a alguns lugares da Unidade, por exemplo.

Os gestores (GA29 e GA31) acrescentam ainda a faltam de avisos luminosos nas salas de aula para possíveis alunos surdos entenderem que está tocando a campainha e a instalação de uma cancela eletrônica na guarita, segundo eles "vai ter que ser feito algumas adaptações". Outros dois gestores (GA04 e GA27) afirmam que suas Unidades possuem rampas em todas as entradas, elevador, banheiro adaptado e exclusivo, faltando apenas a sinalização externa para a conclusão de 100% do projeto de acessibilidade. Outro gestor (GA14) diz que totalmente não, mas em grande maioria sim, há acessibilidade, rampa na entrada, rampa para acesso as salas de aulas, e o único setor que não tem acessibilidade é do administração corrobora (GA32), perfazendo um total de 90%, exprime outro gestor (GA14), e o gestor (GA03) complementa ao citar que há também elevador e vagas no estacionamento para PNE (Quadro 12).

Quadro 12. Resumo das ações de acessibilidade realizadas nas Unidades do IFAM analisadas nesta pesquisa. 1 - CMC; 2 - CMZL; 3 - CMDI; 4 - CEIRU;5-CITA; 6 - CTB; 7 -REITORIA. PNE = Portadores de Necessidades Especiais.

AÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PNE	ADERE	NÃO ADERE
Rampa de entrada	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	
Elevador	1, 5, 6, 7	2, 3, 4

Banheiros	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	
Avisos luminosos (Surdos)	-	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Cancela eletrônica	-	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Estacionamento	1, 2, 3, 5, 6, 7	4
Piso tátil	1, 2, 3, 5, 7	4, 6
Identificação em braile	1, 2, 3, 5, 7	4, 6
Passarela	1, 2, 3, 7	4, 5, 6

Fonte: Pesquisa *in loco 2019*. Elaborado pelo autor, 2020.

As ações do IFAM quanto a acessibilidade são similares as adotadas em uma IES federal, que segundo Rosa *et al.* (2019, p. 76), apesar da instituição não aderir a acessibilidade, busca adaptar suas instalações para o acesso aos PNE, visto que algumas de suas estruturas são antigas e os projetos de acessibilidade estão sendo implementadas gradativamente.

Malheiros (2019, p. 123) aponta que na UFSCar, este item é trabalho em forma de projeto "Projeto Carona Solidária; a existência de um trecho de ciclovia e bicicletário coberto dentro do campus". O estudo revela o incentivo a redução do uso dos veículos da instituição assim como a observação às normas de acessibilidade nas construções das Unidades estudantis.

Os gestores (GA05, GA12 e GA28) citam que os mobiliários e equipamentos adquiridos pelo IFAM não foram comprados com foco na preocupação com a ergonomia, mas, pelo menor preço. Outros gestores (GA29, GA04, GA27 e GA31) acreditam há ergonomia "pois os braços das cadeiras são móveis". "No geral, posso dizer que não", exprime o gestor (GA14) justificando que a ergonomia é preocupante quando se faz a aquisição do mobiliário, pois segundo ele não há uma consulta ao servidor pra saber suas necessidades ou do departamento. O gestor afirma que para as novas aquisições já existe um planejamento para aquisição de produtos de qualidade e equidade nas necessidades dos servidores. Fernandes (2017, p. 84), aduz em sua Dissertação que a UFERSA, fez aquisição de cadeiras ergonômicas visando prevenir doenças ocupacionais relacionadas ao trabalho repetitivo.

Quanto aos cuidados com a saúde e prevenção de acidentes dos servidores, muitas instituições adotam campanhas e a instituição de CIPA. A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA tem como finalidade a prevenção tanto de acidentes, quanto de doenças relativas ao trabalho (FIGUEIREDO, *et al.* 2019, p. 1402). O IFAM não possui CIPA, mas adotou em suas Unidades a institucionalização das Brigadas de Incêndio por ser "uma exigência pelo Corpo de Bombeiros" (GA16). Um dos gestores (GA32) cita que a Reitoria possui uma equipe de Segurança do Trabalho composta por engenheiros e técnicos do

trabalho que visitam todas as Unidades do IFAM e fazem medição de ruídos, luminosidade e vistoria dos reagentes químicos. Um dos gestores (GA30) afirma que sua Unidade vai contratar um técnico de Segurança do Trabalho “justamente pra fazer esse trabalho preventivo”.

Dentre as instituições federais temos o Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo que possui CIPA (NR 5) com o objetivo de “prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador” (IMT/USP, 2019). Como outros exemplos de IES que possuem CIPA temos a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho" (UNESP) Campus de Ilha Solteira (UNESP, 2019), o Instituto Federal Catarinense (IFC, 2019), e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL, 2019).

Quanto as ações de saúde temos uma diversidade de ações que faz com que esse quadro seja bastante diverso entre as Unidades do IFAM pesquisadas, sendo aquelas instaladas na capital, as que possuem maior número de oferta de atendimento e ações (Quadro 13). A existência de especialista para proporcionar apoio aos servidores que passam por problemas como tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas, um dos gestores (GA01) diz que sua Unidade não adere a essa ação, mas, possui equipe formada por enfermeiro, psicólogo e auxiliar de enfermagem que atende servidores e discentes. Outros gestores (GA05, GA12 e GA28) entendem que suas Unidades atendem a este item pois “tem psicólogo, assistente social”. (GA14) cita que em sua Unidade, “tem uma equipe profissional muito boa para trabalhar isso aí”, referindo-se a(o) assistente social e psicólogos(as), mas que é preciso divulgar mais esses serviços, pois muitos servidores tem problemas e não buscam os profissionais disponíveis na Unidade. O entrevistado também citou um caso em que a equipe conseguiu reverter a situação de um servidor com problema de alcoolismo, o qual está desenvolvendo seu trabalho com muita dedicação.

Outro gestor (GA30) afirma que sua Unidade possui um Núcleo Psíquico-social, com psicólogo, nutricionista, assistente social, médicos, enfermeiros e pedagogos, com atendimento para discentes e servidores, inclusive servidores já aposentados, tornando-se um diferencial: “estamos fazendo um trabalho diferencial com os aposentados inativos, indo na casa deles, levando psicólogos, nutricionista, médico, (...) valorizando o que eles representaram nesta instituição ao longo de trinta anos”, complementando que haverá um evento uma vez ao ano voltado para esse público. O gestor (GA32) afirma que sua Unidade é um diferencial de todos IF’s do Brasil, que possui um Núcleo Multiprofissional que atende servidores e discentes, com médicos, odontólogos, psicólogos, nutricionista, pedagogo,

enfermeiro e técnico em enfermagem. E no último concurso foram disponibilizadas vagas para psiquiatra, com a intenção de criação de um Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) itinerante próprio para poder melhor atender o servidor, podendo esse grupo se deslocar até o lugar mais distante do estado, pois a causa de "um grande percentual de afastamentos é a depressão". Hoje, considerando que não há esse profissional no interior do estado para o acompanhamento do servidor, ocorre o afastamento do trabalho ou a remoção para a capital. Como consequência, os *Campi* de Manaus já estão no limite de servidores removidos.

Quadro 13. Existência de profissionais de saúde que atendem os servidores e discentes das Unidades do IFAM pesquisadas. 1 - CMC; 2 - CMZL; 3 - CMDI; 4 - CEIRU; 5 - CITA; 6 - CTB; 7 - Reitoria.

Profissionais de Saúde	**Adere**	**Não Adere**
Médico	2, 7	1, 3, 4, 5, 6
Odontólogo	-	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Enfermeiros	1, 2, 3, 4, 5, 6	-
Psicólogo	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7	-
Psiquiatra	-	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7
Técnico Enfermagem	1, 2, 3, 4, 5, 6	
Nutricionista	2	1, 3, 4, 5, 6, 7
Pedagogo	1, 2, 3, 4, 5, 6	-
Assistente social	1, 2, 3, 4, 5, 6	-

Fonte: Pesquisa *in loco 2019*. Elaborado pelo autor, 2020.

Nascimento *et al.* (2015, p. 499) também descreve a experiência da Reitoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf-PE), onde as atividades promovidas para a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho levou a identificação do elevado grau de estresse sofrido pelos funcionários ao longo da jornada de trabalho.

Sobre a salubridade dos ambientes, um dos gestores (GA14) esclarece que os laboratórios são insalubres e de periculosidade, pois possuem muitos problemas. Outro gestor (GA30) expressa que "nem todos".

Quanto a presença de nutricionista, a maioria dos gestores (GA05, GA34, GA12, GA35 e GA28) citam que a instituição possui nutricionista, "mas não um programa estabelecido", ou seja, específico para os servidores. Alguns gestores (GA29, GA30 e GA31) dizem que a nutricionista de suas Unidades faz atendimento aos alunos, servidores e a cantina/restaurante contratada para servir comida aos discentes. Os gestores (GA04, GA14 e GA27) explicitam que não possuem nutricionista em suas Unidades. O gestor (GA32) cita que o IFAM possui uma nutricionista itinerante, que atende demanda das Unidades, a partir da solicitação pelos gestores, que não possuem esses profissionais em seus quadros.

Para a percepção do significado do trabalho individual e coletivo, um dos gestores (GA32) cita que novos servidores integrantes da família IFAM, é obrigatório o Curso de Integração ao Sistema Público, para que eles conheçam direitos e deveres, relações interpessoais e conduta do servidor público pois “muitos problemas que acontecem hoje se o servidor quando entrar tiver essa visão ele reduz”, referindo-se aos problemas que acarretam Processo Administrativo Disciplinar (PAD), como assédio moral e sexual, por exemplo.

Para a ausência de preconceito, um gestor (GA30) cita que a orientação é total, em todos os sentidos, “tanto na orientação sexual, gênero, religião, e agora política também”. (GA32) aduz “nós não temos esse problema no instituto” (...) “nós combatemos qualquer tipo de discriminação, inclusive com o próprio aluno”.

Várias Instituições também sinalizam em suas ações a aderência a este Eixo. Os trabalhos (NETO *et al.* 2016, p. 12; SANTOS *et al.* 2017, p. 1596; ROSA *et al.* 2019, p.78) demonstram, segundo a percepção dos gestores entrevistados, o significado do trabalho individual e coletivo para a qualidade de vida e promoção da saúde, e a sensibilização coletiva para ausência de preconceito, não tão somente em IES, mas em outras instituições públicas.

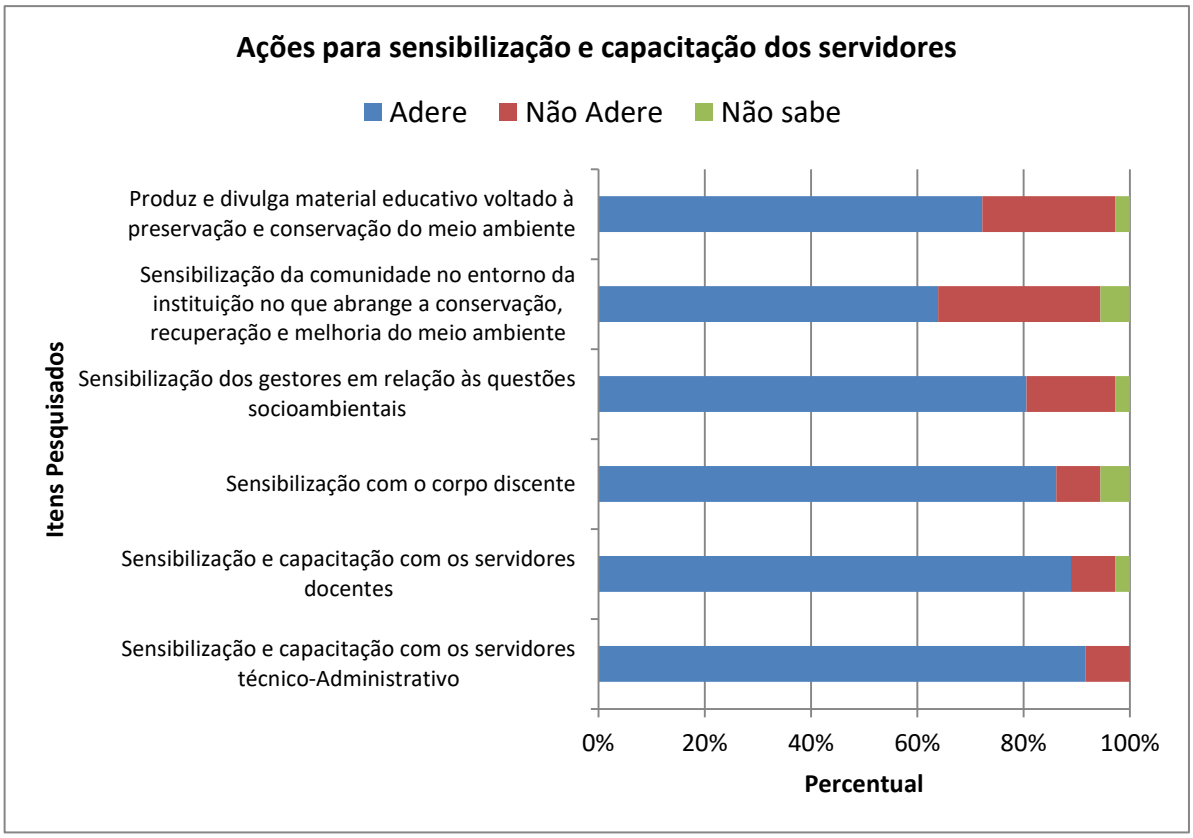
4.4.4 Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores

Consolidar nos servidores a consciência cidadã e da responsabilidade socioambiental através da sensibilização é um dos objetivos da A3P. O Objetivo é “revelar a urgência e necessidade de adoção de práticas que promovam a preservação ambiental e o respeito à vida, a partir do local de trabalho, a universidade” (MMA, 2017, p. 16).

Neste Eixo – Sensibilização e capacitação dos servidores, os tópicos que compuseram o *checklist* desta pesquisa foram: 31) capacitação com os servidores técnico-Administrativo; 32) capacitação com os servidores Docentes; 33) sensibilização com o corpo discente; 34) sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais; 35) sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; e, 36) Produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.

Verifica-se que a maioria dos tópicos deste eixo possuem aderência igual ou superior a 80% (Gráfico 18). De modo distinto temos apenas a produção e divulgação de material educativo e a sensibilização a comunidade externa a instituição.

Gráfico 18. Aderência por itens do eixo 4 pelo IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O gestor (GA16) conta que houve a capacitação de servidores de sua Unidade em Governança e em Compras Sustentáveis em TI, e a troca de sistemas por programas mais eficientes.

O IFAM investe na formação de servidores, no ano de 2018, foram identificados 112 docentes e 12 técnicos liberados para capacitação (Tabela 3).

Tabela 3. Número de Servidores do IFAM em formação na Pós-graduação *Stricto Sensu*.

Nível de Formação	Docentes	Técnicos Admirativo em Educação
Mestrado	44	9
Doutorado	68	3
Total	**112**	**12**

Fonte: Relatório de Gestão - IFAM, 2018.

A capacitação dos servidores segundo o gestor (GA30) é determinada pela Reitoria. São capacitações de natureza *Lato Sensu*, *Stricto Sensu*, cursos de curta duração, e de atividades como participação em congressos feiras e seminários em nível nacional e internacional. Em 2019, em uma das Unidades do IFAM, os recursos destinados no

orçamento anual para participação em congressos eram da ordem de R$100.00,00 (cem mil reais).

Outro gestor (GA32) cita que o IFAM possui vários convênios para mobilidade de discentes e docentes, em vários países como Espanha, Portugal, Finlândia, Suíça e França, juntamente conveniadas às unidades, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade de Lisboa, Instituto Politécnico do Porto e Instituto Politécnico Bragança, Santiago de Compostela. Segundo o gestor, as parcerias criam "facilidades", abrem as portas para intercâmbio, entre discentes de graduação e docentes, com opção de bolsas. E devido ao contingenciamento do Governo Federal, foi suspenso o investimento de R$240.000,00 para a mobilização no ano de 2019. Cita também sobre um grupo de cinco alunos de Parintins selecionados para as Olimpíadas Internacional de Matemática na Índia, onde uma aluna foi premiada com medalha de bronze, e todos receberam o apoio do IFAM. Cinco alunos do curso de Engenharia do CMC foram para França com recurso da instituição, "o investimento ele é feito para incentivar esses programas".

Esse gestor (GA32) aponta que o IFAM possui parcerias para a capacitação de seus servidores em nível de Mestrado e Doutorado, dentre elas aponta, o Programa de Mestrado Acadêmico em Educação Agrícola – PPGEA em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Mestrado Profissional de Ciências Ambientais – PROFICIAMB em parceria com a UFAM e o Doutorado em Educação em Ciências e Matemática da Rede Amazônica de Educação em Ciências e Matemática em parceria com UEA.

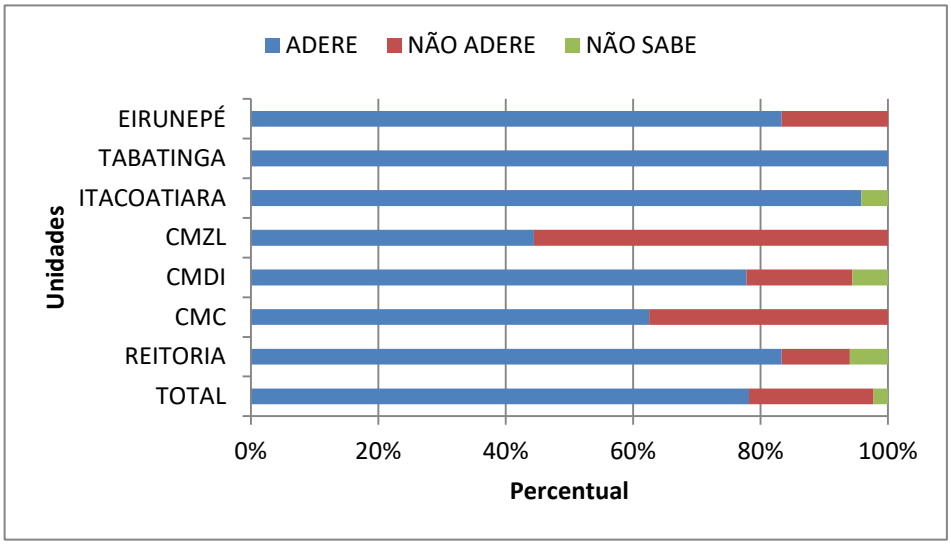
O IFAM também possui três cursos de Mestrado próprios, a saber: 1) Mestrado em Educação Tecnológica – MPET; 2) Mestrado Em Ensino de Física – MPEF; e 3)Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. Em dezembro de 2019 o IFAM teve a aprovação pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES) para o funcionamento do curso de Doutorado Profissional em Ensino Tecnológico.

Ao encontro das ações do IFAM no que tange a sensibilização e capacitação dos servidores, Rosa *et al.* (2019, p. 78) constataram que uma instituição pública federal não revelada, possui ações sistemáticas, no que tange à programas e qualificações profissionais dos servidores. Nesta mesma perspectiva, Monteiro e Camelo (2015) aduzem que no IFRN ocorre investimento em sensibilização e capacitação dos servidores para práticas ambientais sustentáveis.

Assim como no eixo anterior, este segmento também é bem praticado em seis Unidades investigadas, tendo somente o *Campus* CMZL com (56%) da não aderência, fato este que pode estar atrelado a insatisfação dos gestores quanto as ações institucionais

ofertadas. Destaque positivo para as ações promovidas no *Campus* de Tabatinga, onde ocorreu 100% e Itacoatiara com 96% de percepção de aderência ao eixo. No total geral este segmento alcançou algo próximo dos 80% de aderência (Gráfico 19).

Gráfico 19. Aderência ao Eixo 4 – Sensibilização e Capacitação dos Servidores por Unidade do IFAM pesquisada.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Cabe destacar da pesquisa *in loco*, as ações sobre a sensibilização dos discentes e servidores da Unidade Campus Tabatinga que no ano de (2019) na semana do meio ambiente em suas comemorações evidenciou a A3P nas atividades com seus discentes e servidores (Figura 11).

Figura 11. Semana do Meio Ambiente no IFAM *Campus* Tabatinga.

Fonte: Pesquisa *in loco*, elaborado pelo autor, 2019.

Durante a solenidade de abertura as autoridades presentes foram convidadas a realizar a adesão simbólica a A3P juntamente com servidores, discentes e visitantes (Figura 12).

Figura 12. Comemorações a Semana do Meio Ambiente no IFAM *Campus* Tabatinga, Temática A3P.

Fonte: Pesquisa *in loco*, elaborado pelo autor, 2019.

Nesta 9ª semana comemorativa ao meio ambiente e ao 9º aniversário do *Campus*, as atividades foram executadas de forma lúdicas como apresentações musicais, teatros, oficinas, minicursos, palestras, atingindo todos os cursos em todos os níveis (Figura 13). Os servidores tiveram papel muito importante neste trabalho, onde auxiliaram os discentes e se envolveram de tal forma que segundo alguns deles perceberam que esse trabalho deveria se repetir todos os anos. A vantagem da forma lúdica em que os discentes e servidores conheceram a A3P é o envolvimento e percepção para as coisas ambientais, não tão somente as econômicas, mas o tripé da sustentabilidade.

Figura 13. Comemorações da Semana do Meio Ambiente com a Temática A3P no IFAM *Campus* Tabatinga. (oficinas, minicurso, teatro e palestras).

Fonte: Pesquisa *in loco*, elaborado pelo autor, 2019.

O gestor (GA34) aponta que sua Unidade possui horta e em sua concepção ela serve como meio de sensibilização dos discentes e também aos servidores quanto a alimentação saudável e cuidado com o ambiente. Nela são produzidos alface, milho, coentro, cebolinha, mandioca e feijão, onde toda produção é doada aos discentes e servidores.

Outros gestores (GA04 e GA27) citam a horta como grande feito na sua Unidade pois segundo eles "o tempero da merenda é de lá" sobre a produção, e "os restos de comida, temos material orgânico que é utilizado para compostagem, feito pelos alunos [...] inclusive tem até Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) nessa área". Das Unidades pesquisadas constatou-se que Eirunepé, Itacoatiara, Tabatinga e CMZL possuem horta (Figura 14).

Figura 14. Hortas implementadas no IFAM, 1- CEIRU, 2- CITA, 3- CMZL e 4- CTB.

Fonte: Pesquisa *in loco*, elaborado pelo autor, 2019.

Pinheiro *et al.* (2019) aduzem em sua pesquisa que a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), *campus* Belém, também possui horta e mudários. Para esses autores, a implantação de hortas agroecológicas constitui uma importante ferramenta de Educação Ambiental para os discentes. Nela são feitas diversas atividades sobre sistemas de produção de hortaliças sem componentes químicos, utilizando-se para isso, técnicas ambientalmente sustentáveis, tais como a compostagem a partir de restos de vegetação. A presença de viveiros de mudas também foi destacado pelos autores, "onde são desenvolvidas espécies distintas, utilizadas para fins de pesquisa, paisagismo". Segundo Araújo e Nayara (2015) *apud* Pinheiro *et al.* (2019), as hortas "também auxiliam na manutenção da qualidade ambiental da universidade". Outro gestor (GA14) cita que os discentes desenvolvem os projetos de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa de Apoio a Eventos e Capacitação (PAET) "para que eles possam ser capacitados" na área ambiental.

O gestor (GA04) destacou o paisagismo de sua Unidade, "tudo florido ... os alunos estão construindo um orquidário em um Projeto de curso, tem a arborização, tudo feito por nós mesmo". Da pesquisa *in loco* foi observado que as Unidades CMZL, CMDI e Tabatinga possuem área arborizada e paisagismo. As Unidades Itacoatiara e CMC também possuem paisagismo em sua área principal e Eirunepé possui mudário. (Figuras 15 e 16).

Figura 15. Uso de plantas, arborização e paisagismo. 1- CITA; 2- CMZL.

Fonte: Pesquisa *in loco*, elaborado pelo autor, 2019.

Figura 16. Uso de plantas, arborização e paisagismo. 3- CTB; 4- CMC; 5- CEIRU e 6- CMDI.

Fonte: Pesquisa *in loco*, elaborado pelo autor, 2019.

Sobre a sensibilização dos gestores às questões socioambientais o gestor (GA34) explicita que “a gente tem muito apoio, tanto da gestão passada quanto da gestão atual”, expressa. Já outro gestor (GA03) conta que os gestores são bastante empenhados nas questões que são obrigatórias, como aquelas expressas no Decreto N. 5.940 (gestão dos resíduos recicláveis nas fontes geradoras), por exemplo. Infere-se na pesquisa que os gestores do IFAM precisam melhorar sua concepção e práticas de ações inerentes as questões de sustentabilidade e socioambientais, pois só, em sua maioria, só desenvolvem ações obrigatórias por lei. Esta percepção também é semelhante a que conclui Neto *et al.* (2016, p. 1).

Na UFSC, dada a importância da A3P existe uma Comissão Gestora da Agenda Ambiental da Administração Pública - CA3P, que exerce as funções de sensibilizar os gestores sobre a importância da implantação do programa, realiza diagnósticos da instituição, realiza o planejamento das ações, apoia a implantação das ações, e promove o monitoramento destas e de seus resultados (FERNANDES, 2017, p. 55). O exemplo da UFSC pode ser uma

das soluções possíveis para IFAM ao que concerne a sensibilização dos gestores as questões socioambientais.

A sensibilização da comunidade no entorno da instituição, segundo o gestor (GA01), é feita através de projetos de extensão, em um deles os discentes executam a coleta de lixo na beira do rio, "orientando o pessoal a não jogarem lixo no rio". Outro gestor (GA35) cita que "nas nossas Semanas de Meio Ambiente a gente sempre procura envolver a comunidade, os pais, as mulheres de alunos, as plantações de mudas de algumas espécies".

Um exemplo de atividade de extensão desenvolvida pelo IFAM para a sensibilização da comunidade externa, apresentada pelo (GA34) é: "coletamos material no igarapé, pegamos esse material e colocamos em papel de presente e foi distribuído a população, explicando ao presenteado quando abria o presente e percebia que era resíduo, que aquilo se tratava de um trabalho de sensibilização ambiental, que era aquele presente que estamos deixando para as próximas gerações, porque muitos daqueles resíduos demoram seis meses, cinco, dez, vinte anos, mil anos para se decompor na natureza, você joga hoje mas vai ser para seus filhos, netos".

Outro gestor (GA30) lembra que sua Instituição tem mais ações em comunidade mais distantes (Projetos de Extensão na área ambiental, em Boa Vista do Ramos, Autazes, Iranduba, e Itacoatiara) que do seu próprio entorno "é um trabalho que nós temos que começar a desenvolver aqui, trazer essa comunidade do entorno pra dentro pra começar a trabalhar essas questões", com projetos esportivos, de teatro, de leituras na biblioteca, junto as igrejas católicas e evangélicas, associações, expressa. A Unidade por ter um espaço amplo, com rua em meio ao arvoredo, tem dado espaço a comunidade acadêmica e egressos a usar o local na prática esportiva, principalmente caminhada e corrida, bastando fazer um pré-cadastro com RG, CPF e de antecedentes criminais negativo "pois tem problema de assalto, temos que saber quem está aqui dentro" (GA30).

O gestor (GA14) explicitou um fato vivido com a comunidade do entorno de sua Unidade onde a lixeira externa de uso exclusivo do IFAM, se tornou de uso pela local que passou a jogar os resíduos produzidos em suas residências. O pior, segundo ele, é que o descarte é feito de qualquer maneira, acarretando despejo de lixo sobre a calçada, odor desagradável no ambiente, e o espaço totalmente sujo. Segundo ele: "a gente já fez campanha, já alertou, tá lá, proibido jogar lixo, mas de nada adianta, continuam a sujar a frente da Unidade" (Figura 17). O entrevistado afirmou que fará um novo trabalho, "a gente vai sensibilizar de novo esse ano, fazendo um trabalho com a turma de meio ambiente, pintar esse muro diferente, colocar umas placas, tentar colocar uma lixeira daquelas de ferro, pra que

possa colocar aí e que eles possam colocar dentro dessa lixeira" e levantou também a possibilidade de abrir novas lixeiras para dispô-las a comunidade.

Figura 17. Resíduos descartados pela comunidade do entorno nas calçadas do IFAM CMC.

Fonte: Pesquisa *in loco*, 2019.

A divulgação pela gestão de material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente, segundo o gestor (GA14) isso ocorreu somente sobre o dia da água que ainda está no mural no corredor. "Somente em sala de aula e ação de extensão, mas não seria uma ação da administração", expressa (GA03).

Fernandes (2017, p. 103) em pesquisa em IES pública, que assim como o IFAM, pratica a sensibilização da comunidade externa com a execução de projetos de extensão, aduz que "a instituição sempre busca desenvolver projetos de cunho ambiental para atender tanto o ambiente interno da instituição, quanto os projetos de extensão que contemplam as comunidades externas". Com prática similar Arruda e Rodrigues (2018, p. 61) e Pinheiro *et al.* (2019, p. 501) também trazem as ações de extensão como forma de sensibilização das comunidades externa as IES.

4.4.5 Eixo 5 – Licitações Sustentáveis

O Ministério do Meio Ambiente, a partir da implementação da A3P, induz a administração pública a promover a responsabilidade socioambiental nas suas compras, construções, ampliações e reformas. Ele aponta as contratações sustentáveis para a aquisição de produtos, serviços e bens como importantes para a conservação do meio ambiente, mas

também por apresentar uma melhor relação custo/benefício a médio e longo prazos, quando comparadas às que se valem do critério de menor preço.

Segundo o Ministério, as construções devem optar pelo uso de materiais como a madeira, por exemplo, que deve ser certificada; o telhado que não deve ser de amianto por conta dos riscos à saúde e ao meio ambiente; as torneiras com corte automático de vazão; a estrutura predial conciliando baixo custo com um projeto inteligente de uso da luz natural, dos ventos; um bom projeto de arborização que pode significar o descarte dos aparelhos de ar-condicionado em algumas regiões do país.

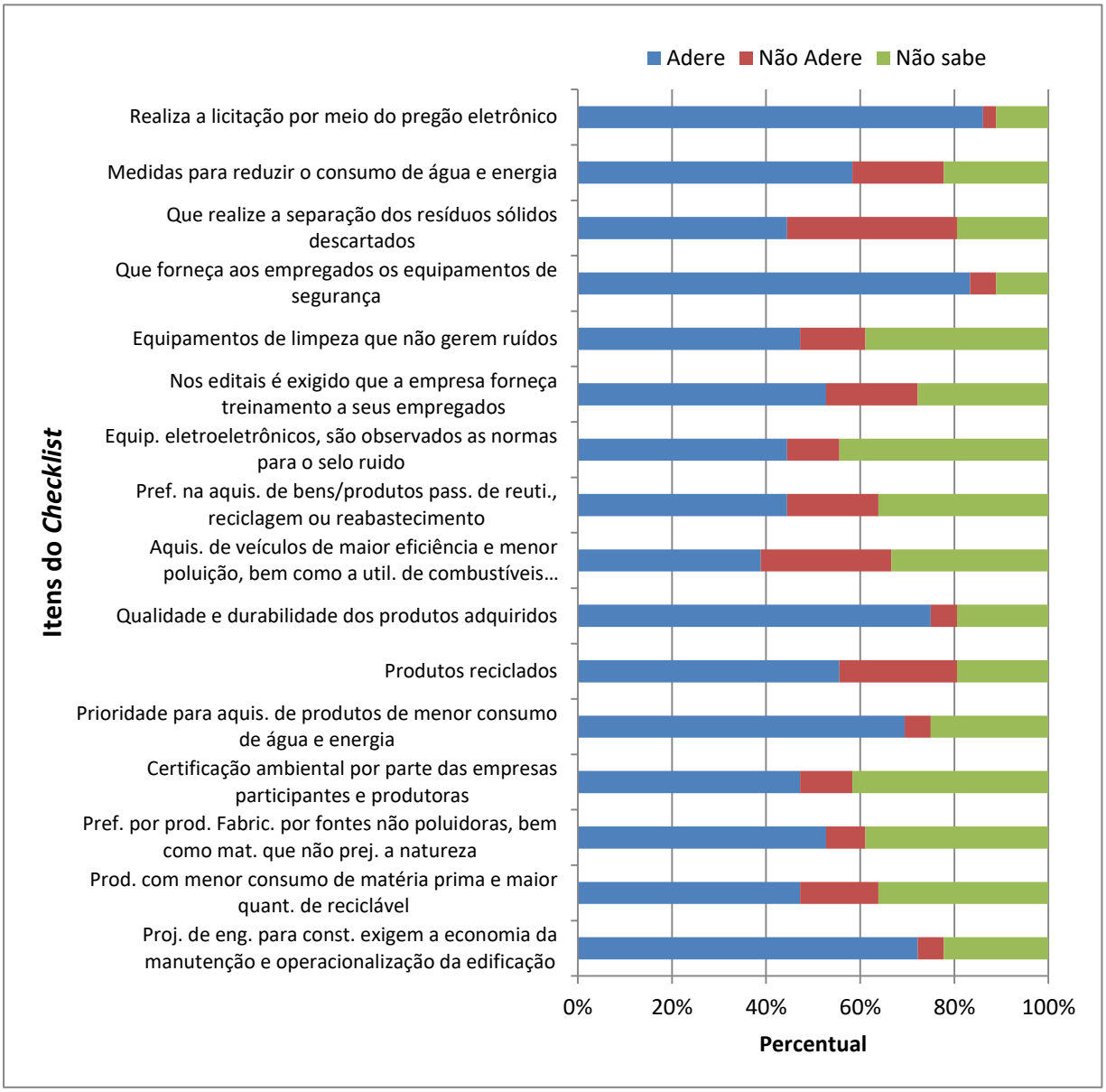
A geração de energia a partir de fontes renováveis e captação da água da chuva para uso nos jardins, lavagem de carros, vasos sanitários e a reutilização da água da pia, do bebedouro e chuveiro também são recomendados (MMA, 2017, ps. 16-17).

O eixo ***Licitações Sustentáveis*** engloba as obras públicas, a aquisição de bens e serviços públicos, unificando e contemplando outros dois eixos apresentados na nova Cartilha da A3P: (i) contratações públicas sustentáveis; e, (ii) construções, reformas e ampliações sustentáveis (MMA, 2017). Para tanto, esta pesquisa averiguou os seguintes itens: **das obras públicas** - 37) Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais; **da aquisição de bens** - 38) É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável; 39) É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza; 40) Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras; 41) É dado prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas, entre outros); 42) O IFAM adquire produtos reciclados; 43) É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos; 44) Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos; 45) Existe preferência para aquisição de bens/produtos passiveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento; 46) Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo de ruído; **dos serviços públicos** – 47) Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados; 48) Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos; 49) Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade; 50) Que realize a separação dos resíduos

sólidos descartados; 51) Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia; e, 52) Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico.

Nas entrevistas os gestores apontam esse eixo com um dos mais negligenciados na Instituição: “esse é o nosso gargalo”, (GA34) expressa um deles sobre as licitações sustentáveis. É também o eixo mais desconhecido no IFAM, uma vez que muitos entrevistados declararam não saber sobre as licitações sustentáveis. Quando da percepção dos participantes da pesquisa, a maioria dos itens averiguados tiveram aderência menor de (60%). Os itens mais bem avaliados foram, a licitação por meio do pregão eletrônico (86%) e o fornecimento de equipamento de segurança aos empregados (83%). O item de menor aderência foi, aquisição de veículos, com maior eficiência e menor poluição (39%) (Gráfico 20).

Gráfico 20. Aderência por itens do Eixo 5 pelo IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

As licitações sustentáveis tem seu amparo legal na Constituição Federal em seu art. 225 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Internacionalmente faz parte das ações do ODS 12 – Assegurar Padrões de Produção e de Consumo Sustentável (ONU, 2015).

O Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017 que altera o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93, trata de critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP.

> "Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto. (Vigência)
> Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame." (NR) (Vigência).
> "Art. 3º Os critérios e as práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão publicados como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial, de acordo com o disposto no inciso IV do caput do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993 ." (NR).
> "Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:
> I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
> (...)
> VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
> VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
> VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento." (NR)
> "Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade." (NR)
> "Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório. (BRASIL, 2017).

Valente (2011, p. 6) aponta como o primeiro marco regulatório com critérios de sustentabilidade ambiental que devem ser adotados pela Administração Pública Federal, a Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010 que: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Nesse contexto, é de suma importância que os projetos de engenharia para construções estejam de acordo com as normas regulamentadoras (NR). O gestor (GA14) diz que os projetos são pensados dessa forma, mas que o grande problema enfrentado na prática é a forma como o governo libera essas verbas: “sempre no menor preço”, ao expressar que para as questões sustentáveis os valores são bem maiores, o que impossibilita está aquisição. Na Cartilha A3P, o MMA alerta: “Cuidado com o “menor preço”, essa condicionante pode representar mais resíduos, mais problemas, mais impactos ambientais. É preciso pensar no hoje e no amanhã, nas pessoas, na sociedade, e não somente na economia financeira” (MMA, 2017, p. 17).

Na aquisição de bens, o gestor (GA31) lembra sobre o relevante papel da Advocacia-Geral da União (AGU), que entre outras competências, nos termos do art. 131 da Constituição,

> "é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo" (AGU, 2019).

No sítio eletrônico da AGU é possível obter o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis[14], elaborado pela Consultoria-Geral da União, por sua Câmara Nacional de Sustentabilidade. O Guia já se encontra em sua 2ª edição (out/2019), e é referência para o aprofundamento teórico de servidores e advogados públicos no tema das licitações sustentáveis, pois, detalha todas as suas especificidades, tornando-se um verdadeiro fundamentador para a prática das licitações pelas instituições públicas (AGU, 2019).

> “existe uma resolução da sustentabilidade ambiental, é o guia de sustentabilidade ambiental, da AGU. E lá, ele lista uma série de bens que tem que ser observada as normas de sustentabilidade, por exemplo, se a gente for comprar papel, aí a gente tem como solicitar aquele papel que ele é reciclado, então cada um tem uma peculiaridade, aí a gente vai lá no guia de sustentabilidade vê o produto e vê o que que ele exige de resolução, por exemplo, quando a gente compra combustível, aí a gente coloca lá a cláusula de sustentabilidade ambiental também no Edital e no Termo de Referência que trata lá das Resoluções que o Posto de Combustível tem que atender, então, mas é diferente de uma empresa que fornece papel, então cada um é diferente, mas todos aqueles bens que tem na Resolução sobre sustentabilidade ambiental a gente segue, amarra no Edital, até porque a gente utiliza todos os modelos da AGU” , expressa o gestor (GA31).

[14] Acesse aqui o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

. Outro gestor (GA03) cita que é uma das exigências constantes no PLS. Porém, um gestor (GA14) outra Unidade diz que o critério avaliativo, da existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras nas licitações, não é observado. Segundo ele “nunca foram feitas”, exprimindo que nunca se exigiu essa certificação

Sobre a prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia, vários gestores (GA35, GA03, GA04 e GA27) citaram a troca de todas as lâmpadas fluorescente por *Led* em suas Unidades (ação já apresentada no Eixo 1, neste trabalho). Outro gestor (GA09) afirma que nos processos licitatórios de novas aquisições de ares-condicionados são adquiridos apenas aparelhos do tipo inverter classe A (Selo Procel). Este gestor explicita que “a engenharia está orientada e está cumprindo as ações da Engenharia Verde, luminosidade, sombreamento pra diminuir o calor interno”. Ele complementa ainda dizendo que esta ação gera um efeito em cadeia, pois, se “a incidência de sol sobre o prédio for menor e aquecer menos eu preciso de menos tempo do ar ligado e economizo mais energia e gasto menos da termoelétrica”. O gestor (GA30) aduz “não é uma questão somente ambiental, é de economicidade”, citando os ares-condicionados inverter (silencioso e econômico) que a Unidade possui.

Os novos prédios da Fase 4 do IFAM já cumprem todas essas determinações, por exemplo, a planta do *Campus* em construção em Eirunepé, possui, pontos de luzes no corredor, com telhas translúcidas e corrente de ar.

Sobre a aquisição de produtos reciclados, o gestor (GA35) entende que sua Unidade adere a este item, pois, já adquiriu resmas de papel A4 reciclado. Outros gestores (GA29, GA31, GA34) também revelaram que já adquiriram papel reciclado, mas houve resistência dos servidores em usá-lo por ser de cor mais escura que o tradicional.

O gestor (GA09) destaca que o único produto reciclado adquirido pela instituição, foram as agendas, feitas com papel reciclado e sem impressão do ano, assim o usuário pode usar a agenda a qualquer tempo. No ensejo foram apresentadas as agendas de papel reciclado do IFAM (Figura 18), e do Instituto Federal de Rondônia (IFRO) também reciclado, e a agenda de material não reciclado do Instituto Federal de Alagoas (IFAL). Ele destacou a dificuldade em adquirir produtos recicláveis devido aos preços serem maior que os outros produtos convencionais, sendo essa uma barreira, uma vez que sempre se opta pela adoção do menor preço nas licitações.

Figura 18. Agenda do IFAM produzida em papel reciclável.

Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

Os gestores (GA05 e GA28) citam que não recebem produtos reciclados, pois "tem que ter a massificação lá de cima para baixo" sugerindo que se entenda a importância da aquisição dos produtos reciclados na hierarquia superior que autoriza as compras e no setor de compras do IFAM que as realiza. Outro gestor (GA30) aponta que "reciclado é mais caro, mas se olhar para o custo/benefício do reciclado, torna-se barato em relação a contribuição proporcionada ao meio ambiente".

Villac *et al.* (2016, p. 381-387) descreve duas experiências bem sucedidas, iniciadas em 2005, quando estava a frente da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do Município de São Paulo. O primeiro caso destacado foi a utilização de folhas de expediente administrativo recicladas, que inicialmente como em toda mudança, há reações diversas de descrédito e críticas, envolvendo os argumentos da inviabilidade técnica até o custo da aquisição. Neste caso ocorreu a compra de papel reciclado "A4" com especificações técnicas através de Ata de Registro de Preço (Ata de RP), onde o custo da resma do reciclado passou a ser o de menor preço que o de papel sulfite. Tal constatação revelou economia já a curto, médio e longo prazos, que com o aumento da demanda por parte do Município houve ganho na economia de escala (Tabela 4). Segundo a autora, "incontestável ganho em todos os sentidos, ecológicos, financeiros, sociais..." (Ibidem).

Tabela 4. Meios de aquisição de Papel Reciclado na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do Município de São Paulo no período de 2006 a 2011.

ANOS	CUSTOS	MEIO DE AQUISIÇÃO
2006	RS8,00	Ata RP
2008	RS8,99	
2009	RS7,90	

2010	RS7,70	
2011	RS7,98	Ata RP

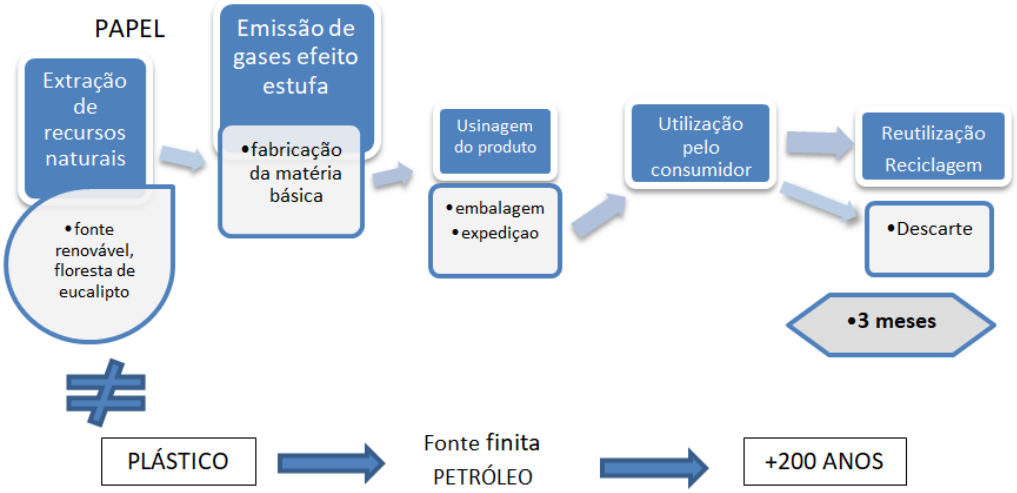
Fonte: Villac *et al.* (2016, p. 384)

O segundo caso apresentado por Villac *et al.* (2016, p. 384-387) foi o de adoção de copos de papel sem a utilização de parafina para uso dos visitantes na SVMA, na qual se constatou ser mais econômico que o uso xícaras de louça para café, copos plásticos descartáveis para água e café para este público. Como medida complementar ocorreu a proibição de novas aquisições de copos plásticos descartáveis, e a inserção da cultura do copo/caneca próprio para o uso diário dos servidores.

Após uma vasta argumentação sobre a questão econômica onde o contra-argumento foi que aquilo "que se reveste de uma *verdade incontestável* é apenas uma visão oblíqua, parcial e equivocada, senão, só podemos afirmar que algo é mais caro ou mais barato se analisarmos integralmente o Ciclo de Vida do Produto, sem isso a apuração de custo está equivocada." (Idem, p. 385). Sob a égide da lei, Villac *et al.* (2016, p. 385) legitimam a compra de produtos mais caros levando em conta seu custo-benefício ser superior aos proposto pelos produtos adquiridos por menor preço.

A Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações Pública é taxativa em seu art. 3º: "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, [...]". A argumentação pelos autores é de que a lei fala em proposta mais vantajosa e não de menor preço. Esclarecem ainda que o menor preço pode aliar-se com o efeito de mais vantajosa de forma a atender todos os requisitos legais. Eles explicitam em sua defesa que as especificações sejam de fato as mais vantajosas para Administração. Neste aspecto ao analisar o ciclo de vida do produto não é difícil constatar aquele mais vantajoso pra Administração (Figura. 19).

Figura 19. Avaliação comparativa do Ciclo de Vida (ACV) dos copos descartáveis de papel e de plástico.



Fonte: Villac *et al.* (2016, p. 386), adaptado pelo autor, 2020.

Desta maneira, Villac *et al.* (2016) conseguem de forma exímia demonstrar a melhor ou mais vantajosa opção na compra de copos descartáveis de papel. Em suma, os autores esclarecem "que no momento do Pregão o cento do copo plástico pode ser 30% a 40% mais barato", no entanto ao se encerrar o ciclo de vida do produto verificar-se-á que seu preço é 3.000 vezes mais caro.

As compras sustentáveis consistem em atitudes e mudanças para que o uso dos recursos materiais seja o mais eficiente possível. Integra aspectos ambientais em todos os estágios do processo de compra, evitando compras desnecessárias e identifica produtos mais sustentáveis que cumpram as especificações de uso solicitadas. Destarte, não prioriza apenas produtos com aspecto ambiental, mas considera seriamente tal aspecto juntamente com os tradicionais critérios de especificações técnicas e preço (MMA, 2009, p. 48 *apud* VALENTE, 2011, p. 6).

Durante este estudo no IFAM foi levantado a adoção do mecanismo de compras compartilhadas entre os *Campi*, mas não é executada junto a outros órgãos da administração pública. As compras compartilhadas geram economicidade dos custos do processo de aquisição e do produto em si. Sobre as compras compartilhadas o gestor (GA31) lembrou que antes da licitação abre-se a Intenção de Registro de Preço (IRP), onde todos as Unidades recebem um aviso sobre a intenção do solicitante, e se estiver precisando daquele objeto pode pedir em conjunto, mas o problema desse modelo de compra é o gerenciamento da licitação "no papel é muito bonito, mas muitas vezes você fica com uma licitação muito grande, o

órgão gerenciador tem que ter pessoal pra isso, pra gerenciar". O gestor contou ainda que por não ter quantitativo de pessoal o suficiente para gerenciar, procedeu a abertura de licitação junto ao Sistema de Registro de Preço (SRP) para aquisição de combustível, para justificar a não abertura de uma (IRP).

A preocupação dos gestores também alcança suas frotas de veículos. Segundo os gestores (GA31 e GA29) sua Unidade possui um micro-ônibus, uma L200 Triton e um ônibus grande, movidos tanto por diesel quanto biodiesel. Esses veículos sofreram modificação, e um dos gestores conta: "foi pra manutenção pra fazer toda aquela retirada do diesel, troca de filtro, e agora a gente só utiliza biodiesel que é o de menor poluição" no entanto, a Unidade ainda possui dois veículos pequenos que utilizam gasolina. Outro gestor (GA03) aduz que esta é uma preocupação da gestão, e que adquiriu um ônibus com o preceito da economia e benefício ao meio ambiente.

No Instituto Federal Catarinense Luiz *et al.* (2013) identificaram que todos os veículos usados para a serviço da Instituição são do tipo flex. A *Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education* - Aashe (2017, p. 43) aponta que as instituições podem e devem modelar sistemas de transporte sustentáveis como ação positiva ligada a saúde humana e ecológica e que estimula as economias locais. Segundo a Associação o transporte é uma das maiores fontes de emissão de gases de efeito estufa entre outros poluentes que prejudicam a saúde, que causam doenças cardíacas, respiratórias e câncer.

No IFAM, os gestores (GA29 e GA31) no momento em que tomaram conhecimento sobre a coleta seletiva solidária e sobre a existência da Comissão, que até então desconheciam, tiveram a ideia de colocar uma cláusula no Plano de Trabalho da próxima contratação da empresa terceirizada de limpeza e manutenção, para que a mesma faça a coleta do resíduo e dê a destinação correta ou faça a reciclagem.

Segundo Malheiros, *et al.* (2019, p. 42) na UFOP não há orientações para que as licitações e pregões para compras de materiais e equipamentos sejam feitas impondo aos fornecedores exigências ambientais como, por exemplo, o recolhimento após uso de tais produtos, como lâmpadas, pneus, lubrificantes, produtos químicos usados e vencidos e outros. No diagnóstico socioambiental realizado no IFTM – Campus Uberaba, Mendonça (2015, p. 45) identificou as práticas voluntárias de gestão ambiental e em seus resultados aponta, a partir da análise dos editais licitatórios praticados no *campus*, que estes não contemplam critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e serviços e, no que se refere às obras, apenas são mencionadas a Resolução CONAMA nº 307/2002 e, desde o ano de 2015, a IN MPOG 01/2010.

Quanto a oferta de treinamento aos empregados terceirizados, na percepção do gestor (GA01) não acontece, pois o líder do grupo de terceirizados é responsável pelo repasse das informações de como proceder nas atividades. Outro gestores (GA29 e GA31) citam que para a empresa de vigilância é exigido a formação do profissional com curso de capacitação específico de vigilante que vale por dois anos, e a comprovação documental é no ato do contrato e a cada dois anos uma nova comprovação. Segundo um deles, "o fiscal tem a obrigação de verificar se eles estão em dia, inclusive no transcorrer do contrato, porque vale por dois anos, então normalmente a gente prorroga nossos contratos até cinco anos, a não ser que tenha ocorrido algum problema grave com a empresa", referindo-se que o vigilante com curso vencido não pode atuar e não pode portar armas. Eles contaram ainda que a empresa de apoio administrativo pede ao contratado o curso de atendimento ao cliente, e aos motoristas a legislação pede curso de formação de transporte de pessoas.

Já o gestor (GA03) aduz não saber da obrigação de capacitação "acho que é na marra", exprime ele sobre a forma com que os novos servidores desenvolvem suas atividades. Ele complementa ainda que, "mas tem toda uma obrigação trabalhista". Narrou ainda que foi constatado em pesquisa de extensão com os terceirizados sobre a coleta dos resíduos (citado no item sobre coleta seletiva), que o socioeconômico deste grupo é de "baixo grau de instrução, ensino fundamental, e alguns nem tinham", e isso influenciou na aplicação do questionário da pesquisa que teve que ser executada presencialmente com cada um dos empregados com um entrevistador (discente), pois alguns não sabiam ler.

A Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências. O Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

Segundo os gestores (GA29 e GA31) em suas Unidades a regra geral é fazer licitação por meio do Pregão Eletrônico, e que para se fazer um Pregão Presencial é preciso uma justificativa muito plausível.

A Advocacia Geral da União (AGU) disponibiliza em seu *site* o guia prático para os órgãos públicos fazerem de forma adequada suas compras e licitações sustentáveis. Neste segmento, no "IFRO, a cada certame a área de compras e licitações, ao elaborar os documentos, consulta como referência o Guia Prático de Licitações Sustentáveis da

Consultoria Jurídica da União no Estado SP – AGU e outros documentos pertinentes". Desta maneira em seu relatório o IFRO (2017, p. 229) relata em detalhes:

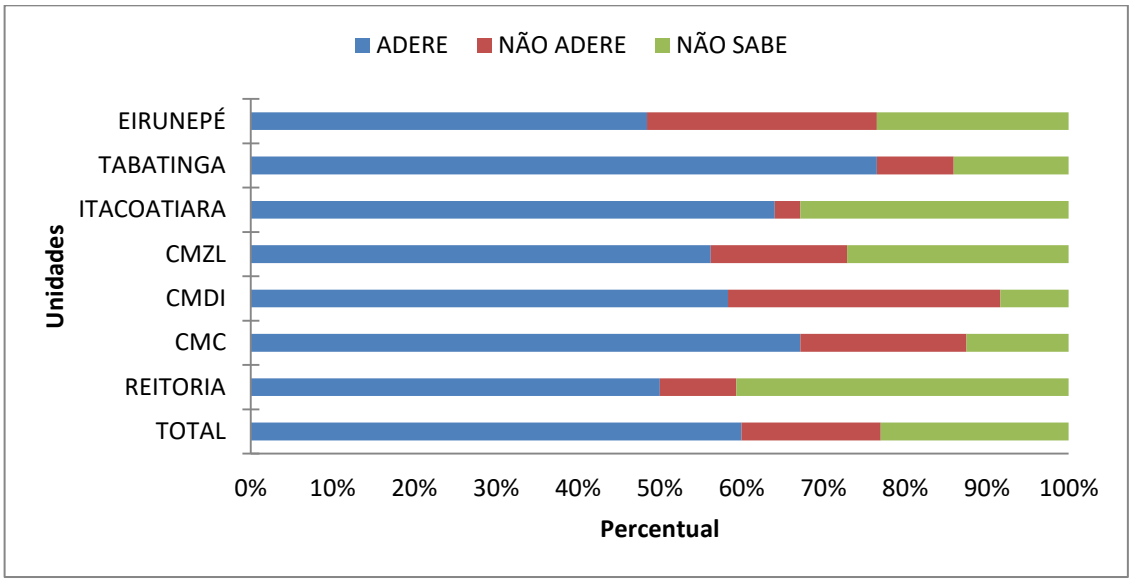
> a) no Pregão nº 04 de 2017 (Contratação de Serviço de Lavanderia) exigiu-se declaração de que o licitante vencedor observava a Resolução do Conama nº 359, de 29/04/2005, que dispõe sobre o teor de fósforo em detergente em pó para uso em todo território nacional;
> b) no Pregão nº 06 de 2007 (Aquisição de Material Esportivo) a lista padrão de itens foi revisada pela área de compras e licitações para incluir aspectos sustentáveis. Itens como pilhas e baterias passaram a exigir comprovação de quantidade de cádmio e mercúrio; itens feitos a partir de madeira passaram a exigir certificação da origem da madeira; itens eletrônicos passaram a requerer certificação de eficiência energética; nos itens feitos de aço foi requerido certificação do cadastro ambiental do IBAMA; item de pena animal foi substituído por pena sintética;
> c) no Pregão nº 07 de 2017 (Aquisição de Material de Acondicionamento e Embalagem) plásticos e papéis/papelões exigiram certificação de procedência e para os itens de isopor facultou-se que os licitantes vencedores recolhem o mesmo após o uso para fins de reciclagem e/ou reaproveitamento. (Ibidem).

A exemplo de licitações sustentáveis, a UFRA em seu relatório de Gestão (2018, p 118-135) destaca que em 124 dos 141 Pregões executados adotou os critérios de sustentabilidade ambiental em conformidade com Guia Nacional de Contratações da AGU. Dos 141 pregões, vale destacar as seguintes ocorrências: 3 foram suspensos; 1 fracassado; 2 revogados; e 1 anulado.

O MMA aponta que o pregão eletrônico "apresenta vários benefícios, como a redução no tempo administrativo e nas despesas, com procedimentos mais simplificados e eficientes, além da maior transparência, pois é realizado via web" (MMA, 2009, p. 48).

A partir da coleta de dados, este Eixo **Licitações Sustentáveis** se mostrou o segundo mais retraído (Gráfico 21). Contudo, verifica-se que a maioria dos respondentes disseram aderir as licitações sustentáveis, no total geral foram 60% que aderiram enquanto 17% não aderiram. Em quase todos os *Campi* foi realizado esta indicação. A discrepância maior foi do *Campus* Eirunepé, com apenas 48% de aderência, seguido da Unidade da Reitoria com 50% de adesão. Diferente do esperado, o maior percentual (41%) dos que não souberam responder acerca das licitações sustentáveis estavam na Reitoria. Isso vai na contramão do senso comum, onde se espera que a administração superior seria a Unidade onde a equipe técnica teria maior conhecimento acerca da administração pública. Mas também leva-se em consideração que o alto índice de não saber responder, pode estar atrelado ao fato do gestor não querer negativar a instituição.

Gráfico 21. Frequência de aderência ao Eixo Licitações Sustentáveis nas Unidades do IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

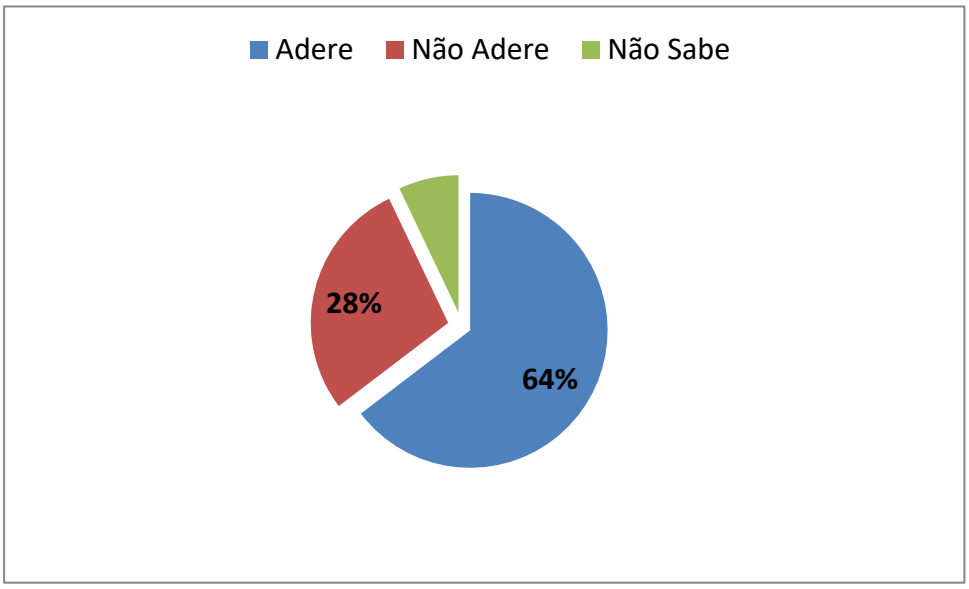
No IFAM, apesar de ser demonstrado em seus Relatórios de Gestão que é aplicado os itens de sustentabilidade nas suas licitações, descrevendo em súmula inicial dos certames as leis designadas como de *práxis*, na realidade ao analisar mais profundamente os dados levantados na pesquisa e os relatórios, estes não especificam quais foram os editais, nem tão pouco os itens de forma específica, como por exemplo, critérios avaliativos, descritivos, de desempate ou outros associados as questões socioambientais citados neste trabalho.

4.4.6 Aderência a A3P pelo IFAM na percepção dos gestores sistêmicos das Unidades pesquisadas

A média da média percentual dos cinco Eixos da A3P analisados neste estudo[15] apresenta-nos que no IFAM há aderência de 64% (seguindo o rol dos itens avaliados) a Agenda Ambiental Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (Gráfico 22).

[15] (1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (2) Gestão adequada dos resíduos gerados; (3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; (4) Sensibilização e capacitação dos servidores; (5) Licitações Sustentáveis.

Gráfico 22. Frequência de Aderência aos Eixos da Agenda Ambiental Publica (A3P) pelo IFAM.



Fonte: Dados da pesquisa, 2019.

O gestor (GA10) explicita que todos os itens da Agenda A3P não são melhores trabalhados por falta de investimentos, e que na atual conjuntura devido os cortes orçamentários do Governo Federal, novos projetos não poderão ser criados e os que já existem correm risco de não continuarem.

Neste sentido, Neto *et al.* (2016) já apontavam que a falta de recursos financeiros como um dos principais desafios da implementação da A3P. Malheiros et al (2019) também aponta questões relacionadas a investimentos como uma das dificuldades:

> "Cabe salientar, porém, no caso das instituições federais de ensino (IFES), devido à recente política do Ministério da Educação (adotada no primeiro semestre de 2019) de impor cortes substantivos de 30% no orçamento sobre gastos não obrigatórios das universidades e institutos federais tecnológicos (referentes a obras, pagamentos de luz, água, terceirizados, aquisição de equipamentos, etc.) trará significativos atrasos na apresentação e execução de projetos e ações que vinham sendo estudados, preparados e executados visando implantar, monitorar e atender as medidas de sustentabilidade ambiental" (MALHEIROS, *et al*. 2019, p. 47).

O gestor (GA09) alerta que o IFAM tem muitas ações socioambientais, mas de nada adianta se não for trabalhado a "conscientização" inicial, "se eu não te conscientizar eu posso te dar o que for da estrutura que for, você não vai apagar a luz, não vai desligar o ar-condicionado, você vai embora e seu computador vai ficar ligado" alertando sobre as resistências de servidores na instituição. Destaca também um dos nossos deveres que é cuidar do bem público como valorização daquilo que é nosso, e por Lei nº 8.112/1990 que diz como obrigação do servidor público, zelar pelo patrimônio e bem público "deveria ser o maior

incentivo pra nos tornarmos pessoas sensíveis a fazer esses trabalhos que é cuidar, isso é público, não é meu". Outro gestor (GA33) aponta que: "eu vejo que todo processo onde há necessidade de transformação de postura e de mentalidade (...) ela tem que partir de um processo de sensibilização e conscientização, não adianta as coisas virem de cima para baixo sem fazer com que o agente que vai, vamos dizer assim o chão de fábrica vai carregar o processo ele não tenha uma participação efetiva na discussão".

A aderência à A3P pelo IFAM é expressiva, no entanto em visita *in loco* verifica-se que é parcial pois verificou-se uma variação entre as Unidades na sua efetividade. Esse quadro assemelha-se ao de outras instituições instaladas em diversas regiões no Brasil (LUIZ *et al.*; SANTOS, 2013; ARAÚJO *et al.*; MONTEIRO e CAMELO; VIEGAS *et al.*; NASCIMENTO *et al.* 2015; NETO *et al.* 2016; SANTOS *et al.* 2017; ARRUDA e RODRIGUES, 2018; ROSA *et al.*; FIGUEIREDO *et al.* 2019).

4.4.7 A Ambientalização do IFAM

O estudo no Instituto Federal do Amazonas – IFAM, nas Unidades pesquisadas, revelou a adoção de adaptações contínuas de seu processo de construção e inclusão da temática ambiental no ensino, pesquisa e, principalmente nos projetos de extensão.

O currículo, a pesquisa e a extensão apensar de não terem sidos objetos direto desta pesquisa, como envergadura, constatou-se na pesquisa *in loco* que os gestores, na grande maioria, também são docentes e são sensíveis a causa ambiental. Eles aduzem mesmo que discretamente, abordá-la nos corredores, nos eventos, nas visitas técnicas, em sala de aula, nos projetos de pesquisa e extensão e nas atividades administrativas.

Como verificados nos resultados apresentados anteriormente, foram narrados alguns dos exemplos de projetos de extensão executados pelo IFAM, principalmente relacionados a Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho e a Sensibilização e Capacitação dos Servidores que também, envolveram falas sobre os discentes.

Em consonância com o Relatório de Gestão do IFAM (2018), ofertou-se 57 cursos de extensão, envolvendo 156 docentes, 471 alunos, 74 Técnicos Administrativos, atendendo a comunidade interna e externa com um total de 1.593 pessoas capacitadas em 12 *Campi*, por meio do Projeto de Extensão denominado Fluxo Contínuo de Cursos - FIC.

Entre outros, 127 projetos de extensão (80 projetos - 160 bolsas de estudos) do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX), 88 projetos (45 projetos – R$

160.000,00) para Mostras de Extensão e Eventos Culturais e do Empreendedorismo dos *Campi* – PROEX, e a Incubadora de Empresas do IFAM, AYTY (IFAM, 2018).

Estes movimentos alinhados as ações administrativas levantadas nesta pesquisa no âmbito dos Eixos Temáticos da A3P, revelam ações apontadas como ambientalização de universidade que no dizer de Guerra *et al.* (2015, p. 116-117) é um processo contínuo e dinâmico porém, limiante a um processo difuso uma vez que no IFAM sua aplicação não é sistêmica, mas aponta uma oportunidade de melhoria contínua, considerando toda uma estruturação promissora, e a existência de SGA, PDI, Política Socioambiental, PLS, entre outros.

A A3P é ferramenta essencial de gestão ambiental para as instituições públicas, e no caso aqui estudado, pôde-se averiguar ser essência para uma autêntica ambientalização das universidades, pois, uma vez inserida e consolidada a partir das ações já praticadas, muda as atitudes de seus protagonistas. Neste sentido, nos apoiamos em Kitzmann e Asmus (2012) pois, segundo esses autores, a ambientalização curricular é "um processo de inovação por meio de intervenções que visam integrar temas socioambientais aos conteúdos e às práticas das instituições de ensino. Trajber e Sato (2010, p. 71) também aduzem a razão da ambientalização, "[...] a intencionalidade pedagógica de se constituir referências concretas de sustentabilidade socioambiental".

Neste sentido, uma vez que a A3P esteja parcialmente instituída, infere-se que assim também estar o processo de Ambientalização no Instituto Federal do Amazonas - IFAM.

5. CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa de gestão ambiental do MMA, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), mostra-se como uma ferramenta de Sistema de Gestão Ambiental - SGA mais apropriado para as Instituições Públicas de Ensino Superior (IFES) no Brasil, pois é totalmente adaptada para esta finalidade. Com este olhar compreende-se que no IFAM a Agenda é ferramenta essencial e basilar de gestão ambiental naquele estabelecimento de ensino, destarte, o objetivo maior deste trabalho foi alcançado.

Contudo, vale ressaltar que sua efetividade se mostrou diversificada e insuficiente em muitos casos, constatação embasada na identificação de falta de projetos, falta de comunicação e principalmente, a falta de uma gestão sistêmica sensível e empenhada a causa socioambiental, que seja eficaz na coordenação da política interna e se colocar a frente de suas ações no tripé da sustentabilidade – social, econômico e ambiental.

Os objetivos específicos basicamente foram essenciais para que minuciosamente pontos importantes fossem levantados, assim, considerando a percepção dos entrevistados foi possível destacar ações socioambientais e de sustentabilidade ali praticadas e idealizadas para implementação futura.

Apesar dos números apontarem uma porcentagem acima de 60% de Aderência a A3P pelo IFAM, a prática de gestão ambiental do Instituto não é congruente ao Programa pelos seguintes fatores: (1) não foram completados os passos para a Adesão efetiva à Agenda A3P, pois só foi concluído apenas o Passo 1 – assinatura do Termo de Adesão e entrega do Plano de Trabalho; (2) não executou projetos alinhados aos Eixos Temáticos do Programa; (3) Nunca ocorreu a alimentação do Sistema Ressoa do MMA, logo o IFAM não possui selos certificadores diferentes do inicial; e, (4) o Instituto nunca inscreveu projetos nas edições do Prêmio Bienal da A3P, desta maneira não conseguiu destaque em suas boas ações, nem tão pouco divulgou suas ações alinhadas à Agenda nos sítios do MMA.

Dentre os avanços na gestão ambiental no IFAM identificamos além da Adesão a A3P, a construção da sua Política Socioambiental, do seu Plano de Logística Sustentável, a criação da Coordenadoria de Gestão Ambiental e da Comissão de Energias Renováveis. Isso demonstra que a Instituição possui a preocupação com questão socioambiental, mas na *práxis*, mesmo passados quatro anos da adesão à Agenda, as ações do Instituto são limitadas e em grau de efetivação distinto entre os *Campus* estudados.

A Coordenação de Gestão Ambiental a época da entrevista, externou interesse de renovação da Adesão a A3P. Porém, verificamos que no fim do ano de 2019, a Coordenadoria de Gestão Ambiental estava sofrendo transição considerando que o antigo coordenador ocupou outra função na instituição. Sem Coordenação, a execução das ações vinculadas aos diferentes Eixos da A3P podem sofrer descontinuidade.

Neste aspecto sugere-se a gestão superior, a atenção a este aspecto que é eticamente importante para a atuação em sociedade e tem sido muito frequente entre os indicadores de importantes rankings universitários. Ainda neste sentido, considerando outras experiencias identificadas em outros estudos aqui analisados, a constituição de equipe multidisciplinar voltada para o desenvolvimento desta pasta potencializaria a gestão ambiental e as ações de sustentabilidade em suas Unidades.

A falta de comunicação e continuidade nos projetos e ações implementadas também foram fatores observados. A falta de integração entre Reitoria e os *Campi* merece relevância uma vez que todo o processo passa por etapas e a participação de todos de forma sistêmica e sinérgica é imprescindível. A este aspecto também aliado a gestão participativa para a

construção de projetos que atenda não somente a instituição, mas as pessoas transeuntes, integrando toda a comunidade acadêmica e comunidade externa.

Em vários momentos os gestores apontaram a falta de investimentos e os cortes no orçamento realizados pelo Governo Federal como ações que inviabilizaram, e ainda continuam inviabilizando, a manutenção e criação de novos projetos. Destarte, não olvidando que iniciativas positivas na máquina pública sempre foram dependentes de verbas, portanto seu congelamento ou redução tem implicações em efeitos do tipo externalidades negativas. Por outro lado a união de entes, entre órgãos públicos e empresas privadas podem dar origem a uma nova forma de sobressair a esta crise temporal.

Os eixos temáticos da Agenda A3P formam um conjunto grandioso que atende a qualquer demanda das instituições, mas o que percebeu-se na pesquisa no IFAM é que o Programa do MMA não foi assumido, sua assumpção não é conhecida por todos. Parte-se deste contexto, que sua aplicabilidade parcial e pontual de forma indireta.

A partir do diagnóstico realizado, conclui-se que o IFAM em suas Unidades, precisa adotar correções e adaptações importantes nas ações voltadas aos Eixos da Agenda. Destacamos o destino apropriado dos resíduos sólidos gerados, o uso de recursos naturais (mais especificamente sobre o uso da água e geração de energias sustentáveis), e as licitações, que poderiam ser sustentáveis.

Como ponto positivo percebeu-se entre os servidores o compromisso com o serviço público (eficácia), o empenho em suas funções e a preocupação com o bem-estar de todos. Deste modo, a qualidade de vida no ambiente de trabalho e a capacitação dos servidores é, ainda que aplicado de modo indireto a Agenda, uma das ações mais efetivas.

O IFAM desenvolve muitos projetos de pesquisas e extensão na maioria de suas Unidades (*Campi),* possui boa infraestrutura, com docentes e servidores administrativos qualificados e comprometidos com educação de qualidade e uma gestão bastante empenhada administrativamente.

Identificamos nos *Campi* diferentes edificações e instalações que potencializam as ações ambientais, dentre elas: áreas de lazer utilizadas pelos discentes e servidores, área verde, horta, mudários, projetos de sensibilização com a comunidade externa, e comemorações as datas festivas promulgadas por lei, acordos mundial, nacional e regional, de aspectos ligados a cultura, o direito, ao lazer, ensino, meio ambiente, econômico, e social.

Pelo exposto considera-se que o Instituto Federal do Amazonas contribui parcialmente para sua Ambientalização. Assim, a partir de um olhar mais administrativo e considerando

suas externalidade positivas, apresenta-se algumas sugestões ao Ministério do Meio Ambiente (A3P) e ao Ministério da Economia, a saber:

1º Obrigatoriedade da adoção da A3P – a obrigatoriedade se tornaria ponto positivo, pois sua adoção deixaria de depender da boa vontade do Administrador Público e o impacto que as compras governamentais tem no Produto Interno Bruto que contribuiria positivamente para que o investidores na produção de bens e serviços ambientalmente sustentáveis se interessassem pelo mercado brasileiro.

A obrigatoriedade descrita neste trabalho não está atrelada a ideia de imposição do que fazer, e sim que a instituição deve aderir, e fazer, de sua maneira, conforme sua necessidade e possibilidades orçamentárias a adoção de boas práticas ambientais. Acredita-se que a virtude descrita pelo MMA em dar liberdade ao órgão em aderir ou não, tem feito com que muitas instituições protelem suas atitudes benéficas ao meio ambiente e consequentemente a sociedade e ao mundo, gerando principalmente a oneração pública e consequentemente o sucessivo desrespeito ao cidadão brasileiro que mantém a máquina pública.

O ordem mandatária da A3P poderia além de sanar problemas socioambientais nas Instituições, como prover o principio da economicidade e eficácia na máquina pública. E, muito mais, a A3P pode acelerar e contribuir para que o Brasil cumpra suas metas acordadas na agenda 2030 – os ODS.

2º A Atualização anual da Cartilha A3P editada pelo MMA – É possível averiguar que a primeira cartilha da A3P (2009) é um documento completo pois mostra histórico, leis, normativas, o passo a passo de implementação da Agenda, entre outros. Ela é muito completa e seria útil para todos aqueles que pela primeira vez tivessem contato com o tema. Porém seu conteúdo, leis, normatizações, acórdãos, entre outros, estão desatualizados. Não olvidando que já existem outras cartilhas nas diretivas como as das Universidades e das Escolas, ainda assim, a Cartilha A3P do MMA merece atualização anual por ser norteadora desta Política Pública.

3º A Atualização frequente do *site* do MMA – ao longo do ano corrente são publicados relatórios, ofertadas palestras, cursos, adesões a Agenda e a Rede. Durante a pesquisa, nas consultas frequentes ao *site* foram identificados links com erro, não dando acesso à informação desejada.

4º Realização de Pesquisa Anual junto a órgãos e servidores públicos – Pelo menos uma vez ao ano seria interessante lançar uma pesquisa *on-line* (survey) para cada órgão a todos os servidores, terceirizados, estagiários, (discentes no caso de IE ou IES) e outros participantes, sobre a percepção quanto a adoção de medidas de gestão ambiental que

sua instituição está desenvolvendo. Este item irá ajudar o MMA identificar boas práticas e oportunidades de melhorias.

5º Implementação de Cartilha de orientação para gestão ambiental na Amazônia – A Amazônia possui características peculiares e sofre com algumas dificuldades regionais e locais, a exemplo, da logística dos modais de transporte, o clima, entre outros. Neste sentido, há a necessidade de implementar a Agenda com a elaboração de uma Cartilha com a "cara" da Região Norte. São orientações que poderiam auxiliar e dar amparo legal para atividades e ações das instituições. E nas orientações as Universidades e Institutos Federais (IES) a inclusão do termo Ambientalização, alocada nos segmentos dos Eixos Temáticos, como forma de ampliar o escopo da gestão ambiental.

Algumas sugestões ao IFAM também foram consideradas, a partir do espirito de contribuição para adoção de oportunidades de melhoria e sua ambientalização, a saber:

1º Criação da Coordenação de Ambientalização do IFAM – com o objetivo de aprimoramento das questões socioambientais através da ação sistêmica e sinérgica da gestão ambiental, currículo, pesquisa e extensão, aplicadas na Instituição e voltadas também para a comunidade do entorno. Trazer a inovação e a mudança no olhar de suas ações e assim, a partir da institucionalização de sub-coordenações de ambientalização nas Unidades, ser capaz de:

I) Fomentar, estimular, proporcionar, atualizar, criar, estruturar, mobilizar, junto a comunidade acadêmica e comunidade externa, ações socioambientais e educacionais que envolvam o bem-estar, a qualidade de vida, redução do consumo, uso responsável dos recursos naturais, e execução mais efetiva de sua Política Socioambiental e do Programa A3P;

II) Fazer o acompanhamento diário/mensal dos gastos com energia, podendo assim adequar o contrato com a distribuidora, evitando multa e otimizando o uso dos recursos do orçamento;

III) Instalação de torneiras automáticas em todas as unidades, onde o investimento inicial se reverteria em otimização do uso dos recursos do orçamento, em médio e longo prazos;

IV) Envio dos materiais ociosos, inservíveis e que não encontre solução de descarte correto para uma Unidade Central em Manaus, considerando as condições dos municípios do Amazonas que não dispõem de empresas de reciclagem e descarte correto de materiais perigosos. Ainda, a separação dos resíduos nas Unidades como preceitua a Lei nº 5.540 com a instalação de: 1) uma coletora

de resíduos eletrônicos em todas as unidades, tendo como exemplo e receptora da unidade reitoria (os resíduos juntados devem ser mandados por balsa ou outro modal; deve-se tentar o apoio financeiro com as prefeituras ou outros órgãos para o custeio do transporte; a unidade receptora de todo o material deve ser decidido pelo conselho de gestores); 2) sensores luminosos em banheiros e outros locais onde possa ocorrer a frequência de desligamento;

V) Na Unidade do CMC seja feito um projeto de cooperação entre IFAM e Prefeitura através da Administração ou através de projeto de extensão para a instalação de grandes lixeiras no muro da instituição para o uso próprio e pela comunidade do entorno, criando uma rotina de descarte correto e com horário, para o não acúmulo;

VI) Criação de uma disciplina com vista a Ambientalização implementada em todos os cursos e em todas as modalidades de ensino, podendo envolver a pesquisa e à extensão.

VII) Para a questão da comunicação entre as Unidades através dos gestores e servidores seria de extrema importância no ato da contratação de novos servidores e na formação continuada, anualmente, minicursos sobre ações Socioambientais no IFAM apresentando a A3P e estimulando sua aplicabilidade na Instituição.

Cabe ressaltar duas limitações principais deste estudo: (a) a falta de um levantamento com a mensuração do aspecto econômico na aplicabilidade dos Eixos da A3P pelo IFAM; (b) levantamento dos aspectos curriculares, pesquisa e extensão para assim então formar um panorama completo da Ambientalização do Instituto. Como agenda de pesquisa futura, indica-se explorar essas lacunas.

6. REFERÊNCIAS

AASHE - The Association for the Avancement of Sustainability in Higher Education. **Sustainable *Campus* Index 2017**. Disponível em: https://www.aashe.org/sustainable-campus-index/. Acesso em: fev. 2020.

ALMEIDA, Josimar Ribeiro de (0rg.). **Gestão Ambiental dos Recursos Naturais**. In:_____ Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2009.

ANTONIASSI, Beatriz; SILVA, Mariana Cristina Kempa da. A importância do gerenciamento de resíduos perigosos em uma Universidade: estudo de caso dos laboratórios de ensino e pesquisa. **Rev. Eletrônica Sistemas & Gestão**. DOI: 10.20985/1980-5160.2017.v12n2.914. Volume 12, Número 2, 2017, pp. 183-191.

ARAÚJO, C. L. *et al.* A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. **Rev. Desenvolvimento em Questão**. Editora Unijuf, Ano 13, n. 32, out/dez. 2015. p.21-47. Disponível em: https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/issue/view/164. Acesso em: jan. 2020.

ARRUDA, L. M., RODRIGUES, R. N. Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P): Uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma Companhia Hidroelétrica – **Rev. Fatec Zona Sul** -V.5, n.2, nov. 2018.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

_____. **Desenvolvimento e meio ambiente** 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. b

BARBIERI, José Carlos; SILVA, Dirceu da. **Educação ambiental na formação do administrador**. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: nov. 2018.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 6.938 de 31.08.1981, **Política Nacional do Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm. Acesso em: set. 2018.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em: nov. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Lei nº 9394/1996. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: nov. 2018.

_____. Ministério da Educação. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.** Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm. Acesso em: fev. de 2020.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010**. Disponível em: https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/407-instrucao-normativa-n-01-de-19-de-janeiro-de-2010. Acesso em: nov. 2019.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: nov. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação – CNE**. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Brasília: MEC/CNE, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17810&Itemid=866. Acesso em: nov. 2018.

_____. Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015** . Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8539.htm. Acesso em: nov. 2019.

_____. Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Sistema eletrônico elimina o papel na tramitação de processos em mais três instituições públicas federais.** 2016. Disponível em: http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao-publica/noticias/sistema-eletronico-elimina-o-papel-na-tramitacao-de-processos-em-mais-tres-instituicoes-publicas-federais. Acesso em: nov. 2019.

_____. **Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9178.htm. Acesso em: nov. 2019.

_____. Advocacia Geral da União - AGU. **Competência. 2019.** Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/175195. Acesso em: nov. 2019.

_____. Advocacia Geral da União - AGU. **Comissão Permanente de Licitações e Contratos Administrativos. 2019.** Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/270265. Acesso em: nov. 2019.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Melhoramentos de São Paulo, 2ª edição 1969. Título original norte-americano: SILENT SPRING, 1962.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. 162 p.
CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações.** 7. ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003 – 6ª reimpressão.

COPELLO LEVY, M. I. **Fundamentos teóricos e metodológicos de pesquisas sobre ambientalização da escola.** Pesquisa em Educação Ambiental. v. 1, n. 1, p. 93-110, jul./dez, 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010. 296p.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade**: canibais com garfo e faca. São Paulo: M. Books do Brasil, 2011. 488p.

FERNANDES, Perteson Guerreiro. Análise das Práticas de Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior no Município de Mossoró-RN. **Dissertação.** Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Disponível em: https://ppgats.ufersa.edu.br/2017-3/. Acesso em: nov. 2019.

FIGUEIREDO, F. F.; CRUZ, F. M. R. **APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A QUESTÃO AMBIENTAL INTERNACIONAL NA SOCIEDADE GLOBAL: de Estocolmo 1972 ao Rio de Janeiro 2012**. 2013. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18283. Acesso em: set. 2018.

FIGUEIREDO, Gabriel Gosmes *et al*. Sistema de gestão ambiental na Administração Pública: estudo em uma Universidade Federal do interior da Amazônia. 2019. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.16 n.29; p.1396. Disponível em: http://www.conhecer.org.br/enciclop/2019a/agrar.htm. Acesso em: nov. 2019.

GELI, A. M. **Introducción. Universidad, Sostenibilidad y Ambientalización Curricular**. In: ARBAT, E.; GELI, A. M. (Eds.). Ambientalización Curricular de los Estudios Superiores. v. 1 - aspectos ambientales de les universidades. Girona: Universitat de Girona - Red ACES, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

GOMES, C. M; NASSAR, C. A. G. Análise das Práticas de Sustentabilidade do IFF campus Campos-Centro com base na A3P. **XVII ENGEMA** - Desafios da Sustentabilidade na Economia de Baixo Carbono. São Paulo, 30 de novembro e 01 de dezembro de 2015. Disponível em: http://engemausp.submissao.com.br/17/anais/arquivos/412.pdf. Acesso em: jan. 2019.

GRASSI**,** Doneide Kaufmann; GROHMANN**,** Márcia Zampieri. Panorama da coleta seletiva solidária na UFSM. **9º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos, 2018.** Disponível em: http://www.institutoventuri.org.br/ojs/index.php/firs/article/view/651. Acesso em: fev. 2020.

GREEN METRIC - ***UI GreenMetric World University Ranking*, 2019.** Disponível em: http://greenmetric.ui.ac.id/country-list2019/?country=Brazil. Acesso em: fev. 2020.

GUEDES, Terezinha Aparecida, *et al.* Projeto de Ensino, aprender fazendo estatística. **Apostila em PDF**. 2005. Disponível em: www.each.usp.br. Acesso em: set. 2019.

GUERRA, A. F. S. *et al.* (Org). **A ambientalização na Educação Superior: trajetória e perspectivas.** Livro Ambientalização e Sustentabilidade nas Universidades: subsídios, reflexões e aprendizagens. Editora UNIVALE, 2015, p. 11. Disponível em http://www.eesc.usp.br/portaleesc/images/docs/eesc_ambientalizacao_e_sustentabilidade_nas_universidades_univali.pdf. Acesso em: abr. 2018.

GUERRA, G. P. B. *et al.* Gerenciamento de resíduos químicos na UFV em comparação com outras Universidades públicas. **9º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos, 2018.** Disponível em: http://www.institutoventuri.org.br/ojs/index.php/firs/article/view/815. Acesso em: 03 fev. 2020.

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew. **Investigação por questionário**. 2. Ed. Lisboa, Editora Silabo, 2008.

IFAL – Instituto Federal de Alagoas. **Lançado edital para nova composição da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do campus. 2019.** Disponível em: https://www2.ifal.edu.br/campus/site/piranhas-noticias/edital-para-nova-composicao-da-comissao-interna-de-prevencao-de-acidentes-do-campus-e-lancado. Acesso em: fev. 2020.

IFAM – Instituto Federal do Amazonas. **Missão e Visão**. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/instituicao/missao-e-visao. Acesso em: nov. 2018.

_____. Instituto Federal do Amazonas. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2014-2018)**. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/ensino/pppi/sobre/documentos/0000026330-pdi-ifam-2014-2018.pdf/view. Acesso em: out. 2018.

_____. Instituto Federal do Amazonas. **Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023**. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2019-2023. Acesso em: fev. 2020.

_____. Instituto Federal do Amazonas. **Início das atividades no Campus avançado Iranduba**. 2019. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/noticias/inicio-das-atividades-no-campus-avancado-iranduba. Acesso em: set. 2019.

_____. Instituto Federal do Amazonas. **Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH)**. Disponível em: https://sig.ifam.edu.br/sigrh/public/home.jsf. Acesso em: out. 2019.

_____. Instituto Federal do Amazonas. **Relatórios de gestão de 2011 em diante**. http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/relatorio-de-gestao. Acesso em: fev. 2020.

IFC – Instituto Federal Catarinense. **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes**. 2019 Disponível em: http://cipa.santarosa.ifc.edu.br/. Acesso em: fev. 2020.
IFF – Instituto Federal Fluminense. **Relatório de Gestão 2018**. 2019. Disponível em: http://portal1.iff.edu.br/acesso-a-informacao/relatorios-de-gestao/relatorio_de_gestao_iff_2018.pdf/view. Acesso em: nov. 2019.

IFG – Instituto Federal de Goiás. **Inauguração da árvore solar marca o lançamento do projeto de eficiência energética no IFG – Câmpus Goiânia.** 2018. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/8317-inauguracao-da-arvore-solar-marca-o-lancamento-do-projeto-de-eficiencia-energetica-no-ifg-campus-goiania. Acesso em: nov. 2019.

_____. Instituto Federal de Goiás**. Painéis fotovoltaicos e automação do sistema de iluminação são implantados no Câmpus Goiânia**. 2019. Disponível em: http://www.ifg.edu.br/estudenoifg/17-ifg/ultimas-noticias/10841-paineis-fotovoltaicos-automacao-campus-goiania-2. Acesso em: nov. 2019.

IFRO – Instituto Federal de Rondônia. **Relatórios de Gestão**. Disponível em: https://portal.ifro.edu.br/relatorio-de-gestao. Acesso em: nov. 2019.

IMT/USP – Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo. **Norma Regulamentadora NR 5 CIPA**. 2019. Disponível em: http://www.imt.usp.br/imtsp/comissoes/cipa/. Acesso em: nov. 2019.

INDIANO, Thais. Relações intergovernamentais em Políticas de Meio ambiente: o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres (Programa 2040). **8º Congresso de extensão da UNESP** - "Diálogos da Extensão: do saber acadêmico à prática social", 2015.

KITZMANN, D. Ambientalização de Espaços Educativos: aproximações metodológicas. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.**, v. 18, p. 553-574, 2007.

KITZMANN, D.; ASMUS, M. L. **Ambientalização sistêmica - do currículo ao socioambiente**. Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 1, p. 269-290, jan./abr. 2012.

KRUGER, S. D. *et al.* Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior - uma análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Rev. GUAL.**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p.44-62, set/dez. 2011.

LEFF, Enrique. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **A construção da racionalidade ambiental**. In:_____Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. cap.5, p. 223-275.

_____. **Pensar a complexidade ambiental**. In: LEFF, E. (Coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Rev. Educação e realidade**, v, 34, n. 3. p. 17 – 24, set-dez. 2009. Disponível em: http://www.redalyc.org/pdf/3172/317227055003.pdf. Acesso em: nov. 2018.

LIMA, Roberta Bezerra; SILVA, Carlos Magno Lima. **O descarte das pilhas e baterias como tema de ensino em grupos cooperativos.** Experiências em Ensino de Ciências V.13, No.1, 2018. Disponível em: http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID466/v13_n1_a2018.pdf. Acesso em: fev. 2020.

LOZANO, R.; LOZANO, F. J.; HUISINGH, D.; WAAS, T. Editorial. **Journal of Cleaner Production**, v. 48, p. 3-9, 2013.

LUIZ, L. C. *et al.* **Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Administração Pública e Gestão Social, 5(2), abr-jun 2013, 54-62, ISSN 2175-5787. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/304515055_Agenda_Ambiental_na_Administracao_Publica_A3P_e_Praticas_de_Sustentabilidade_Estudo_Aplicado_em_um_Instituto_Federal_de_Educacao_Ciencia_e_Tecnologia. Acesso em: fev. 2019.

MAGRINI, Alessandra. Política e gestão ambiental: conceitos e instrumentos. Sociedade Brasileira de Planejamento Energético – SBPE. **Rev. Brasileira de Energia**, v.8, nº 2, 2001.

_____. **Gestão Ambiental**. Curso de Mestrado em Planejamento Energético e Ambiental - PPE/ COPPE/ UFRJ, 2009.

MARCOMIN, F. E.; SILVA, A. D. V. da. **A sustentável leveza da universidade.** In: GUERRA, A. F. S.; FIGUEIREDO, M. L. Sustentabilidades em diálogos. Itajaí: Univali, 2010. p. 171-189.

MARTINS, Dalva Aparecida Borges. **Pilhas e baterias, uso e descarte: uma abordagem voltada para o ensino da matemática**. 2014. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1631. Acesso em: fev. 2020.

MELLO, Maria Stela de Vasconcelos Nunes. **De Escola de Aprendizes Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: cem anos de história**. Manaus: Editora, 2009. Disponível em: http://www2.ifam.edu.br/instituicao/historia-do-ifam. Acesso em: nov. 2018.

MENDONÇA, B. A. Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma Instituição Federal de Ensino. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos, da Universidade Federal de São Carlos, 2015.

MINOTTO, Juliane Borba *et al.* Gestão de resíduos sólidos na universidade federal do rio grande do sul – Brasil. **9º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos, 2018.** Disponível em: http://www.institutoventuri.org.br/ojs/index.php/firs/article/view/689/557. Acesso em: fev. 2020.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001**. Estabelece o código de cores para os diferentes tipos de resíduos, a ser adotado na identificação de coletores e transportadores, bem como nas campanhas informativas para a coleta seletiva. Disponível em: http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=291. Acesso em: fev. 2020.

_____. **CARTILHA A3P**, 2009. Disponível em: http://www.mma.gov.br/. Acesso em: set. 2018.

_____. **Gestão Socioambiental nas Universidade Públicas**. Disponível em: http://a3p.mma.gov.br/biblioteca/. Acesso em: fev. 2020.

_____. **A3P EM NÚMEROS**, 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/a3p-em-numeros. Acesso em: set. 2018.

_____. **RESSOA**, 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/component/k2/item/10552-ressoa. Acesso em: set. 2018.

_____. **INSTITUIÇÕES PARCEIRAS DA A3P**, 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros. Acesso em:set. 2018.

_____. **REDE A3P**, 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/rede-a3p. Acesso em: set. 2018.

_____. **PREMIAÇÃO A3P**, 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/premio-a3p. Acesso em: set. 2018.

_____. **ADESÕES DA A3P**, 2018. Disponível em: http://www.mma.gov.br/informma/item/15367-a3p-fecha-o-ano-com-recorde-de-adesões.html. Acesso em: jan. 2019.

_____. **Coleta Seletiva**. 2019. Disponível em: https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento.html. Acesso em: fev. 2020.

MONTEIRO, M. O; CAMELO, G. L. P. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nos campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. **Rev. EmpíricaBR**, Ano 8, Vol. 1. 2015.

MUELLER, Larissa Pires *et al.* A percepção dos moradores sobre o descarte incorreto de pilhas na região de Maringá-PR. **Rev. Educação Ambiental em ação**. 2019. ISSN 1678-0701. Disponível em: http://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=3594. Acesso em: fev. 2020.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Sustentabilidade: o campo de disputa de nosso futuro civilizacional. In: LENA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (orgs). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NASCIMENTO, Joziane Mendes do. Gestão Ambiental em Instituições Educação Superior no Brasil: do discurso a realidade. **Dissertação**. Programa de Pós Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA - Mestrado Acadêmico, 2018.

NASCIMENTO, M. M. *et al.* Educação ambiental na administração pública: a implantação da A3P na Universidade Federal do Vale do São Francisco/Univasf - PE. **Rev. Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v. 19, n. 2, p. 493-501. mai./ago. 2015. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reget/article/download/16813/pdf. Acesso em: jan. 2019.

NETO, J. S. C. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): os desafios da implementação. **Rev. da Ciência da Administração** versão eletrônica v.14, Ago. - Dez. 2016. Disponível em:http://www.fcap.adm.br/wp-content/uploads/2016/11/2-Artigo-UFRPE-SND.pdf. Acesso em: dez. 2018.

OLIVEIRA, Victor Cardoso; PEREIRA, Narcélio de Araújo. Sistema de coleta para destino final de pilhas e baterias: uma alternativa sustentável em instituições de ensino superior. XIV ENEEAmb, **II Fórum Latino e I SBEA** – Centro-Oeste – Brasília, 2016. Disponível em: http://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/sistema-de-coleta-para-destino-final-de-pilhas-e-baterias-uma-alternativa-sustentvel-em-instituies-de-ensino-superior-24072. Acesso em: fev. 2020.

ONU – Organização das Nações Unidas Brasil. **Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis**. 2015. Disponível em: https://nacoesunidas.org/pos2015/ods12/. Acesso em: nov. 2019.

PAVESI, A.; FARIAS, C. R.; OLIVEIRA, H. T. **Ambientalização da educação superior como aprendizagem institucional.** Com Scientia Ambiental. v. 2, 2006.

PINHEIRO, Cézar Di Paula Da Silva et al. Práticas de gestão ambiental em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém. DOI: 10.19177/rgsav8e22019487-512. **Rev. Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p.487-512, abr/jun. 2019. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/gestao_ambiental/article/view/6567. Acesso em: nov. 2019.

PRADO, W. C; Gestão participativa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na prefeitura da cidade do Recife: contribuições da educação a distância. **Dissertação**. Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância da Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2015.

Prefeitura de Cumbe - Sergipe. **Legislações**. Disponível em: https://cumbe.se.gov.br/legislacoes-e-atos. Acesso em: fev. 2020.

Prefeitura de Campo do Brito - Sergipe. **Legislações**. Disponível em: https://campodobrito.se.gov.br/leis-e-decretos/. Acesso em: fev. 2020.

Prefeitura de São Miguel do Aleixo - Sergipe. **Legislações**. Disponível em: https://www.saomigueldoaleixo.se.gov.br/. Acesso em: fev. 2020.

GUNTHER, H. *et al.* **Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambiente**. IN: PINHEIRO, J. Q; GUNTHER, H. (org). Ed. e Gráfica Ltda e All books. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1ª ed. 2008. 396 p.

ROSA, L. A. B. *et al.* Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise em uma instituição pública federal do rio grande do sul. **Rev. GESTO.** v. 7, n. 1 (2019). Disponível em: http://srvapp2s.urisan.tche.br/seer/index.php/gesto/article/view/2952/1768. Acesso em: 04 fev. 2020.

SANMARTÍ, N.; PUJOL, R. M. **¿Qué comporta capacitar para la acción?** Sevilla, **Investigación en la Escuela**. n. 46, p. 49 - 54, 2002.

SANTOS, Edenilde Alves dos. Diagnóstico situacional do descarte de pilhas, baterias de celulares e automotivas em São Luís - MA. **Dissertação**. Programa de Pós-graduação em Saúdo e Ambiente. 2013. Disponível em: https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/1621. Acesso em: fev. 2020.

SANTOS, F. L. *et al.* Análise da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pela cidade portal da Amazônia. **Rev. Eletrônica Gestão & Sociedade,** v.11, n.28, p. 1583-1610, Janeiro/Abril – 2017. ISSN 1980-5756, DOI: 10.21171/ges.v11i28.2120. Disponível em: https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2120. Acesso em: jan. 2019.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pillar Baptista. **Metodologia de Pesquisa.** 3. Ed.--São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 288 p.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. **Gestão Ambiental**: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. 312 p.

SILVA, Tayane Nascimento Silva; OLIVEIRA, Adjane Damasceno de. Reinserção de resíduos eletroeletrônicos, pilhas e baterias na cadeia produtiva por meio da logística reversa: estudo de caso. **9º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos, 2018.** Disponível em: http://www.institutoventuri.org.br/ojs/index.php/firs/article/view/710/571. Acesso em: fev. 2020.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Sicial Corporativa**. Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TRAJBER, R.; SATO, M. Escolas sustentáveis: incubadoras de transformações nas comunidades. **Rev. Eletrônica Mestr. Educ. Ambient.,** v. especial, p. 70-78, set. 2010. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3396/2054. Acesso em:jan. 2019.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

UNISINOS. **Sistema de Gestão Ambiental - SGA.** 2018. Disponível em: http://www.unisinos.br/institucional/meio-ambiente/sga-unisinos. Acesso em: nov. 2018.

UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho" *Campus* de Ilha Solteira. 2019. **CIPA 2019**. Disponível em: https://www.feis.unesp.br/#!/saude-e-seguranca/cipa/gestoes/2019-2020/. Acesso em: nov. 2019.

UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia. **Relatórios de Gestão**. Disponível em: https://propladi.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=89&Itemid=114. Acesso em: fev. 2020.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco. **Diretoria de Gestão Ambiental**. 2019. Disponível em: https://www.ufpe.br/dga. Acesso em: nov. 2019.

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Participação no Ranking Green Metric. 2019.** Disponível em: https://www.ufrgs.br/sustentabilidade/2019/10/16/participacao-no-ranking-green-metric/. Acesso em: fev. 2020.

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos. **Secretaria de Gestão e Sustentabilidade**. 2019. Disponível em: http://www.sgas.ufscar.br/front-page. Acesso em: nov. 2019.

UFTM - Universidade Federal do Triangulo Mineiro. **Sistema de Impressão gera economia e uso consciente do recurso.** 2019. Disponível em: http://www.uftm.edu.br/ultimas-noticias/1750-sistema-de-impressao-gera-economia-e-uso-consciente-do-recurso. Acesso em: nov. 2019.

VALENTE, Manoel Adam Lacayo. **Marco Legal das Licitações e Compras Sustentáveis na Administração Pública.** 2011. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em:http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/5704/marco_legal_valente.pdf?sequence=2 . Acesso em: nov. 2019.

VIEGAS, S. F. S. S. *et al.* Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma Universidade pública. **Rev. AOS** – Amazônia, Organizações e Sustentabilidade, Brazil, v. 4, n.2, jul./dez. 2015, p. 7-28. Disponível em: http://revistas.unama.br/index.php/aos/issue/view/8a%20Edi%C3%A7%C3%A3o/showToc. Acesso em: fev. 2020.

VIEIRA, Merielin C. *et al.* Gestão de resíduos sólidos em um clube náutico. 2019. **Rev. de Extensão do Instituto Federal Catarinense.** DOI: https://doi.org/10.21166/rext.v0i11.13. Disponível em: http://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/RevExt/article/view/13. Acesso em: fev. 2020.

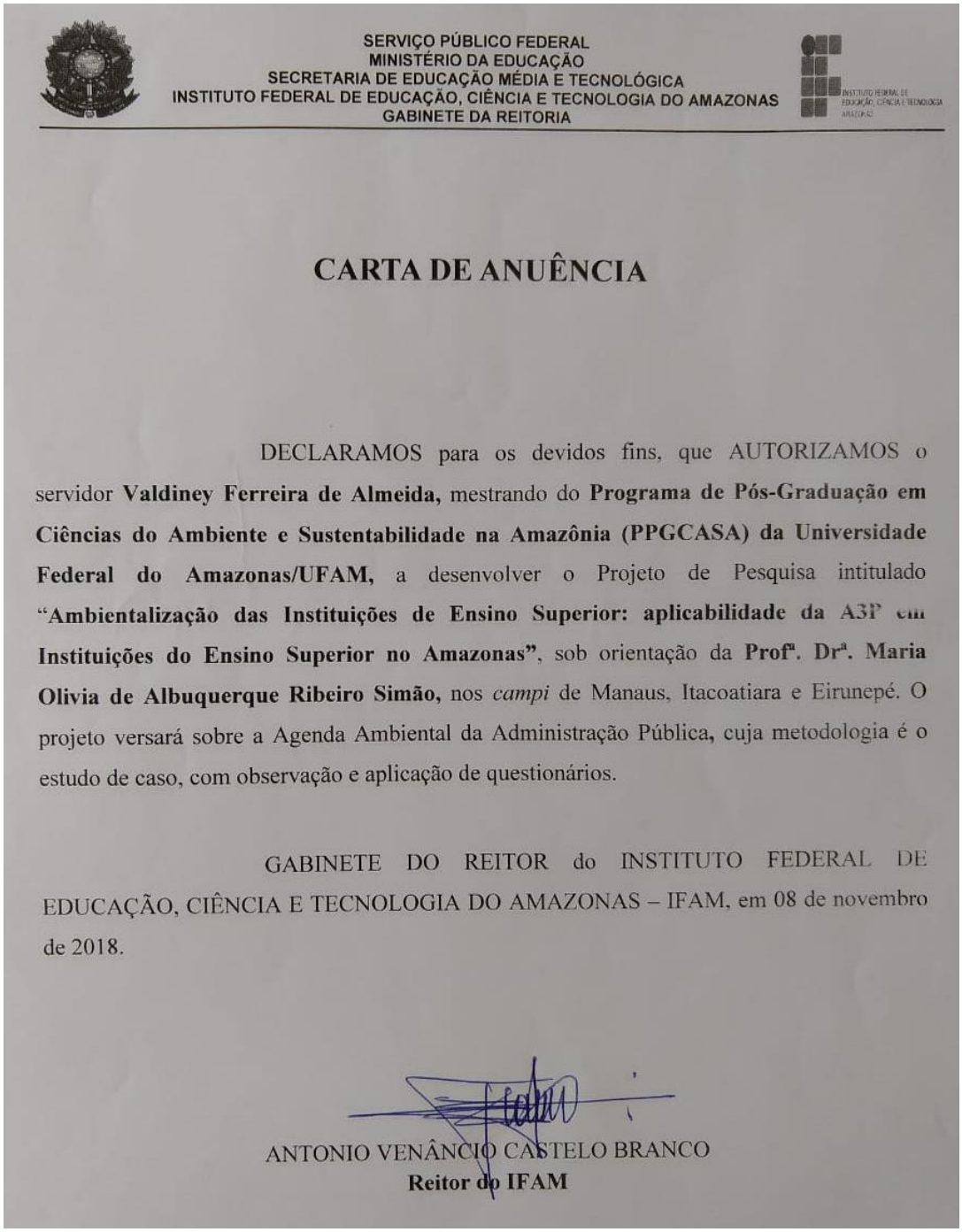
VILLAC, Teresa *et al.* **Panorama de Licitações Sustentáveis: direito e gestão pública.** 1ª reimpressão – Belo Horizonte: Fórum, 2016. 394p

WALMAN, Maurício. **Natureza e sociedade como espaço de cidadania**. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (orgs.). História da Cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

YIN, Robert K. Introdução: **quando usar os estudos de caso como método de pesquisa**. In: _____. Estudo de caso: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015. cap. 1, p3-27.

7. ANEXOS

ANEXO 1 - CARTA DE ANUÊNCIA DA REITORIA DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS - IFAM



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
GABINETE DA REITORIA

CARTA DE ANUÊNCIA

DECLARAMOS para os devidos fins, que AUTORIZAMOS o servidor **Valdiney Ferreira de Almeida,** mestrando do **Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) da Universidade Federal do Amazonas/UFAM,** a desenvolver o Projeto de Pesquisa intitulado **"Ambientalização das Instituições de Ensino Superior: aplicabilidade da A3P em Instituições do Ensino Superior no Amazonas"**, sob orientação da **Profª. Drª. Maria Olivia de Albuquerque Ribeiro Simão,** nos *campi* de Manaus, Itacoatiara e Eirunepé. O projeto versará sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública, cuja metodologia é o estudo de caso, com observação e aplicação de questionários.

GABINETE DO REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM, em 08 de novembro de 2018.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO
Reitor do IFAM

ANEXO 2 - Parecer aprovado do CEP.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Plataforma Brasil

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AMBIENTALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas

Pesquisador: VALDINEY FERREIRA DE ALMEIDA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 10094219.4.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.274.319

Apresentação do Projeto:

RESUMO: As questões Ambientais tornaram-se mais visíveis e sentidas no processo civilizador fundamentado na produção e consumo no modelo econômico capitalista. Esse modelo desenvolvimentista usou com intensidade dos recursos naturais, que por consequência, resultou na contaminação em grande proporção do meio ambiente. Desse modo a partir da década de 70 as ações em prol do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável são crescentes. Nesse contexto a sociedade passou a exigir das empresas públicas e privadas, indústrias e do governo, ações mitigadoras da degradação ambiental, que amplamente pode ser aplicado por sistemas de Gestão Ambiental. Assim, as instituições públicas estão inseridas no engendramento do tripé da sustentabilidade, para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Para tanto em 1999 o Ministério do Meio Ambiente – MMA criou a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P, o qual insere-se com aspecto de Ambientalização na Instituições Públicas de Ensino Superior. A presente pesquisa tem como objetivo compreender como o Programa A3P se configura em mecanismo de gestão ambiental e ambientalização no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. A pesquisa se dará no Instituto Federal do Amazonas – IFAM, junto a Reitoria e os Campi de Manaus (Centro, Zona Leste, e Distrito Industrial), Itacoatiara e Eirunepé. A coleta de dados primários será dividida em dois momentos: entrevistas por meio de questionário aberto com o Coordenador da A3P na reitoria e entrevista semiestruturada junto aos gestores, incluindo Coordenador A3P e Subcoordenador A3P das Unidades escolhidas. Assim,

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Plataforma Brasil

pretende-se com a realização desta pesquisa subsidiar a melhoria da Gestão Ambiental com aplicabilidade efetiva da Agenda.

INTRODUÇÃO: O presente estudo nasceu através do conhecimento empírico da A3P e de vasta leitura do tema em documentos do Ministério do Meio Ambiente – MMA. Esta Agenda atende a uma demanda de extrema importância para a implementação da sustentabilidade nos órgãos públicos e contribui de forma direta e indireta para os seguintes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS: 3 - Saúde e bem-estar; 4 - Educação de qualidade; 5 - Igualdade de gênero; 6 - Água potável e saneamento; 7 - Energia limpa e acessível; 8 - Trabalho decente e crescimento econômico; 11 - Cidades e comunidades sustentáveis; 12 - Consumo e produção responsáveis; 13 - Ação contra mudança global do clima; 16 - Paz, justiça e instituições eficazes. Esses objetivos demonstram hoje a transformação do pensar humano e do crescimento da luta em prol do desenvolvimento sustentável.Assim, as questões ambientais tornaram-se mais visíveis e sentidas pelos países centrais após a segunda guerra mundial quando o processo civilizatório foi fundamentado na produção e consumo reforçado pelo modelo econômico capitalista. Esse modelo desenvolvimentista baseado no crescimento econômico, usou com intensidade dos recursos naturais, que por consequência, resultou na contaminação do meio ambiente em grande proporção (FIGUEIREDO e CRUZ, 2013, p. 2).Na era industrial, pela primeira vez, o capitalismo exacerbado pós a população mundial em perigo iminente com todo tipo de contaminação ambiental. Dentre elas, a denunciada por Raquel Carson em 1962 em seu polêmico trabalho Primavera Silenciosa, onde denunciara o uso maçante de elixires da morte – praguicidas, usadas na denominada revolução verde norteamericana da produção agrícola em grande escala. A problemática em voga e recorrente das questões ambientais emerge das discussões no âmbito internacional. Assim, a sociedade mundial passou a engendrar a questão ambiental aprofundando-se no olhar sob três óticas: a ótica corretiva, anos 70; a ótica preventiva, anos 80; e a integradora, nos anos 90 - que fornecem a base teórica para a elaboração das políticas ambientais atuais (MAGRINI, 2001; 2009; INDIANO, 2015).

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO PRIMÁRIO: Compreender como o Programa A3P se configura em mecanismo de gestão ambiental e ambientalização no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.
OBJETIVO SECUNDÁRIO: 1)Identificar as práticas de gestão ambiental executadas pelo IFAM antes e depois da adesão a A3P; 2)Entender como se deu o processo de adesão, implantação e

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com

manutenção da A3P; 3)Verificar a convergência e aplicabilidade das ações desenvolvidas aos eixos temáticos da A3P e ao processo de ambientalização do IFAM.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos que estão ligados a danos físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais. Nesta pesquisa pode ocorrer algum desconforto ou constrangimento caso alguma questão do roteiro de entrevista remeta a situações e acontecimentos da rotina institucional que lhe tenham causado algum dano ou elemento potencializador. Sendo que tais riscos serão trabalhados para que não ocorram. Mas caso aconteçam os responsáveis por essa pesquisa se comprometem em imediatamente encaminhar os sujeitos a profissionais e instituições capacitadas para sua plena recuperação e assistência integral. Comprometem-se ainda a assegurar o direito a indenizações e cobertura material para reparação de qualquer dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa ou de seu acompanhante, quando for necessário. Que serão imediatamente verificados pelos responsáveis da pesquisa e providenciadas a reparação dos danos (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7). Além disso, o trabalho será organizado por meio de números e letras, para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados, garantindo o sigilo e preservando a sua identidade.

BENEFÍCIOS: A presente pesquisa levantará o patamar de aplicabilidade da ferramenta de gestão ambiental A3P no IFAM, signatário, podendo dar subsídios de estruturação ou reestruturação nas unidades pesquisadas. Assim, melhorias contínuas para o fortalecimento dos eixos temáticos, que não estão sendo bem trabalhados, pouco trabalhadas ou nenhuma aplicação na instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

DESENHO: Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa. A abordagem quantitativa será possível nesta pesquisa através do estabelecimento de limiares na aplicabilidade da A3P no Instituto Federal do Amazonas, com o check list junto aos gestores, juntamente com levantamento de dados secundários junto ao Ministério do Meio ambiente. A abordagem qualitativa ocorrerá por meio de entrevista semiestruturada com perguntas abertas, coleta e da análise dos dados, com a técnica de análise de conteúdo na perspectiva de valorização das falas dos sujeitos, suas concepções e percepções diante do objeto estudado e da observação in loco. O universo da pesquisa está ligado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, junto a Reitoria e os Campi de Manaus (Centro, Zona Leste, e Distrito Industrial), Itacoatiara e Eirunepé. A escolha da Instituição para amostra da pesquisa se deu por questão de conveniência,

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Continuação do Parecer: 3.274.319

manutenção da A3P; 3)Verificar a convergência e aplicabilidade das ações desenvolvidas aos eixos temáticos da A3P e ao processo de ambientalização do IFAM.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

RISCOS: Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos que estão ligados a danos físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais. Nesta pesquisa pode ocorrer algum desconforto ou constrangimento caso alguma questão do roteiro de entrevista remeta a situações e acontecimentos da rotina institucional que lhe tenham causado algum dano ou elemento potencializador. Sendo que tais riscos serão trabalhados para que não ocorram. Mas caso aconteçam os responsáveis por essa pesquisa se comprometem em imediatamente encaminhar os sujeitos a profissionais e instituições capacitadas para sua plena recuperação e assistência integral. Comprometem-se ainda a assegurar o direito a indenizações e cobertura material para reparação de qualquer dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa ou de seu acompanhante, quando for necessário. Que serão imediatamente verificados pelos responsáveis da pesquisa e providenciadas a reparação dos danos (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7). Além disso, o trabalho será organizado por meio de números e letras, para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados, garantindo o sigilo e preservando a sua identidade.

BENEFÍCIOS: A presente pesquisa levantará o patamar de aplicabilidade da ferramenta de gestão ambiental A3P no IFAM, signatário, podendo dar subsídios de estruturação ou reestruturação nas unidades pesquisadas. Assim, melhorias contínuas para o fortalecimento dos eixos temáticos, que não estão sendo bem trabalhados, pouco trabalhadas ou nenhuma aplicação na instituição.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

DESENHO: Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-qualitativa. A abordagem quantitativa será possível nesta pesquisa através do estabelecimento de limiares na aplicabilidade da A3P no Instituto Federal do Amazonas, com o check list junto aos gestores, juntamente com levantamento de dados secundários junto ao Ministério do Meio ambiente. A abordagem qualitativa ocorrerá por meio de entrevista semiestruturada com perguntas abertas, coleta e da análise dos dados, com a técnica de análise de conteúdo na perspectiva de valorização das falas dos sujeitos, suas concepções e percepções diante do objeto estudado e da observação in loco. O universo da pesquisa está ligado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, junto a Reitoria e os Campi de Manaus (Centro, Zona Leste, e Distrito Industrial), Itacoatiara e Eirunepé. A escolha da Instituição para amostra da pesquisa se deu por questão de conveniência,

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com

Página 03 de 06

implementação e aplicabilidade da agenda, através da observação in loco e obtenção de documentos, registros em diário de bordo e fotográficos das atividades e projetos referentes às práticas ou não de gestão ambiental por meio da A3P. Para o levantamento de dados também será realizada entrevista orientada por questionário semiestruturado com todos os participantes. Os fenômenos observados in loco serão registrados no diário de bordo e por meio de registro iconográfico e fonográfico a partir de previa autorização. As análises de todas as informações serão armazenadas e tabuladas utilizando-se planilhas Excel e a análise dos questionários se dará por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme os subsídios teóricos de Bardin (2009), seguindo as etapas de: pré-análise; exploração do material (ou codificação); e tratamento dos resultados (inferências e interpretações). A análise das variáveis quantitativas se dará com o uso da estatística descritiva

HIPÓTESE: Não há uma aplicabilidade efetiva dos eixos temáticos da A3P no IFAM; O eixo que é menos aplicado é o das licitações sustentáveis; A aplicabilidade dos eixos da A3P é menor nos Campi do interior (Itacoatiara e Eirunepé).

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: Estar atuando na Gestão, na reitoria, a saber: Reitor; Pro Reitor (a) de Ensino; Diretor (a) de Desenvolvimento de Ensino; Diretor (a) de Educação a Distância;Pró-reitor (a) de Pesquisa e Pós-graduação; Diretor (a) de Pesquisa e inovação; Diretor (a) de Pós-graduação; Pró-reitor (a) de Extensão e Produção; Diretor (a) de Extensão e Produção; Diretor (a) de Relações Empresariais;Pró-reitor (a) de Desenvolvimento Institucional; Diretor (a) de Planejamento; Diretor (a) de Tecnologia da Informação; Pró-reitor (a) de Administração; Diretor (a) de Administração; Diretor (a) de Gestão e Pessoas; Coordenador da A3P.Estar atuando na Gestão, nos Campi ((1) Manaus Centro, (2) Manaus Distrito Industrial e (3) Manaus Zona Leste, (4) Itacoatiara e (5) Eirunepé), a saber: Diretor (a) Geral; Diretor (a) de Ensino, Pesquisa e Extensão; Diretor (a) de Administração e Planejamento; Subcoordenadores A3P.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: O critério de exclusão será a vacância de cargo no momento da pesquisa ou a recusa do gestor em participar da pesquisa.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS: Os dados desta pesquisa que serão coletados em pesquisa de campo, com o auxílio de entrevistas, serão inicialmente transcritos e sistematizados de acordo com as categorias de análises do projeto, utilizando a técnica de análise de conteúdo, que explora exaustivamente técnica comumente usada para análise de material qualitativo, embasada em Bardin (2009) seguindo as etapas de: pré-análise; exploração do material (ou codificação). A análise dos questionários se dará por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme os subsídios teóricos para o tratamento dos resultados (inferências e interpretações). A análise das

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Continuação do Parecer: 3.274.319

implementação e aplicabilidade da agenda, através da observação in loco e obtenção de documentos, registros em diário de bordo e fotográficos das atividades e projetos referentes às práticas ou não de gestão ambiental por meio da A3P. Para o levantamento de dados também será realizada entrevista orientada por questionário semiestruturado com todos os participantes. Os fenômenos observados in loco serão registrados no diário de bordo e por meio de registro iconográfico e fonográfico a partir de previa autorização. As análises de todas as informações serão armazenadas e tabuladas utilizando-se planilhas Excel e a análise dos questionários se dará por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme os subsídios teóricos de Bardin (2009), seguindo as etapas de: pré-análise; exploração do material (ou codificação); e tratamento dos resultados (inferências e interpretações). A análise das variáveis quantitativas se dará com o uso da estatística descritiva

HIPÓTESE: Não há uma aplicabilidade efetiva dos eixos temáticos da A3P no IFAM; O eixo que é menos aplicado é o das licitações sustentáveis; A aplicabilidade dos eixos da A3P é menor nos Campi do interior (Itacoatiara e Eirunepé).

CRITÉRIOS DE INCLUSÃO: Estar atuando na Gestão, na reitoria, a saber: Reitor; Pro Reitor (a) de Ensino; Diretor (a) de Desenvolvimento de Ensino; Diretor (a) de Educação a Distância;Pró-reitor (a) de Pesquisa e Pós-graduação; Diretor (a) de Pesquisa e inovação; Diretor (a) de Pós-graduação; Pró-reitor (a) de Extensão e Produção; Diretor (a) de Extensão e Produção; Diretor (a) de Relações Empresariais;Pró-reitor (a) de Desenvolvimento Institucional; Diretor (a) de Planejamento; Diretor (a) de Tecnologia da Informação; Pró-reitor (a) de Administração; Diretor (a) de Administração; Diretor (a) de Gestão e Pessoas; Coordenador da A3P.Estar atuando na Gestão, nos Campi ((1) Manaus Centro, (2) Manaus Distrito Industrial e (3) Manaus Zona Leste, (4) Itacoatiara e (5) Eirunepé), a saber: Diretor (a) Geral; Diretor (a) de Ensino, Pesquisa e Extensão; Diretor (a) de Administração e Planejamento; Subcoordenadores A3P.

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO: O critério de exclusão será a vacância de cargo no momento da pesquisa ou a recusa do gestor em participar da pesquisa.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DE DADOS: Os dados desta pesquisa que serão coletados em pesquisa de campo, com o auxílio de entrevistas, serão inicialmente transcritos e sistematizados de acordo com as categorias de análises do projeto, utilizando a técnica de análise de conteúdo, que explora exaustivamente técnica comumente usada para análise de material qualitativo, embasada em Bardin (2009) seguindo as etapas de: pré-análise; exploração do material (ou codificação). A análise dos questionários se dará por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme os subsídios teóricos para o tratamento dos resultados (inferências e interpretações). A análise das

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
UF: AM Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com

Página 05 de 06

de apresentação obrigatória, acima mencionados.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1313488.pdf	09/04/2019 16:19:43		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.docx	09/04/2019 16:18:30	VALDINEY FERREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	09/04/2019 16:17:20	VALDINEY FERREIRA DE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoA3PCEP.docx	09/04/2019 16:16:20	VALDINEY FERREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoassinada.pdf	21/03/2019 17:50:03	VALDINEY FERREIRA DE	Aceito
Brochura Pesquisa	Questionarios.docx	19/03/2019 13:39:26	VALDINEY FERREIRA DE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	ANUENCIADOIFAM.docx	18/03/2019 16:55:35	VALDINEY FERREIRA DE ALMEIDA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.docx	18/03/2019 16:52:39	VALDINEY FERREIRA DE	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM

Continuação do Parecer: 3.274.319

MANAUS, 21 de Abril de 2019

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis **CEP:** 69.057-070
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **E-mail:** cep.ufam@gmail.com

Página 08 de 08

ANEXO 3 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - (Gestores Institucionais, Coordenador A3P, Subcoordenadores A3P e Servidores)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) _____ para participar da pesquisa referente ao Projeto intitulado: **AMBIENTALIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: realidades e potencialidades da A3P no Instituto Federal do Amazonas,** de responsabilidade do pesquisador **Valdiney Ferreira de Almeida**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, localizado no Setor Sul do Campus Universitário no Centro de Ciências do Ambiente, no endereço: Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 3000 – Coroado, telefone **(92) 3305-1181 - RAMAL 4069**, e-mail: ppgcasa@ufam.edu.br e de sua orientadora Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão, no mesmo endereço citado acima.

Este Projeto de Pesquisa tem como objetivo geral compreender como o Programa A3P se configura em mecanismo de gestão ambiental e ambientalização no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM. E os objetivos específicos são três, a saber: i) identificar as práticas de gestão ambiental executadas pelo IFAM antes e depois da adesão a A3P; ii) entender como se deu o processo de adesão, implantação e manutenção da A3P; iii) verificar a convergência e aplicabilidade das ações desenvolvidas aos eixos temáticos da A3P e ao processo de ambientalização do IFAM. Assim, com esta pesquisa pretende-se: i) compreender o processo de gestão ambiental e ambientalização no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM pela A3P e gerar subsídios para melhoria de sua efetividade; ii) identificar as principais fragilidades e potencialidades da gestão ambiental junto ao programa A3P no IFAM e propor medidas para melhoria em seus eixos.

A referida pesquisa será desenvolvida através da realização de entrevistas, observação *in loco* e registros fotográficos.

Informamos que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos que estão ligados a danos físicos, psíquicos, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais. Nesta pesquisa pode ocorrer algum desconforto ou constrangimento caso alguma questão do roteiro de entrevista remeta a situações e acontecimentos da rotina institucional que lhe tenham causado algum dano ou elemento potencializador. Sendo que tais riscos serão trabalhados para que não ocorram. Mas caso aconteçam os responsáveis por essa pesquisa se comprometem em imediatamente encaminhar os sujeitos a profissionais e instituições capacitadas para sua plena recuperação e assistência integral.

Comprometem-se ainda a assegurar o direito a indenizações e cobertura material para reparação de qualquer dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa ou de seu acompanhante, quando for necessário. Que serão imediatamente verificados pelos responsáveis da pesquisa e providenciadas a reparação dos danos. (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7).

O pesquisador responsabiliza-se por preservar o direito de assistência imediata e integral gratuita devido a eventuais danos diretos ou indiretos e imediatos ou tardios decorrentes da participação no estudo ao participante pelo tempo que for necessário (itens II.3.1, II.3.2 da Resolução CNS nº 466/2012).

Quanto ao sigilo (item III.2.i e IV.3.e da Resolução CNS nº 466/2012), o trabalho será organizado por meio de números e letras, para que os sujeitos da pesquisa não sejam identificados no momento do ciclo de encaminhamento do questionário, garantindo assim o sigilo, confidencialidade e preservando a identidade dos participantes.

Dentre os benefícios advindos neste estudo destaca-se que se você aceitar participar desta pesquisa estará contribuindo para a produção de conhecimento sobre os desastres ambientais de cheia e seca no Amazonas, suas implicações socioambientais, avaliação das respostas governamentais e estratégias adaptativas comunitárias.

Serão respondidas as perguntas que o (a) Sr. (a) souber e quiser responder, além disso, o Sr. (a) terá total liberdade de pedir explicações ao pesquisador. Se depois de consentir sua participação o (a) Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes, durante ou depois da coleta de dados, independente do motivo e sem qualquer penalidade ou prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração por prestar informações. Os resultados produzidos com a pesquisa serão analisados e publicados nos meios científicos, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato ainda entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UFAM, localizado na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone fixo: 3305-1181, ramal 2004, email: cep.ufam@gmail.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, _____
fui informado (a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar da pesquisa.

Este documento é emitido em duas vias, sendo uma assinada pelo pesquisador responsável e a outra pelo participante da pesquisa, ambas as partes ficam com uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

_____ Data: ____/_____/_____

Assinatura do participante

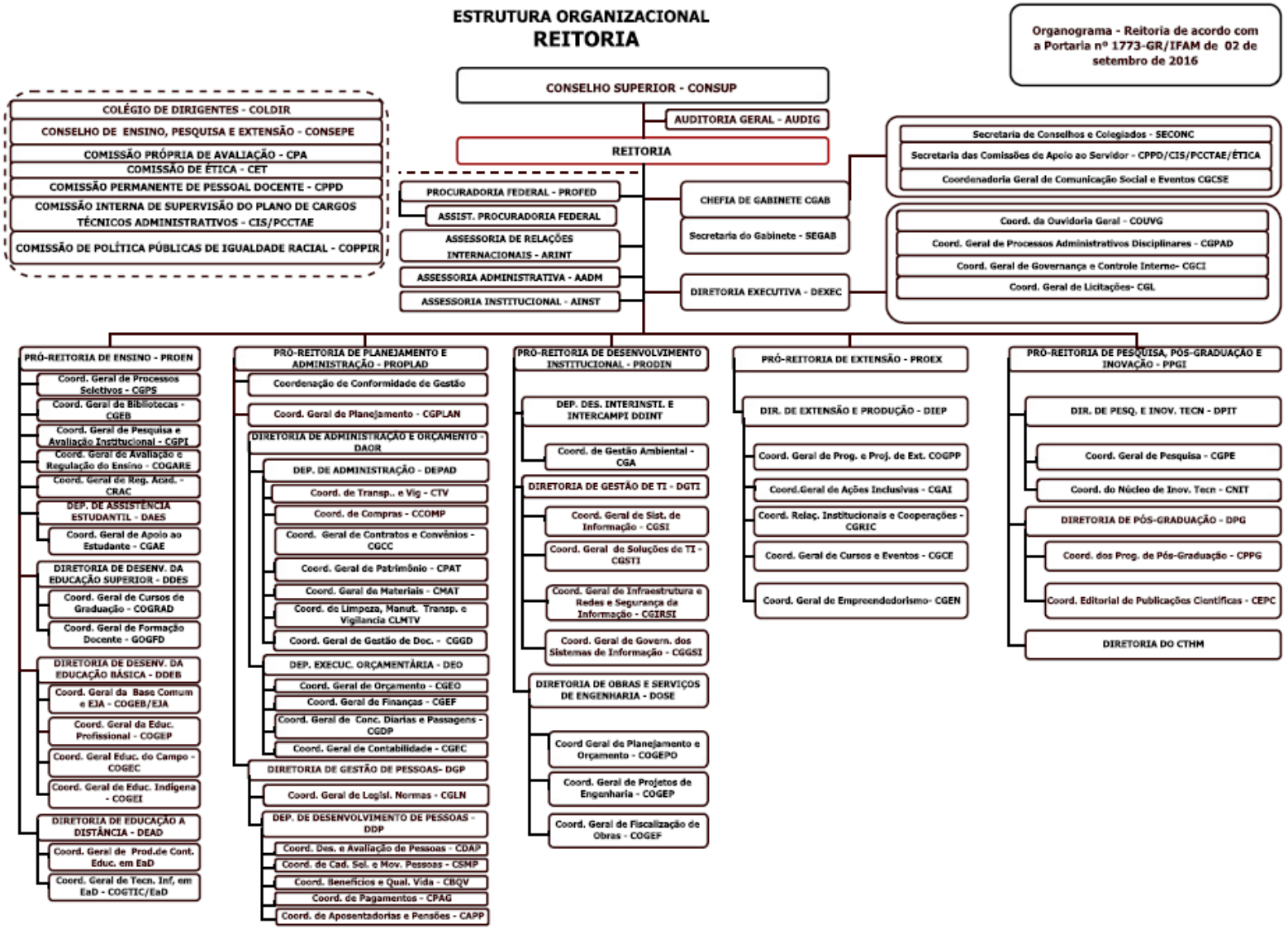
_____

Assinatura do Pesquisador

Impressão do dedo polegar direito

Caso não possa assinar

ANEXO 4 - Organograma da Reitoria do IFAM - 2016



ANEXO 5 – Termo de Adesão A3P pelo IFAM, 2015 – Sem assinatura

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

TERMO DE ADESÃO ___/2015 - MMA-A3P/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, E O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**, órgão da Administração Pública Federal, nos termos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e do Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, inscrito no CNPJ nº 37.115.375/0002-98, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco "B", 5º andar, Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Secretário-Executivo, **FRANCISCO GAETANI**, brasileiro, divorciado, nomeado pelo Decreto Presidencial de 17 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, residente e domiciliado em Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade nº 606.196-SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 297.500.916-04, e o **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS**, inscrito no CNPJ/MF com o nº 10.792.928/0001-00, com sede na Rua Ferreira Pena, n° 1.109, Centro, MANAUS/AM, CEP: 69.025-010, neste ato representado por seu Magnífico Reitor, **ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 880795 (SESEG-AM) e inscrito no CPF sob o nº 335.823.602-10, residente e domiciliado na Av. Buriti, Rua 02, Residencial Eliza Miranda, MANAUS/AM, CEP: 69.075-000, no uso de suas atribuições conforme designação do Decreto Presidencial de 10.03.2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, doravante denominado **INSTITUIÇÃO,** firmam o presente **TERMO DE ADESÃO**, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, no que couber, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem por finalidade integrar esforços para desenvolver projeto destinado à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P, no âmbito da **INSTITUIÇÃO**, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e na qualidade de vida do ambiente de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

Durante a execução do objeto do presente Termo de Adesão fica estabelecido que os partícipes adotem a metodologia constante do "Manual da Agenda Ambiental na Administração Pública – Cartilha A3P", assim como as orientações do Programa A3P.

Parágrafo Primeiro. Poderão ser acrescidas outras ações, sugeridas pelos próprios agentes implementadores do Programa A3P, de comum acordo entre as partes.

Parágrafo Segundo. Na implementação do presente Termo de Adesão deverão ser obrigatoriamente observados, pelos partícipes, os seguintes objetivos:

I - promover a reflexão sobre os problemas socioambientais no âmbito da **INSTITUIÇÃO**;

II - estimular a adoção de atitudes e procedimentos que levem ao uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos, a fim de maximizar a eficiência dos serviços prestados;

III - garantir a gestão integrada de resíduos pós-consumo, inclusive a destinação ambientalmente correta; e

IV - melhorar a qualidade do ambiente do trabalho.

Parágrafo Terceiro. Para a consecução do objeto traçado no presente Termo, o **MMA/A3P** e a **INSTITUIÇÃO** poderão, em conjunto ou separadamente gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com agência e órgãos públicos e privados, particularmente junto a universidades e centros de pesquisa com atuação e interesse na área de gestão social e ambiental, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia dos planos de ação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES

I - Caberá à **INSTITUIÇÃO:**

a) criar comissão que será responsável pela implementação das ações de melhoria do desempenho socioambiental da **INSTITUIÇÃO**;

b) realizar, com participação dos servidores, diagnóstico socioambiental (avaliação inicial), identificando os aspectos socioambientais, mais relevantes para a **INSTITUIÇÃO**;

c) elaborar, com base no diagnóstico, o plano de ações estratégicas, incluindo aspectos socioambientais como: a gestão de resíduos sólidos e perigosos gerados; redução de consumo e reaproveitamento de materiais; combate ao desperdício de energia e de água, cidadania, ética, equidade, segurança e qualidade de vida no trabalho, entre outras medidas necessárias para a implementação, detectadas nos diagnósticos;

d) estabelecer cronograma para implementação das ações;

e) promover metodologia para mensuração do desempenho da **INSTITUIÇÃO**;

f) estabelecer ações de substituição de insumos e materiais que provoquem danos ou riscos à saúde do servidor ou da população e ao meio ambiente;

g) estabelecer avaliação periódica da implementação das ações previstas divulgando os resultados alcançados na própria **INSTITUIÇÃO** para redirecionamento das ações de acordo com os resultados;

h) desenvolver subprograma de formação do "servidor educador socioambiental" comprometido com os princípios da responsabilidade socioambiental e efetiva implantação da A3P.

i) elaborar Relatório Técnico explicitando as ações implementadas, os resultados quali-quantitativos alcançados e as metas futuras para a continuidade do projeto, com periodicidade anual contada a partir da data de assinatura do Termo de Adesão.

II - Caberá ao **MMA/A3P:**

a) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na realização do seu diagnóstico socioambiental, bem como na elaboração de sua agenda socioambiental, incluindo ações de implementação;

b) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de implantação e capacitação para a coleta seletiva solidária;

c) compartilhar experiências e conhecimentos sobre aspectos socioambientais;

d) compartilhar conhecimentos técnicos, assessorando a **INSTITUIÇÃO** nas fases do processo de implementação da Agenda Socioambiental;

e) viabilizar a distribuição do material de divulgação, quando houver;

f) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** no processo de avaliação da A3P por meio de indicadores de desempenho**;**

g) promover intercâmbio técnico para difundir informações sobre objetivos, metodologia e implementação da Agenda Socioambiental;

h) auxiliar a **INSTITUIÇÃO** na promoção de ações educativas visando: melhorar a qualidade do meio ambiente em todos os locais de trabalho, conscientizar os servidores, estagiários e terceirizados sobre a importância de se conservar o meio ambiente e ter responsabilidade no que se refere ao uso correto dos bens e serviços da Administração Pública;

i) incentivar a excelência da gestão social e ambiental visando melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho da **INSTITUIÇÃO**.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Adesão vigorará pelo **prazo de cinco anos**, não prorrogáveis, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS

O presente Termo de Adesão não prevê a transferência de recursos financeiros entre os partícipes.

CLÁUSULA SEXTA - DA PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica decorrente de trabalhos no âmbito do presente instrumento serão atribuídos aos partícipes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

A publicidade dos atos, programas, obras e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos.
Parágrafo Único. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente instrumento, será obrigatoriamente destacada a participação das instituições envolvidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES E MODIFICAÇÕES

Este Termo de Adesão poderá ser modificado em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, mediante registro por Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao Ministério do Meio Ambiente providenciar a publicação deste Termo de Adesão em extrato, no Diário Oficial da União, até quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, devendo esta correr

no prazo de vinte dias a contar daquela data, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA

Este Termo poderá ser denunciado por qualquer dos partícipes, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de trinta dias, sem prejuízo das ações ou atividades em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES

O presente Termo de Adesão será executado em consonância com o Plano de Trabalho, parte integrante deste Instrumento, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PESSOAL

Os recursos humanos a serem utilizados na execução do presente Termo de Adesão não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, fica consignado a(o) Diretor(a) do Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental para acompanhar a fiel execução do presente Termo de Adesão.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

Os Partícipes poderão rescindir unilateralmente o presente acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

Parágrafo Primeiro. O presente Termo poderá ser rescindido, de comum acordo entre os partícipes ou por inadimplência de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de conformidade com a legislação em vigor.

Parágrafo Segundo. Na hipótese mencionada no *caput* dessa cláusula, ficará assegurado o prosseguimento e conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre os partícipes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Na hipótese de ocorrência de controvérsias no que tange a interpretação e/ou cumprimento do presente Termo de Adesão, os partícipes concordam, preliminarmente, em solucioná-los administrativamente e, em última instância, submeter seus eventuais conflitos à apreciação da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 18, inciso III, do Decreto nº 7392, de 13 de dezembro de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

Os casos omissos do presente Termo de Adesão serão resolvidos pelos partícipes, ficando eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do

mesmo e para as quais não sobrevier acordo amigável, ressalvado os casos de competência originária do STF, nos termos do artigo 102, inciso I, alínea "f" da Constituição Federal.

E por estarem de acordo, os partícipes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual teor, para que produza, entre si, os efeitos legais na presença das testemunhas, que também o subscrevem.

Brasília/DF, _____de _____de 201 .

_____

FRANCISCO GAETANI

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

_____

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

Reitor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas

TESTEMUNHAS:

1-

RG:

CPF:

2-

RG:

CPF:

Continuação Anexo 5 – Plano de trabalho A3P pelo IFAM

PLANO DE TRABALHO PARA IMPLANTAÇÃO DA A3P

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão **Instituto Federal do Amazonas**		**CNPJ/MF** 10792928/0001-00	
Endereço Rua Ferreira Pena, nº 1109			
Cidade **Manaus**	**UF** **Amazonas**	**CEP** 69025-010	**DDD/Telefone** (92) 3306-0044
Nome do Responsável Antonio Venancio Castelo Branco		**CPF** 335.823.602-10	**CI/Órgão Exp.** 880795 SESEG-AM
Endereço Rua 2 Res. Eliza Miranda Apt. 303		Cond. Roraima – Bairro Distrito Industrial	
Cidade **Manaus**	**UF** AM	**CEP** 69000000	**DDD/Telefone** (92)

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto: Construindo a Agenda Ambiental A3P, no IFAM	**Período de Execução (05 anos)**
Identificação do Objeto: **ADESÃO AO PROGRAMA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)**	
Etapas para implementação da adesão: 1. Criar a Comissão Gestora da Agenda; 2. Realizar o Diagnóstico Socioambiental; 3. Elaborar o Plano de Gestão Socioambiental; 4. Realizar a Capacitação e a Sensibilização; 5. Realizar a Avaliação e o Monitoramento.	

3. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

ETAPAS	AÇÕES	Início	Término
1. Comissão Gestora da A3P	1.1. Definir os membros da Comissão Gestora;	Jun/15	Jul/15
	1.2. Institucionalizar a Comissão Gestora (instrumento legal);	Jun/15	Jun/15

	1.3. Definir plano de trabalho contendo cronograma de reuniões e as atividades da Comissão Gestora.	Jul/15	Jul/15
2. Diagnóstico Socioambiental	2.1. Fazer levantamento do consumo de recursos naturais;	Jul/15	Ago/15
	2.2. Fazer levantamento dos principais bens adquiridos e serviços contratados pela instituição;	Jul/15	Ago/15
	2.3. Fazer levantamento de obras realizadas;	Jul/15	Ago/15
	2.4. Fazer levantamento sobre as práticas de desfazimento adotadas pela instituição;	Jul/15	Ago/15
	2.5. Fazer levantamento de práticas ambientais já adotadas, principalmente, com relação ao descarte de resíduos;	Jul/15	Ago/15
	2.6. Fazer levantamento de necessidades de capacitação.	Jul/15	Ago/15
3. Plano de Gestão Socioambiental	3.1. Definir os objetivos do plano;	Jul/15	Ago/15
	3.2. Definir projetos, atividades e ações para a implementação da Agenda;	Jun/15	Jun/20
	3.3. Definir as metas a serem alcançadas por projeto e/ou atividades e ações a partir da linha de base do diagnóstico;	Jun/15	Jun/20
	3.4. Definir responsabilidades institucionais do órgão e dos servidores;	Jul/15	Ago/15
	3.5. Definir os indicadores e as medidas de monitoramento;	Jul/15	Ago/15
	3.6. Identificar os recursos disponíveis para a implantação das ações.	Jun/15	Jun/20
4. Sensibilização e Capacitação	4.1. Participar do Módulo Básico de Capacitação do MMA;	Jul/15	Jun/20
	4.2. Identificar as demandas de capacitação dos servidores;	Jun/15	Jun/20
	4.3. Elaborar um plano de capacitação interna por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas, etc;	Jun/15	Jun/20
	4.4. Elaborar um plano de sensibilização dos servidores por meio de campanhas com divulgação em banners, cartazes, etiquetas, intranet, projeção de vídeo, informativos, etc;	Jun/15	Jun/20
	4.5. Desenvolver cartilhas educativas sobre sustentabilidade para capacitação e sensibilização dos servidores;	Jun/15	Jun/20
	4.6. Celebrar as datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade para promover a sensibilização dos servidores;	Jun/15	Jun/20

	4.7. Incluir no contrato da empresa prestadora de serviços gerais, cláusula de capacitação em educação e gestão ambiental, para todos os funcionários terceirizados.	Jun/15	Jun/20
5. Avaliação e o Monitoramento	5.1. Adotar um sistema de indicadores ambientais baseado;	Jun/15	Jun/20
	5.2. Realizar avaliações periódicas do plano (mínimo trimestral);	Jun/15	Jun/20
	5.3. Identificar possíveis falhas e pontos de melhoria;	Jun/15	Jun/20
	5.4. Reprogramar as ações se necessário;	Jun/15	Jun/20
	5.5. Preencher o relatório de monitoramento e/ou sistema de monitoramento do MMA.	Jun/15	Jun/20

E, para a validade do que pelos partícipes foi pactuado, firma-se este **PLANO DE TRABALHO**, em 2 (duas) vias, de iguais teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Brasília/DF,____de_____de 2015.

_____

FRANCISCO GAETANI

Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente

_____

ANTÔNIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO

Reitor do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas

Testemunhas:

1-

RG:

CPF:

2-

RG:

CPF:

ANEXO 6 – QUESTIONÁRIO 1 - Gestores na Reitoria e nos *Campi*

<table>
<tr><td colspan="2">Questionário 1 – Dados socioeconômicos</td></tr>
<tr><td colspan="2">Nome:</td></tr>
<tr><td colspan="2">Sexo: ( ) M ( ) F</td></tr>
<tr><td colspan="2">Cargo: Na Reitoria

( ) Reitor; ( ) Coordenador A3P - CGA

( ) Pró-reitor de Ensino; ( ) Diretor de Educação Básica; ( ) Diretor de Educação a Distância; ( ) Diretor de Educação Superior.

( ) Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação; ( ) Diretor de Pesquisa e inovação e de Pós-graduação.

( ) Pró-reitor de Extensão; ( ) Diretor de Extensão e Produção.

( ) Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional; ( ) Diretor de Tecnologia da Informação;
( ) Diretor de Obras e serviços de Engenharia – DOSE.

( ) Pró-reitor de Administração; ( ) Diretor de Administração.

Cargo: Nos *Campi*

( ) Diretor Geral; ( ) Diretor de Ensino;

( ) Diretor de Administração e Planejamento; ( ) Subcoordenador A3P;</td></tr>
<tr><td colspan="2">Local de trabalho – IFAM: ( ) Reitoria; ( ) *Campus* Manaus Centro;
( ) *Campus* Manaus Zona Leste ; ( ) *Campus* Manaus Distrito Industrial;
( ) *Campus* Itacoatiara; ( ) *Campus* Eirunepé; ( ) *Campus* Tabatinga.</td></tr>
<tr><td colspan="2">Grau de escolaridade:</td></tr>
<tr><td>( ) Ensino Fundamental</td><td>( ) Ensino Médio</td></tr>
<tr><td>( ) Ensino Superior incompleto</td><td>( ) Ensino Superior completo</td></tr>
<tr><td>( ) Pós-graduação *Lato Sensu*</td><td>Pós-graduação *Stricto Sensu*
( ) Mestrado ( )Doutorado
( ) Pós-Doutorado</td></tr>
<tr><td colspan="2">Tempo como servidor no IFAM:</td></tr>
<tr><td>( ) 0 a 12 meses</td><td>( ) 1 a 2 anos</td></tr>
<tr><td>( ) 2 a 4 anos</td><td>( ) 5 a 10 anos</td></tr>
<tr><td>( ) 10 a 15 anos</td><td>( ) 15 anos ou mais</td></tr>
<tr><td colspan="2">Tempo na Gestão:
Somente Diretor Geral e Diretor de Ensino</td></tr>
<tr><td colspan="2">Diretor Geral: Qual o quantitativo de Funcionários em seu *Campus?*</td></tr>
<tr><td colspan="2">Diretor de Ensino: Qual o quantitativo de Alunos regulares em seu *Campus?*</td></tr>
</table>

Continuação Anexo 6 - Questionário 1 (parte 2)		
OBJETIVOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P) - Prática De Gestão Ambiental Antes Da A3P **Valores: 1 – Sim; 2 – Não.**	**1**	**2**
OBJETIVO 1 – SENSIBILIZAÇÃO DOS GESTORES		
Havia sensibilização dos gestores em relação à gestão e à responsabilidade socioambiental no IFAM em seu *Campus*?		
OBJETIVO 2 – Economia De Recursos Naturais E Redução Dos Gastos Institucionais		
A gestão ambiental no IFAM em seu *Campus* promovia o uso racional de recursos naturais e de bens públicos?		
A gestão ambiental no IFAM em seu *Campus* promovia a redução de gastos institucionais?		
OBJETIVO 3 – Redução Do Impacto Socioambiental Negativo		
A gestão ambiental no IFAM em seu *Campus* contribuía para a redução de impacto socioambiental negativo, direto e indireto, provocado pelas atividades administrativas e operacionais da instituição?		
OBJETIVO 4 – Revisão De Padrões De Produção E Consumo E Adoção De Novos Padrões De Sustentabilidade		
A gestão ambiental no IFAM em seu *Campus* contribuía para a adoção de novos padrões de sustentabilidade na administração pública?		
A gestão ambiental no IFAM em seu *Campus* contribuía para a adoção e revisão dos padrões de produção e consumo?		
OBJETIVO 5 – Melhoria Da Qualidade De Vida		
A gestão ambiental no IFAM em seu *Campus* contribuía para a melhoria da qualidade de vida dos *stakeholders*?		

	Questionário 1 (parte 3) **EIXOS DA AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)** **Valores: 1 – Adere; 2 – Não Adere; 3 – Não se aplica ou não sabe.**	**1**	**2**	**3**
EIXO 1 – Uso Racional Dos Recursos Naturais E Bens Públicos				
1	O IFAM em sua unidade desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de papel?			
2	Desenvolve alguma ação de monitoramento /redução do consumo de energia?			
3	Desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de água?			
4	Desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de copos plásticos (descartáveis)?			
5	Desenvolve alguma ação de monitoramento/redução do consumo de outros materiais/recursos que possam causar impactos ambientais significativos?			
6	No IFAM em sua unidade é dada a destinação devida para os bens materiais classificados como ociosos, recuperável, antieconômico ou irrecuperável de acordo com o **DECRETO Nº 9.373, DE 11 DE MAIO DE 2018**?			

Continuação Anexo 6 - Questionário 1 (parte 3) **EIXO 2 – Gestão Adequada Dos Resíduos Gerados**				
7	O IFAM em sua unidade desenvolve e incentiva a política dos 5R's?			
8	A coleta seletiva no IFAM atende à resolução CONAMA n.º 275, de 25 de abril de 2001 ?			
9	Realiza coleta seletiva solidária nos termos do Decreto 5.940, de 25 de outubro de 2006?			
10	Possui Comissão de Coleta Seletiva Solidária, nos termos do Decreto n.º 5.940, de 25 de outubro de 2006?			
11	Destina de forma adequada os resíduos perigosos como pilhas e baterias, lâmpadas, produtos eletrônicos e seus componentes, pneus, óleos lubrificantes e agrotóxicos bem como suas embalagens, após o uso são devolvidos para os comerciantes em atendimento ao sistema de logística reversa criada pela Lei 12.305 (2010)?			
EIXO 3 – Qualidade De Vida No Ambiente De Trabalho				
12	O IFAM em sua unidade oferece atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos seus servidores?			
13	Atende a todas as exigências de acessibilidade, em todas as suas instalações?			
14	Possui preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos de uso dos servidores?			
15	Possui uma comissão interna de prevenção de acidentes?			
16	Possui controle da jornada de trabalho?			
17	Possui grupo especializado/capacitado para proporcionar apoio a servidores que passam por problemas como tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas?			
18	Os ambientes do IFAM em sua unidade, especialmente os de trabalho, são salubres?			
19	Possui programa de saúde ocupacional?			
20	Possui programa de orientação nutricional?			
21	Incentiva o desenvolvimento e a capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades a serem desenvolvidas?			
22	Incentiva o desenvolvimento e capacitação de seus servidores através da percepção do significado do trabalho individual e coletivo?			
23	Incentiva e promove a integração social interna e externa através da ausência de preconceitos?			
24	Incentiva e promove a integração social interna, através da interação de servidores em áreas comuns e em eventos?			
25	Incentiva e promove a integração social interna, através do senso comunitário?			
26	Incentiva e promove a integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais?			
27	Incentiva e respeita a liberdade de expressão?			
28	Incentiva e respeita a liberdade de expressão?			
29	Incentiva e respeita a privacidade pessoal?			
30	Incentiva e respeita o tratamento impessoal?			

Continuação Anexo 6 - Questionário 1 (parte 3)					
EIXO 4 – Sensibilização E Capacitação Dos Servidores					
31		O IFAM em sua unidade: Desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores técnico-Administrativo?			
32		Desenvolve ações de sensibilização e capacitação com os servidores docentes?			
33		Desenvolve ações de sensibilização com o corpo discente em todos os níveis de ensino?			
34		Há sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais?			
35		Desenvolve ações de sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente?			
36		Produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente?			
EIXO 5 – Licitações Sustentáveis					
37	**Obras Públicas**	No IFAM em unidade: Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais?			
38	**Aquisição de Bens**	É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável?			
39		É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza?			
40		Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras?			
41		É dado prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas...)?			
42		O IFAM adquire produtos reciclados?			
43		É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos?			
44		Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos?			
45		Existe preferência para aquisição de bens/produtos passiveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento?			
46		Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo ruído?			
47	**Serviços Públicos**	Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados?			
48		Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos?			
49		Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade?			
50		Que realize a separação dos resíduos sólidos descartados?			
51		Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia?			
52		Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico?			

Fonte: Adaptado de (LUIZ *et al.* 2013).

ANEXO 6 – QUESTIONÁRIO 2 - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO ABERTO AO COORDENADOR A3P

1 – Que ano o IFAM aderiu a A3P?

2 – Por quais motivos o IFAM aderiu a A3P?

3 – Quais as principais dificuldades sentidas pela Administração na adesão da A3P?

4- Quais as principais dificuldades sentidas pela Administração na aplicabilidade interna da A3P no IFAM?

5 – A A3P está ramificada em todas as unidades do IFAM? Se não, quais *Campus* não estão inseridos?

6 – O IFAM pretende renovar o Termo de Adesão a A3P? Justifique.

7 – Qual sua avaliação em relação a aplicabilidade da A3P no IFAM?

ANEXO 7 – Resultados das Premiações melhores práticas A3P no período de 2009 a 2018 em ordem decrescente.

Edição (ano)	Categoria	1º lugar Instituição	2º lugar Instituição	3º lugar Instituição
7ª Edição 2018	Destaque da Rede A3P	INCRA em parceira com Diversas Instituições. Projeto: Implementação de Tecnologias Sociais e Educação Ambiental em Comunidades do Alto Pantanal Mato-grossense.	Corpo de Bombeiros Militar do Mato Grosso e Secretarias Municipal de SINOP e Estadual do Mato Grosso. Projeto: Brigada Municipal Mista – PA Gleba Mercedes.	Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão do Rio Grande do Sul – RS. Projeto: Programa Sustentare.
	Gestão de resíduos sólidos	Prefeitura do Recife - PE. Projeto:Centro de Educação, Tecnologia, Inovação e Sustentabilidade.	Prefeitura Municipal de Rio Claro - SP. Projeto:III Olimpíada Ambiental.	Universidade Estadual do Maranhão. Projeto: Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Universidade Estadual do Maranhão: Projeto Nosso Papel.
	Uso/manejo sustentável dos recursos naturais	DATAPREV. Projeto: Plano de Construção Sustentável (Ações de Construção Sustentável).	Prefeitura Municipal de Afogados da Ingazeira – PE. Projeto: Esporte Sustentável.	Universidade Federal de Santa Catarina. Projeto: Projeto de Recuperação e Educação Ambiental no Bosque do CFH da UFSC.
	Inovação na gestão pública	Tribunal de Contas da União. Projeto: Caminhos para Energia Limpa.	Ministério Público do Estado do Maranhão. Projeto: Projeto de Sustentabilidade Integrar.	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Projeto: Campanha de Doação de Medicamentos do MPRJ.
6º Edição 2016	Gestão de resíduos	Caixa Econômica Federal (DF) Projeto: Lixo eletrônico e responsabilidade socioambiental.	Furnas Centrais Elétricas S.A. (RJ) Projeto: Aplicação de baterias estacionárias de lítio-íon em sistemas de informação e comunicação de Furnas Centrais Elétricas S.A.	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) Projeto: Coleta seletiva e reciclagem no município de São Bernardo do Campo.
	Inovação na gestão pública	Furnas Centrais Elétricas S.A. (RJ) Projeto: Desenvolvimento e testes de ônibus urbanos com tração elétrica.	Jardim Botânico do Rio de Janeiro (RJ) Projeto: Rede Rio de Sustentabilidade.	Prefeitura Municipal de Rio Claro (SP) Projeto: Olimpíadas ambientais - atitudes que podem mudar o nosso rumo.
	Uso/manejo sustentável dos recursos naturais	Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (DF) Projeto: Uso do sistema de espuma por ar comprimido no combate a incêndios classe A e B.	Casa da Moeda do Brasil (RJ) Projeto: Reflorestamento voluntário para neutralização das emissões de Gases Efeito Estufa.	Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo (SP) Projeto: Agenda Municipal de Sustentabilidade: recursos naturais.

	Destaques da rede A3P	TERRACAP - Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal (DF) Projeto: Produção de mudas nativas do bioma crrado utilizando mão de obra do trabalhador preso	DATAPREV - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (RJ) Projeto: Programa "Jovem aprendiz" como instrumento de inclusão social.	Prefeitura Municipal de Pompéu (MG) Projeto: Políticas públicas sustentáveis - a inserção da energia fotovoltaica na Administração Pública Municipal.
5ª Edição 2014	Gestão de resíduos	Prefeitura de Ibirarema – SP Projeto: Programa Municipal "Ibirarema Lixo Mínimo – Adote essa Ideia!".	Tribunal de Justiça de Santa Catarina Projeto: Gestão, controle e destinação adequada de resíduos sólidos no Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).	Furnas – Centrais Elétricas S.A. Projeto: Programa de Reaproveitamento de Óleo Vegetal.
	Uso sustentável dos recursos naturais	Casa da Moeda do Brasil Projeto: Sistema de Reaproveitamento de Solução de Limpeza das Impressoras Calcográficas (Aquasave).	Prefeitura de Ibirarema – SP Projeto: Programa Municipal "Habitação Sustentável".	Furnas – Centrais Elétricas S.A. Projeto: Projeto de Implantação de Conversor Offshore para Geração de Eletricidade pelas Ondas do Mar.
	Inovação na gestão pública	Superior Tribunal de Justiça – STJ Projeto: Consumo consciente – gestão mais racional.	Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região Projeto: Agentes socioambientais TRT-2 – Articuladores de uma gestão pública participativa, inovadora e eficiente.	Prefeitura de Ibirarema – SP Projeto: Programa municipal "Práticas de sustentabilidade na administração pública municipal".
	Destaque da rede A3P Gestão de resíduos	Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz Projeto: Gestão sustentável de resíduos perigosos em instituição de pesquisa em saúde pública.	Prefeitura Municipal de Presidente Castello Branco Projeto: Programa Castellense de Coleta Seletiva de Lixo	x
	Uso/Manejo Sustentável dos Recursos Naturais	Secretaria da Receita Federal do Brasil – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação Projeto: e-AssinaRFB – Solução para Assinatura de Documentos Digitais.	x	X
	Inovação na Gestão Pública	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista – SP / Secretaria Municipal de Meio Ambiente Projeto: Programa de Conciliação Socioambiental.	x	X
4ª	Gestão de resíduos	Governo do Estado de Pernambuco Projeto: Implantação de Unidade Experimental de Valorização Energética da Manipueira, Localizada em Lajedo/PE.	Empresa Brasil de Comunicação Projeto: Projeto Reciclar.	Instituto Vital Brazil Projeto: Telhados Ecológicos: Logística Reversa de Caixas Longa Vida na Promoção da Saúde da Família.

Edição 2012		**Menção honrosa: Prefeitura Municipal de Ibirarema/SP** Projeto: Ibirarema Lixo Mínimo - Adote essa Ideia		
	Uso sustentável dos recursos naturais	Prefeitura Municipal de Vitória/ES Projeto: Vitória Sustentável**.**	Eletronorte Projeto: O PROCEL Educacional como Ferramenta de Combate ao Desperdício de Energia Elétrica**.**	Caixa Econômica Federal Projeto: Programa de Racionalização de Gastos e Eliminação de Desperdícios - PROGED.
		Menção honrosa: Tribunal Regional do Trabalho da 9a Região do Paraná Projeto: Pare e Pense		
	Inovação na gestão pública	Comando do Exército Brasileiro Projeto: Implantação de Centro de Produção de Mudas de Árvores para Reflorestamento e Compensação de Carbono pelo Exército no Haiti**.**	Câmara dos Deputados Projeto: Regulamentando as Licitações Sustentáveis na Câmara dos Deputados - Esverdeando as Aquisições**.**	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Pará Projeto: Programa TRT8 Ambiental**.**
		Menção honrosa: Prefeitura Municipal de Guarulhos/SP Projeto: Inserção de Uso do Concreto Permeável no Espaço Público Urbano		
	Destaque da rede A3P	Prefeitura Municipal de Ibiporã/PR Projeto: Programa de Separação de Lixo de Ibiporã.	Conselho Superior da Justiça do Trabalho Projeto: Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho.	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (Campus Passos) Projeto: 2RComp - Reciclagem e Reaproveitamento de Computadores Obsoletos.
		Menção honrosa: Instituto Natureza do Tocantins Projeto: Sensibilização e Capacitação dos Servidores por meio da Oficina Reci_Art		
3ª Edição 2011	Gestão de resíduos	Caixa Econônica Federal Projeto: Logística Reversa de Cartuchos de Impressora.	2º lugar: Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP Projeto: Recicla Óleo – A3P.	Agência Nacional de Águas Projeto: Implementação da Coleta Seletiva Solidária e Promoção da Educação Ambiental na ANA – "Descartando corretamente na Coleta Seletiva Solidária".
	Uso racional dos recursos naturais	Eletronorte Projeto: Programa Educacional para Uso Racional de Energia nas escolas públicas de Tucuruí/PA.	Instituto Vital Brazil Projeto: Soros Hiperimunes produzidos com sustentabilidade: Substituição do Óleo BPF por Gás Natural em Caldeira Térmica.	Prefeitura Municipal de Ibirarema/SP Projeto: Programa Municipal contra Desperdício e Uso Racional da Água.
	Inovação na gestão pública	Procuradoria Regional da República da 1ª Região Projeto: Projeto Lixo Mínimo – Destinação adequada de resíduos orgânicos.	Tribunal Regional Eleitoral do Piauí Projeto: Programa Agenda Ambiental do TRE-PI.	Caixa Econômica Federal Projeto: Selo Casa Azul CAIXA.

2ª Edição 2010	Gestão de resíduos	Banco da Amazônia Projeto: Programa Amazônia Recicla	Prefeitura Municipal de Mesquita/RJ Projeto: Coleta Seletiva Solidária nas Repartições Públicas de Mesquita	Hospital Universitário Prof Dr Polydoro Ernani de São Thiago Título: Plano de Gerenciamento de Resíduos do Hospital Universitário.
	Uso racional dos recursos naturais - melhor gestão de água	Gerência Regional do Ministério da Fazenda em São Paulo/SP Projeto: Projeto Vida – Valor e Importância da Água.	Caixa Econômica Federal Projeto: Construção Sustentável - Uso racional da água nos prédios da CAIXA.	Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe Projeto: Recuperação das águas de refrigeração dos laboratórios – Preservando os Recursos Hídricos do Estado.
	Uso racional dos recursos naturais - melhor gestão de energia	Prefeitura Municipal de Natal/RN Projeto: Agenda Verde: Economizando energia	Prefeitura Municipal de Ibirarema/SP Projeto: Programa Municipal de Habitação Sustentável	X
	Inovação na gestão pública	Caixa Econômica Federal Projeto: Sistema de Aquecimento Solar da Água na Habitação de Interesse Social.	Serviço Federal de Processamento de Dados Projeto: Reciclagem Cidadã.	Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Penápolis/SP Projeto: Agenda Ambiental na Administração Publica – A Experiência do DAEP.
1ª Edição 2009	Gestão de resíduos	Prefeitura Municipal de Ubatuba/SP Projeto: Programa lixo seletivo de Ubatuba.	Banco do Nordeste do Brasil Projeto: Programa de gestão de resíduos sólidos e coleta seletiva solidária.	Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC Projeto: Importância do programa "Catar - lixo e cidadania" para a gestão de resíduos sólidos do Município de Rio Branco.
	Uso racional dos recursos naturais - melhor gestão da água	Prefeitura Municipal de Rio Branco/AC Projeto: Edificação Sustentável e Concurso de redação para o uso racional da água.	Prefeitura Municipal de Ibirarema/SP Projeto: Uso Racional dos Recursos Naturais.	Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade Projeto: Programa Aqua Iguaçu.
	Uso racional dos recursos naturais - melhor gestão de	Caixa Econômica Federal Projeto: Etiquetagem de Prédios Públicos.	Câmara dos Deputados Projeto: Programa Luz e Vida – A Iluminação como Fonte de Prazer.	X

	energia.			
	Inovação na gestão pública	Caixa Econômica Federal Projeto: Agenda CAIXA para a Sustentabilidade.	Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região do Pará Projeto: Programa TRT8 Ambiental.	Governo do Estado de Pernambuco Projeto: Programa de Implementação da A3P no Estado de Pernambuco.

Fonte: (MMA, 2018, elaborado pelo autor, 2019).